

LEVAR À PRÁTICA AS CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP

A Conferência aprovou o Programa Eleitoral do nosso Partido. Será um instrumento de acção política do Partido nas eleições. Na base desse Programa nós, sem dúvida, desenvolveremos uma muito grande campanha política de massas. E porque a nossa política corresponde aos interesses, às aspirações e aos objectivos das massas populares, e porque a nossa política é a própria verdade, estamos certos de que muitos milhares de portugueses e portuguesas serão ganhos para a política do nosso Partido e descobrirão que o seu partido é o Partido Comunista Português.

Os nossos objectivos para a campanha eleitoral estão claros. Por um lado, trata-se de impedir uma vitória eleitoral, uma maioria dos partidos reaccionários — PPD, CDS e outros partidos reaccionários da direita. Por outro lado, trata-se de tornar possível uma maioria de esquerda, uma maioria democrática. E para que essa maioria seja possível é indispensável alcançar uma grande votação no Partido Comunista Português — o partido da liberdade e da democracia, o partido dos trabalhadores, o partido da Reforma Agrária e dos pequenos e médios agricultores, o partido de uma nova economia rumo ao socialismo, o partido da democratização da instrução e da cultura, o partido da independência nacional.

Com a unidade de pensamento e de acção que caracteriza o nosso Partido, com a tenacidade, a combatividade, a coragem e a abnegação próprias dos comunistas, com a firme determinação de defrontar as dificuldades, os riscos, os obstáculos, as provocações nas condições ainda existentes em muitas regiões, com a firmeza e a determinação de conseguirmos os resultados a que nos propomos — porque desses resultados depende o futuro da democracia portuguesa — estamos plenamente convencidos, plenamente confiantes em que o nosso Partido levará à prática, com sucesso as tarefas indicadas nesta Conferência Nacional, estamos plenamente confiantes em que o nosso Partido, o nosso Povo impedirão o regresso ao fascismo e assegurarão a construção de um regime democrático rumo ao socialismo, rumo à sociedade que foi o sonho milenário de todos os explorados, de todos os oprimidos — a construção de uma sociedade sem exploração do homem pelo homem. (Álvaro Cunhal no discurso de encerramento da Conferência realizada no passado domingo)

Pág. 6

- A ofensiva da direita nos órgãos de Informação
- Os colonialistas não se confundem com a maioria dos retornados
- Sondagens ou manipulação da opinião pública?
- A situação nos Açores e Madeira
- A «liberdade suficiente» de que falam os reaccionários



- Os enfermeiros comunistas tomam posição
- Novo Centro de Trabalho em Braga
- Reforçam-se as relações de amizade entre o povo português e os povos da URSS e da RDA
- Repressão fascista no Uruguai
- Angola: a luta continua

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

Os acontecimentos dos últimos dias são reveladores de um grande recrudescimento da actividade da direita reaccionária para provocar e manter focos de tensão política e social tendo em vista a generalização de um clima de instabilidade e violência.

Ante o aproximar da conclusão da Constituição, votada nos pontos essenciais contra a obstinada oposição do PPD e CDS, ante o avizinhar das eleições legislativas num ambiente de crescente resistência à ofensiva da reacção, ante a perspectiva iminente da institucionalização do regime democrático e dos seus órgãos, os partidos e forças da direita reaccionária não hesitam em tentar abrir crises nos órgãos do poder político e militar.

A virulenta ofensiva contra a Reforma Agrária, caracterizada tanto pelos assaltos e ataques armados às herdades colectivas e espancamentos organizados a trabalhadores que as estão erguendo, como pelos assaltos a Centros da Reforma Agrária e pela desenfreada campanha contra todos os que no aparelho de estado defendem e apoiam esta obra maior da Revolução portuguesa, é um aspecto particularmente saliente do plano de acção da direita reaccionária.

A operação provocatória e caluniosa lançada pelo jornal «A Luta» contra o secretário de Estado da Estruturação Agrária, Vítor Louro, e depois prosseguida por outros jornais reaccionários, faz parte da campanha da reacção contra a Reforma Agrária e dos planos de direita e do imperialismo para «desestabilizar» a situação política em Portugal.

A Comissão Política do CC do PCP não pode deixar de manifestar a maior surpresa e preocupação pela suspensão de um membro do Governo, no caso concreto um fillado do PCP, sem que se conheça outra matéria acusatória além de uma campanha da imprensa reaccionária.

As palavras atribuídas a Vítor Louro pelo jornal «A Luta» são uma completa falsificação. Todos os trabalhadores que ouviram o secretário de Estado da Estruturação Agrária são unânimes em declará-lo. A calúnia volta-se contra os caluniadores.

O PCP espera que aos caluniadores sejam exigidas responsabilidades de acordo com as leis vigentes.

16 de Março de 1976

A Comissão Política do Comité Central
do Partido Comunista Português

LISTA COMPLETA DOS CANDIDATOS DO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS ÀS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

Pág. 7



Pág. 5

TRABALHADORES ALENTEJANOS EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

Editorial

A CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP E AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES

Na batalha pela democracia e a liberdade, no combate incessante que as forças do progresso travam por uma sociedade mais justa, tendente à abolição da exploração do homem pelo homem, as grandes vitórias explicam-se sempre pelo somatório dos sucessos e insucessos da luta revolucionária. Nesta base, representam o valor acrescentado de todo um património de luta, experiência, organização e consciencialização das massas populares, obtido sobre os terrenos mais diversos e nas formas mais variadas.

A Conferência Nacional do PCP representou, no seu género, um êxito assinalável dos comunistas portugueses na sua luta sem cansaços por uma vida melhor e mais livre, no seu pertinaz combate em prol da revolução portuguesa e das suas conquistas fundamentais, hoje ameaçadas pelas forças sombrias da reacção que trazem no bojo o passado.

Vindos dos quatro cantos do Continente e das Ilhas Adjacentes ou das distantes paragens para onde foram constringidos a emigrar e a ganhar o seu pão, os mil delegados e os quase cinco mil convidados — homens, mulheres e jovens — trouxeram à Conferência a imagem de um partido coeso, responsável, profundamente inserido nos problemas mais sentidos e actuais do Povo e do País.

Exclusivamente virada para a participação do PCP nas próximas eleições para a Assembleia Legislativa, a Conferência encerrou um amplo debate de muitos milhares de militantes oriundos de todas as classes e camadas da população interessadas na liquidação dos monopólios, do latifúndio, do domínio imperialista em Portugal — um debate que pôs à prova durante um mês a elevada capacidade política e organizativa de um grande colectivo enraizado nas massas.

A Conferência Nacional do PCP constituiu, pois, uma notável manifestação de vitalidade e maturidade política de um grande partido democrático estreitamente vinculado aos interesses fundamentais do povo trabalhador e da Pátria.

Em Abril próximo os portugueses vão pronunciar-se sobre questões da máxima importância para o futuro do seu país.

Que forças devem dirigir e como os negócios do Estado? As que representam os interesses das camadas mais amplas do povo trabalhador ou as que servem, aberta ou veladamente, os interesses dos grandes monopólios, da banca, da indústria, do comércio e da terra (latifundiários)?

As que se propõem defender as liberdades e as conquistas da revolução democrática rumo ao socialismo ou as que deliberadamente querem suprimi-las uma a uma ou todas ao mesmo tempo se para isso tiverem condições?

Quem vai regular e fazer aplicar a Constituição e em que sentido de classe vão promulgar-se depois das eleições as leis do dia-a-dia nacional?

Em Abril, os portugueses vão também julgar os partidos políticos e os grupos e grupelhos que, sob a designação de "partidos", vão submeter-se ao voto dos eleitores (alguns não têm por objectivo o voto mas o anticomunismo e a provocação antidemocrática). Será o juízo possível de um povo ainda em largos extractos não suficientemente amadurecido para as grandes opções políticas, de uma massa de portugueses ainda em vastas regiões submetida à pressão política e ideológica do caciquismo fascista, mas assim mesmo um juízo que vai valer e ser utilizado como aval pelas forças que vão determinar no futuro imediato a evolução política em Portugal.

Apesar das limitações e dos sérios obstáculos à livre expressão da vontade popular, apesar das violências com que se pretende desde já calar a voz das forças progressistas, em particular do PCP, os comunistas portugueses dispõem-se lá, onde a fraude não tenha lugar, a respeitar a vontade do povo, a acatá-la e tê-la em conta em toda a sua acção política.

E os outros partidos concorrentes poderão dar as mesmas garantias, serão capazes de assumir idênticos compromissos?

Quando o CDS organiza provocações contra as forças progressistas quando põe os seus "elvistas" a

brandir a matraca e a moça contra populações que não morrem de amores pelos senhores Galvão de Melo e Freitas do Amaral, quando se anima todo um clima de violências como forma de intimidação das massas populares, é evidente que não se pretende respeitar a vontade do povo como se quer realmente impedir que ela se expresse.

Quando dirigentes políticos como Sá Carneiro fazem profissões de fé absolutamente reacçãoárias, quando o PPD joga na indefinição política e ampara de maneira encoberta ou não as forças da contra-revolução, cuja actividade conspiratória é conhecida, é também evidente que de tais pessoas não é de esperar o mínimo respeito e acatamento da vontade popular.

Um observador imparcial que tenha procurado auscultar os sentimentos profundos dos delegados e convidados à Conferência Nacional do PCP não pode ter deixado de captar uma intenção inequívoca que ressaltava das intervenções proferidas na tribuna: a de emprestar ao acto eleitoral de Abril próximo um cunho de seriedade e de respeito pela livre expressão da vontade popular.

As teses programáticas discutidas desde a Reunião Plenária do Comité Central até alguns dias antes da Conferência e o programa eleitoral do PCP nela aprovado por unanimidade e aclamação, são marcas dessa seriedade política e desse respeito pelo povo.

No meio das práticas violentas do CDS e do PPD, no meio das arruaças do MRPP e de outros grupelhos a soldo da reacção, no meio das tiradas de anticomunismo primário de dirigentes do PS, a Conferência Nacional do PCP pôe o acento na conduta serena dos comunistas portugueses, na objectividade das suas análises e soluções políticas, nos seus esforços para unir os portugueses em torno de objectivos comuns de defesa das liberdades e das conquistas da revolução.

O programa eleitoral do PCP responde aos

anseios de milhões de portugueses que querem em definitivo arrancar da vida nacional as sequelas do fascismo, e edificar um Estado verdadeiramente democrático que aponte ao socialismo.

A realização dessas aspirações passa pela defesa consequente da liberdade e da democracia e pelo repúdio da reacção. Para o PCP a democracia política significa o exercício responsável mas amplo, das liberdades democráticas de imprensa, de associação, de constituição e actividade dos partidos políticos, de reunião e manifestação como a democracia económica significa a destruição dos monopólios, a passagem dos principais meios de produção à propriedade colectiva, através da defesa e consolidação dos sectores nacionalizados, do reforço e alargamento da Reforma Agrária, de toda uma política encaminhada à defesa dos interesses dos trabalhadores da cidade e do campo, das minas e do mar e das mais amplas camadas do povo ao mesmo tempo que faça pagar principalmente aos ricos as consequências da crise que eles próprios engendraram e provocaram.

O Programa eleitoral do PCP é a expressão de uma política virada para a defesa da independência nacional, a democratização da instrução e da cultura é a expressão política de um partido autenticamente democrático.

No próximo acto eleitoral de Abril, o voto dos portugueses distinguirá esse carácter profundamente popular e democrático do Partido Comunista Português.

Como se diz no Programa Eleitoral: "O voto do PCP é o único voto seguro contra a reacção, o mais seguro voto na liberdade e na democracia."

Votar no PCP é votar para impedir a instauração de uma nova ditadura fascista.

Votar no PCP é votar para assegurar um regime democrático. É votar para tornar possível uma maioria de esquerda na Assembleia da República, a formação de um governo de esquerda e de uma política de esquerda.

Votar no PCP é votar no futuro democrático, independente e socialista de Portugal!

OS COLONIALISTAS NÃO SE CONFUNDEM COM A GRANDE MAIORIA DOS RETORNADOS

«Dia a dia cresce o número de retornados que verificam que só o PCP falou verdade sobre a situação angolana, que só o PCP indicou a real perspectiva de Angola, que só o PCP tomou a posição que os factos vieram a confirmar»

"O PCP não confunde uma minoria de retornados que mantém uma mentalidade fascista e colonialista, da grande massa dos retornados que na complexidade, dificuldade e perigos da situação angolana vieram para Portugal.

Nem confunde aqueles que dispõem de grandes meios e de altas protecções estão em hotéis de 5 estrelas e fazem cada dia novas exigências, e aqueles que nada recebem e vivem em barracas.

Estas palavras do camarada Álvaro Cunhal, no recente comício do Campo Pequeno, comemorativo do 55.º aniversário do PCP, não constituem uma novidade inserida em alguma "táctica" eleitoralista. Desde sempre o nosso Partido distinguio os colonialistas exploradores, os vendidos ao capital, os oportunistas, por um lado, e por outro lado a grande massa de portugueses que emigraram para as colónias empurrados pela mesma realidade que levou milhares e milhares de trabalhadores a partirem para o Brasil, depois para França, Alemanha e outros países em busca de pão que mitigasse a fome dos filhos, sonhando com uma vida

sem desemprego e sem miséria.

A odisséia da maioria dos que emigraram para as colónias, embalados pelas promessas dos projectos fascistas de "povoamento" de imensos e ricos territórios é, em tudo, semelhante à dos emigrantes para outros países estrangeiros. Nestes países, os trabalhadores portugueses conheceram a exploração do capital estrangeiro e internacional; nas colónias, os chamados "colónos" continuaram a sofrer a exploração do capitalismo português e a dos seus aliados internacionais. O fascismo e o capitalismo, sua base material, jogaram no ódio racial entre portugueses e autóctones como meio de dividir duas massas exploradas, ainda que a massa autóctone sentisse bem mais duramente a opressão colonialista. A maior parte dos portugueses idos para as colónias "não passaram da cepa torta". Outros, a minoria, souberam bem tornar-se agentes do colonialismo, vigarizando as populações autóctones, enriquecendo à custa de logros, espeznhando-as sob o seu chauvinismo de cor e de classe, colaborando com a repressão e praticando atrocidades sob a

guarda do capitalismo, do fascismo e do imperialismo. Estes foram os que encontraram amizade e protecção nos hostes de mercenários e fanáticos nazis da FNLA e da UNITA. Estes foram e são responsáveis pela situação gerada em Angola, aliando-se aos inimigos do MPLA, único representante do povo, raiz da sua resistência ao colonialismo, motor da vitória popular, coração onde pulsa a futura grandeza da República Popular de Angola.

Durante o colonialismo português, a esmagadora maioria dos portugueses, hoje retornados, foram vítimas do fascismo e continuaram a sê-lo através das manobras da reacção e de partidos que se pretendem democráticos mas mais não pretendem do que tomar o nosso país um parente pobre e envidiado de democracia dos países nórdicos. Ainda neste aspecto a situação dos retornados se assemelha à de muitas camadas da população inseridas em regiões onde ainda reina o caciquismo, onde os fascistas mantêm o domínio, tentando perpetuar a ignorância e a exploração do povo. Não foi em nome da maioria dos retornados que determinados partidos tudo fizeram para impedir o reconhecimento da República Popular de Angola e defenderam uma "solução negociada com os três movimentos". Foi em nome da minoria de retornados de mentalidade fascista e colonialista, muitos dos quais aderiram à UNITA e à FNLA, movimentos cuja composição dá claramente a ideia da total ausência do seu enraizamento entre o povo angolano.

INSERÇÃO NA NOSSA SOCIEDADE

Como acentuou o camarada Álvaro Cunhal: "Dia a dia cresce o número de retornados que verificam que só o PCP falou verdade sobre a situação angolana, que só o PCP indicou a real perspectiva de Angola, que só o PCP tomou a posição que os factos vieram a confirmar".

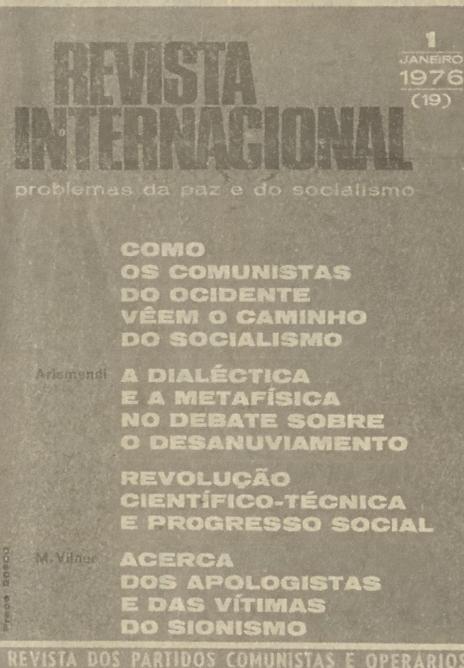
Por isso muitos desses retornados, desejam agora regressar a Angola e af, com o seu trabalho, em novas condições, sem estarem sujeitos à exploração, participarem com o povo angolano na construção de

uma sociedade de justiça e liberdade. Não deixa de ser significativo o facto ocorrido no dia 8 de Março, quando um grupo de retornados "invadiu" o restaurante onde representantes do MDM jantavam com a delegação da OMA (Organização das Mulheres Angolanas), exprimindo-lhes o seu profundo desejo de voltar a Angola.

Isto não quer dizer que a única solução consista em regressar aos territórios agora libertados. Ao contrário dos partidos que pugnam pela continuidade de escolas aos retornados (das quais aproveitaram os que menos necessitam), situação humilhante e que nada resolve, as medidas correctas só podem visar uma inserção destes portugueses na sociedade que as forças progressistas pretendem construir no nosso país. Neste sentido, entre outras medidas, é de aplaudir o recente despacho da Secretaria de Estado da Reestruturação Agrária sobre a integração de retornados, que o desejem, nas Unidades Colectivas de Produção em que tal seja possível.

A esta integração, tem-se mostrado altamente favoráveis os trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção, estes trabalhadores tão atacados pela reacção apenas porque pretendem construir um país livre e próspero.

O nosso Partido não muda de tática porque se aproximam as eleições. Durante 55 anos de luta fomos o partido da coerência entre os princípios e a prática, fomos e somos o partido da classe operária e de todos os trabalhadores, e como tal no nosso projecto de um Portugal sem exploradores, sem repressão, livre e democrático contém-se os anseios da maioria dos retornados que são trabalhadores. Por isso, o camarada Álvaro Cunhal acentua:



- NOVO FORMATO
- NOVA APRESENTAÇÃO INTERIOR
- MAIOR FACILIDADE DE LEITURA

Distribuição e assinaturas: CDL — Central Distribuidora Livreira Rua Pedro Nunes, 9-A Lisboa 1

Expressão da luta da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses pela defesa e consolidação das suas conquistas maiores — liberdades democráticas, Reforma Agrária, nacionalizações e controlo operário — os discursos de Álvaro Cunhal traduzem ao mesmo tempo os esforços incansavelmente desenvolvidos pelo PCP para uma solução política da crise que ameaçava o prosseguimento da revolução portuguesa. A intervenção do secretário-geral do PCP na Reunião do Comité Central em 10 de Agosto de 1975, agora publicada pela primeira vez integralmente, testemunha da verdadeira política do PCP, é um claro desmentido das insinuações, deformações e calúnias propagandeadas, ontem e hoje, por todos aqueles que estão apostados em deter e fazer retroceder a marcha do povo português para a democracia e o socialismo.

SONDAGENS OU MANIPULAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA?

As forças reacçãoárias não escolhem meios para atingirem os seus fins. As vésperas da campanha eleitoral são propícias a todo um conjunto de manobras por parte de partidos de direita, entre as quais se integram as chamadas «sondagens» à opinião pública. Os métodos usados para as obter, esses, não são explicados, o que reforça a ideia de que a preocupação de quem promove tais sondagens está longe de ser científica.

A propósito deste assunto, a SIP do PCP divulgou uma nota em que se afirma:

«A proximidade da campanha eleitoral tem feito com que apareçam quase diariamente na imprensa, resultados de pressões sondagens à opinião pública sobre intenções de voto. Os números revelados dão sempre a vitória nas próximas eleições aos partidos que directa ou indirectamente encomendam essas sondagens, circunstância que só por si retira credibilidade aos números que certos jornais não deixam de publicar. Este aspecto negativo torna-se, porém, irrelevante para os maneirados de sondagens, visto que um outro efeito sabem poder produzir ao eleitorado: vincando continuamente a vitória deste ou daquele partido, levam a que camadas indecisas da população possam ser condicionadas por reflexo a não votarem em partidos que de antemão lhes são apresentados como vencedores. Mas não se ficam por aqui os objectivos pretendidos com tais sondagens que chegam a referir regiões bem escolhidas do país, numa subtil intimidação do eleitor sem escolha decidida. São conhecidos espetaculares falhanços deste género de prognósticos, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra. Certos partidos insistem no entanto no processo, pois não se trata aqui de prever ou de acertar nos resultados das eleições, mas de produzir e fazer circular formas de condicionamento da opinião pública.

O Partido Comunista Português tem confiança em que o eleitorado não se deixe conduzir por técnicas que são utilizadas contra sua liberdade, e que, assegurando na Assembleia de deputados uma maioria de esquerda com o PCP, garanta a única alternativa para a defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução.

ANIVERSÁRIO
Avante!
uma revista
comemorativa
do 45.º ano
de publicação

LÊ • ASSINA • DIVULGA

RECRUDESCEM AS PROVOCAÇÕES

Depois de outras cartadas que jogou com o objectivo de adiar as eleições para a altura que lhe fosse mais propícia, a direita joga agora na instabilidade. Por aqui se vê quem está contra e quem está a favor da democracia

«Tem-se assistido, nos últimos dias, ao recrudescente de acções provocatórias que visam claramente aumentar a tensão política e impedir, ou pelo menos desacreditar, a convivência democrática. Os incidentes e provocações registados somam-se perigosamente à ausência de liberdade que se verifica em certas regiões do País. Tal facto assume ainda maior gravidade por se estar em vésperas de eleições, podendo o clima de intimidação que se procura criar, contribuir para o falseamento da expressão eleitoral da vontade popular.»

Começa com estas palavras um comunicado da SIP do PCP, relativo ao ambiente pré-eleitoral que as forças reacçãoárias pretendem instaurar. «Os exemplos deste tipo de acções multiplicam-se» — prossegue o comunicado, que acrescenta:

«Em Coruche, sob a égide do CDS e da Confederação dos Agrários, meia centena de reacçãoários ocuparam o Centro Regional da Reforma Agrária, sob o olhar complacente das forças militarizadas.»

Em Braga — onde nos últimos meses se registaram cerca de 70 atentados terroristas — cadastrados agrediram a chicote militantes comunistas que procediam à colagem de cartazes declarando alto e bom som que ali só consentirão cartazes do CDS e do ELP.

Em Lisboa é o MRPP que, à semelhança dos cadastrados de Braga, aranca cartazes e monta provocações junto a Centros de Trabalho do PCP.

No Porto, vai realizar-se uma manifestação convocada pelo PPD que ameaça rodear num ambiente de arrouxa uma iniciativa de um outro partido. Independentemente de considerar esta última iniciativa uma interferência estrangeira na vida política portuguesa, o PCP denuncia e condena a intenção provocatória do PPD.

São também conhecidos os casos de repressão patronal que em certas empresas acompanham as tentativas de recuperação capitalista ou se

seguem à sua consumação. E enquanto os pais reprimem nas fábricas, os filhos provocam nas escolas, como aconteceu no Liceu Camões onde uma banca da UEC foi assaltada.

Todas estas e muitas outras iniciativas de provocação são amplamente cobertas e estimuladas por certa imprensa que por sistema recorre à mentira e à intriga anticomunista. Por outro lado, constitui também um estímulo para a multiplicação de acções reacçãoárias a benevolência com que são tratados fascistas notórios e criminosos do antigo regime; a libertação de mais de mil «pídes» — entre os quais diversos inspectores e chefes de brigada da famigerada organização — veio enriquecer o contingente dos reacçãoários e dar ânimo aos que instigam e desenvolvem acções contra a democracia.

O PCP adverte que se os partidos que têm como objectivo a liquidação das liberdades e das outras conquistas da Revolução — PPD, CDS, PDC e os seus grupos de choque, MRPP, AOC e PCDe P (ml) — poderá interessar a criação de situações marcadas pela violência reacçãoária, que prolonguem o clima de pressões e chantagens que caracteriza a situação antidemocrática existente em vastas regiões do país.

Depois de outras cartadas que jogou com o objectivo de adiar as eleições para a altura que lhe fosse mais propícia, a direita joga agora na instabilidade. Por aqui se vê quem está contra e quem está a favor da democracia.

O PCP, que sempre se tem pronunciado pela realização tão pronta quanto possível das eleições para a Assembleia da deputados, insiste em que sejam criadas condições para que as eleições decorram no respeito pela ordem democrática, e não no clima de instabilidade, com que a direita procura evitar ou retardar a construção da democracia portuguesa rumo ao socialismo.»

A SITUAÇÃO NOS AÇORES E MADEIRA

O PCP reafirma e pormenoriza a sua posição perante a autonomia dos Açores e Madeira, ao mesmo tempo que mais uma vez denuncia a situação antidemocrática que ainda persiste nos arquipélagos

No passado dia 12, a Comissão Política do Comité Central do PCP divulgou a seguinte nota:

«1 — A Comissão Política do PCP considera necessário definir, mais uma vez, a posição do Partido perante a questão da autonomia dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Esta posição assenta em dois pontos fundamentais:

a) a defesa da unidade nacional, o que corresponde aos interesses e aspirações da população dos Açores e da Madeira; b) a defesa dos trabalhadores e de todas as camadas exploradas dos Arquipélagos, do povo que labuta e habita nessas terras.

2 — A posição do PCP em relação à autonomia dos Açores e da Madeira tem em conta toda a experiência colhida pelas suas organizações e os seus militantes nessas regiões, e em particular a partir do 25 de Abril.

Foi após o derrubamento do regime fascista que se desenvolveu nos Arquipélagos, instigada em grande parte pelos interesses imperialistas, uma actividade separatista, de carácter antinacional, claramente ligada às forças mais reacçãoárias, saudosas dum tempo em que, com todo o à vontade, podiam explorar e dominar.

A falta de medidas indispensáveis para contrariar esse domínio e essa exploração conduziu à criação de condições verdadeiramente antidemocráticas. Nos Açores foram suspensas, em Agosto de 1975, as actividades legais do PCP e afastados à força para o Continente os seus elementos considerados mais responsáveis.

Esta situação anticonstitucional não se pode manter, particularmente quando se vão realizar eleições legislativas em todo o território nacional. A garantia da defesa dos direitos dos cidadãos e do respeito por uma ordem democrática compete, em primeiro lugar, às autoridades, militares e civis, e terá a mais completa adesão e apoio das organizações do PCP. A participação de candidatos do Partido pelos Arquipélagos é um contributo importante para a reposição de plenas liberdades democráticas. E a conquista destas liberdades é um passo indispensável para que a autonomia regional sirva de facto os interesses das massas populares.

3 — Para o PCP, a autonomia dos Açores e da Madeira impõe-se como forma para se alcançar, por um lado, uma correcta e rápida solução, enquadrada na realidade regional, dos graves problemas económicos, culturais e sociais que ensombream as ilhas e a sua população, de modo a corrigir as deformações existentes em relação ao todo nacional. Entre

estes problemas podem citar-se os que se prendem com a agricultura e a pesca, com os transportes e as comunicações, com a assistência médica, com a previdência, com o ensino e outros sectores essenciais.

Por outro lado a autonomia será uma forma de possibilitar uma mais efectiva participação na vida regional das populações trabalhadoras e das suas organizações representativas.

4 — Do projecto de autonomia que o PCP apresentará na Assembleia Constituinte salientamos aqui os seguintes pontos:

a) No que se refere aos órgãos de governo próprio, considera-se a necessidade de existir, ao lado de uma Assembleia Regional, eleita por sufrágio universal, directo e secreto, e de um seu órgão executivo — a Junta do Governo Regional — um Conselho Regional, com carácter consultivo, constituído por representantes de organizações das classes trabalhadoras, das associações profissionais e de organizações culturais. Este último órgão, para além de razões próprias dos Arquipélagos, tem a sua existência justificada por semelhança com os órgãos administrativos do Continente, segundo o texto do projecto da Constituição.

b) Afirma-se que a autonomia regional não pode pôr em causa a liberdade de circulação de pessoas e bens com o restante território nacional nem pode prejudicar a liberdade de trabalho (nomeadamente na função pública) para todos os cidadãos portugueses qualquer que seja a sua naturalidade.

c) Aponta-se como necessário deixar expresso o carácter nacional dos sistemas monetário, financeiro, fiscal, judicial e educacional.

d) Destaca-se o respeito pela igualdade de regalias, no que se refere ao direito ao trabalho, aos direitos sindicais ou à segurança social, para todos os trabalhadores açorianos e madeirenses em relação ao existente no restante território nacional.

e) Defende-se que fique a cargo da futura Assembleia da República a legislação sobre o futuro Estatuto das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

f) Realça-se que a instituição concreta das regiões pressupõe e exige o respeito pela Constituição, a garantia das liberdades democráticas, o pleno exercício dos direitos dos cidadãos, o termo das actividades e propagação separatistas.

5 — Ao apresentar linhas gerais do seu projecto para a autonomia dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, o PCP deseja que a discussão e aprovação deste problema se façam com objectividade, longe das tensões criadas pela situação nos Arquipélagos. Assim será possível anular a pressão das forças reacçãoárias focadas ao separatismo e dar resposta eficaz e coerente a uma questão sentida nessas regiões e que se reveste de importância para o processo revolucionário em curso.



A «LIBERDADE SUFICIENTE» DE QUE FALA A REACÇÃO

As brutais agressões a camaradas do nosso Partido em Braga e em Cascais dão bem ideia da tal «liberdade suficiente» que os reacçãoários do PPD dizem existir

Enquanto se sucedem as garantias verbais de um clima de liberdade que possibilite a campanha eleitoral, enquanto dirigentes do PPD têm o arrojo de afirmar que «no nosso país há liberdade suficiente», enquanto se considera a demagogia o facto do nosso Partido denunciar constantemente a atmosfera de intimidação e violência que, a permanecerem, não permitirão que os comunistas desenvolvam em certas zonas do país trabalho eleitoral, digno desse nome, militantes do nosso Partido começam já a ser alvo dos ataques da reacção.

Exemplo flagrante da ausência de liberdades foi o ocorrido na madrugada do passado dia 12, na cidade de Braga. Dois camaradas que colavam cartazes alusivos à Conferência Nacional do nosso Partido foram barbaramente chicoteados e ameaçados com uma arma de guerra. Perseguidos pela cidade, os nossos camaradas foram despojados do material de propaganda e agredidos perante a passividade de dois agentes da PSP. Os autores desta façanha constituem um grupo que dá pelo nome de «corrécios», cadastrados, marginais sob alguns dos quais incidem mandatos de captura mas que, bem protegidos, continuam em liberdade, atentando, a mando de interesses adivinháveis, contra a liberdade democrática. Quando, no acto de agressão, este bando clamou que em Braga «só consentimos cartazes do CDS e do ELP», o que corresponde a uma declaração de guerra a toda a propaganda democrática, é de interrogar as autoridades distritais e da região, civis, militares e para militares, sobre a quem servem as «garantias» que apregoam relativamente «ao bom curso da propaganda eleitoral».

Em comunicado distribuído à população, a Comissão Distrital de Braga do PCP, pergunta:

«Até quando a escandalosa impunidade dos cadastrados dos «corrécios»? Quem não sabe em Braga que os corrécios não trabalham mas se passeiam em bons carros? Quem não sabe, em Braga, que os «corrécios» constituem com outros marginais, uma quadrilha de ladrões? Queo não sabe, em Braga, que os «corrécios» foram já presos várias vezes, mas sempre conseguiram ser soltos? Quem não sabe em Braga que o Eduardo «corrécio» tem um mandato de captura passado pelo Tribunal de Cabaceiras? Quem não sabe, em Braga, quem são os amigos dos «corrécios»? Que escudo invisível defende os «corrécios» de pagarem na cadeia os seus roubos e as suas agressões inqualificáveis? Quem lhes paga para afirmarem que só querem pinchagens do CDS e do ELP?

Que se deve pensar do partido CDS que serve e alberga indivíduos como este, como o «Fernando» ciganço que, ainda há pouco tempo, miseravelmente roubou e ameaçou de chicote um militante da UJC que é diminuído físico?»

uma mão, tendo-lhes sido amputados dois dedos. Os criminosos, um chamado Manuel Manteigas e outro conhecido por «Brigão» foram detidos na esquadra da PSP de Cascais.

E da mais elemental justiça um julgamento e castigo exemplares para estes actos de terrorismo nazi efectuados por ladrões e marginais a soldo da reacção. Reacção que é constituída por homens concretos, com um rosto e um nome que deve ser dado a conhecer a todo o povo português e em relação aos quais não pode haver clemência. A não ser que se queira continuar a fazer da justiça, o vergonhoso espantinho que era durante o fascismo.

ANTICOMUNISMO DE «A LUTA»

Autodenominado «jornal socialista, pluralista e independente», o diário «A Luta» define-se hoje com clareza como frontalmente adverso aos interesses dos verdadeiros socialistas, mediocemente monocrático e sectário, estranhamente enfeudado aos que estão empenhados na contra-revolução.

É raro encontrar uma edição de «A Luta» que não contenha o reflexo do mais primário e lacanoso anticomunismo que caracteriza pelo menos alguns dos seus redactores. Mais do que revolta, a leitura causa pena. Custa ver um diário ligado ao Partido Socialista recorrer com tanta frequência e levandade à mentira, à calúnia ao boato, tal e qual como os piores pasquins reacçãoários.

Uma das últimas façanhas de «A Luta» é o seu empenho na campanha de difamação contra o camarada Vitor Louro, Secretário de Estado de Estruturação Agrária. A este respeito, a SIP do PCP divulgou uma nota em que afirma nomeadamente:

«A tática é conhecida. Levanta-se uma mentira monstruosa e lança-se uma onda de propaganda que se autocalimenta de boatos por ressonância natural nos meios anticomunistas. Neste caso concreto, a calúnia de «A Luta» encontrou eco imediato nos jornais «O Dia», «A Capital» e na confederação dos

Agrários. Recorrendo a informadores anónimos, cujos pontos de vista e interesses se identificam com os dos grandes proprietários da terra, «A Luta» difama o eng.º Vitor Louro, num golpe de triplo alcance: visa deslocar a coesão da equipa do Ministério da Agricultura, provocar o afastamento de um militante comunista do Governo precisamente no momento em que a luta dos trabalhadores de recuperação capitalista e colher frutos na manipulação eleitoralista.

Os trabalhadores sabem porém quais os intuídos dos inimigos da Reforma Agrária e compreendem qual o papel de uma certa imprensa que, com mentiras e calúnias, procura fornecer argumentos aos piores inimigos da liberdade. Os trabalhadores, nomeadamente muitos trabalhadores socialistas, sabem por certo que interesses correspondem a este estilo de manobra que leva o anticomunismo até às últimas consequências. Atacando os comunistas, que «A Luta» escolheu como seu inimigo principal, com as calúnias aprendidas no arsenal do fascismo, procura-se atacar, para além dos comunistas, aquilo de que eles são os mais consequentes e tenazes defensores: as nacionalizações, a Reforma Agrária e as próprias liberdades.»

AUTONOMIA

3 — Para o PCP, a autonomia dos Açores e da Madeira impõe-se como forma para se alcançar, por um lado, uma correcta e rápida solução, enquadrada na realidade regional, dos graves problemas económicos, culturais e sociais que ensombream as ilhas e a sua população, de modo a corrigir as deformações existentes em relação ao todo nacional. Entre

RADIODIFUSÃO PORTUGUESA: EXEMPLO DE MANIPULAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO

As discriminações praticadas pela Radiodifusão Portuguesa em relação ao PCP assumem foros de escândalo nacional

1. A orientação que as forças da direita vêm impondo aos órgãos de informação do Estado onde se apossaram de lugares-chave e onde passaram a verificar-se contantes casos de discriminação ideológica e de manipulação da informação, são bem o exemplo da ameaça para as liberdades que essas forças constituíram se os trabalhadores lhes deixassem o campo livre.

2. A Radiodifusão Portuguesa não compareceu a qualquer das últimas iniciativas do PCP para as quais fora convidada, designadamente às conferências de imprensa de 14 de Fevereiro e 12 de Março e à Conferência Nacional do PCP em 14 de Março.

O pretexto para esta discriminação tem sido o da alegada falta de pessoal.

A Radiodifusão Portuguesa tem a obrigação para com o povo português de organizar e manter os seus serviços por

forma a que o direito à informação, tão duramente conquistado, não seja puramente formal. Para além disso, e como se sabe, a Radiodifusão Portuguesa mantém arbitrariamente afastados dezenas de trabalhadores, de reconhecida competência profissional e dedicação aos ideais democráticos, impede o exercício das suas funções e os trabalhadores do sector da informação já readmitidos e procedeu ainda recentemente a novas suspensões.

A monopolização pela direita da Radiodifusão Portuguesa, e as conseqüentes discriminações políticas, suscita forte indignação em vastos sectores da opinião pública e, bem assim, em muitos trabalhadores da informação, que sentem que estão a ser manejados contra os interesses do nosso povo, contra a democracia.

3. O exemplo do que se passa na Radiodifusão Portuguesa, mostra bem a tendência da direita reacçãoária para ultrapassar os sectores moderados que a ela se alia para combater a esquerda e impor, depois, um clima de perseguição que já não poupa os seus aliados de circunstância.

Impõe-se desde já uma firme unidade de todos os trabalhadores com sentimentos democráticos, independentemente das suas opções políticas, a fim de deter a escalada reacçãoária em certos órgãos de comunicação, designadamente na Radiodifusão Portuguesa, e colocaresse poderosos meios, com isenção, ao serviço de todas as forças democráticas.

15 de Março de 1976

A secção de informação e propaganda do Partido Comunista Português

Saiba Número especial do Avante!

PROGRAMA ELEITORAL DO PCP

COM O PCP PARA UMA MAIORIA DE ESQUERDA

Levantemos de norte a sul do país uma grandiosa campanha de fundos!

DIVULGA O Avante! NO TEU LOCAL DE TRABALHO

ENFERMEIROS COMUNISTAS TOMAM POSIÇÃO

Denunciando o aproveitamento reacçãoário da greve dos enfermeiros, a organização comunista daquela profissão apela para a continuação da luta em moldes que a reacção não possa vir a utilizar

"Lutemos unidos por uma Saúde ao serviço do Povo português", assinala um comunicado dos enfermeiros comunistas da Organização Regional de Lisboa do PCP, que se manifesta igualmente contra o abandono dos doentes e o abandono dos serviços, bem como contra o aproveitamento reacçãoário da luta dos enfermeiros por melhores condições de trabalho.

Porque o comunicado aos trabalhadores de enfermagem e a todos os trabalhadores resume a situação que se vive, transcrevemo-lo na íntegra:

"O Ministério dos Assuntos Sociais, sob a orientação do dr. Rui Machete (responsável do PPD), continua surdo às reivindicações e à luta dos enfermeiros por melhores condições de trabalho e de vida, por uma Saúde diferente ao serviço do Povo português.

"As atitudes provocatórias e divisionistas do Ministério dos Assuntos Sociais sucederam-se as ameaças e, finalmente, o ignorar de uma situação que começa a tornar-se insustentável da qual é o mais directo responsável.

"Como levantámos em anterior comunicado, o aproveitamento reacçãoário da luta pode vir a

tornar-se rapidamente uma realidade.

"De mãos dadas com as forças hegemónicas do VI Governo (PPD-PS) as direcções sindicais oportunistas abrem caminho à provocação, viram a população contra os trabalhadores de enfermagem, retirando razão à sua luta e dando oportunidade ao Ministério dos Assuntos Sociais de entrar numa escalada repressiva para impor a «ordem» e a «disciplina».

"As direcções sindicais (onde abundam os amigos do dr. Rui Machete), que sistematicamente têm vindo a ignorar os delegados sindicais, a atropelar os processos democráticos, mostrando bem o seu cupulismo e o seu afastamento da massa dos trabalhadores, vêm agora em comunicado propor um conceito de «urgência» que ignora a deontologia profissional e o abandono dos serviços e dos doentes, alegando «pressões das bases» e a possibilidade de «greve selvagem» que eles próprios promovem.

"Foi a unidade, espírito combativo e elevada consciência profissional dos trabalhadores de enfermagem revelada nos seus locais de trabalho que deu alé à luta a características que tem

assumido: respeito pela vida dos doentes (em clara oposição ao desprezo a eles votado pelo MAS), grande coesão entre todos os profissionais, informação da população para aceitação de uma greve que neste sector é sempre impopular.

"Os enfermeiros comunistas, solidários com todos os trabalhadores de enfermagem em torno das suas reivindicações, apelam para a vigilância dos enfermeiros sobre todos aqueles que querem aproveitar-se da sua luta para criar o caos e a instabilidade propícios às forças reacçãoárias, inimigas mortais dos trabalhadores.

"Os enfermeiros comunistas apelam aos enfermeiros para que não abandonem os serviços, para que não abandonem os doentes. Os enfermeiros comunistas têm a certeza de ter ao seu lado a esmagadora maioria da classe que tem sabido demonstrar a sua elevada consciência profissional e dado uma lição de coerência na luta que se está a travar.

"Que todos os enfermeiros se reúnam nos locais de trabalho com os seus delegados sindicais para discutirem as formas que deve revestir a continuação da luta".

a vida do partido

BUSCA APARATOSA MAS INÚTIL

A Comissão de Freguesia da Ericieira do PCP manifesta através de um comunicado recentemente dirigido à população o seu profundo repúdio pela actuação das forças militares e militarizadas que no passado dia 15, pelas 5 horas, fizeram uma busca aparatosa e inútil numa casa comercial pertencente a um militante do nosso Partido.

Segundo posteriores declarações feitas pelos militares que desencadearam a acção (um destacamento do Comando transportado em 9 Chalimiles), teria sido denunciado anonimamente que o militante comunista, que goza da consideração geral e da estima por parte dos habitantes da vila, teria em seu poder 2100 armas.

«Não são os membros do PCP que possuem armas, como mais uma vez se verificou, mas sim os bandoleiros do ELP-MDLP que aterrorizam as populações, acobardados sob a capa de partidos legais de direita», salienta o comunicado da Comissão de Freguesia do nosso Partido.

SESSÃO EM BREJOS DE AZEITÃO

Os camaradas de Brejos de Azeitão promoveram, com grande afluência, no último sábado, uma sessão de esclarecimento no Centro de Trabalho local. O camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, focou os aspectos fundamentais da situação política actual e respondeu a numerosas perguntas da assistência que encheu completamente o salão. Interviu também o camarada Joaquim Graça, acerca do controlo operário, e os militantes Alfredo e Delfim, das organizações da freguesia locais, que falaram sobre a importância das organizações populares de base.

FESTA-COMICIO DA JUVENTUDE EM GRÂNDOLA

Também com a presença do camarada Jaime Serra, a juventude e o povo de Grândola tiveram ocasião de participar, no último sábado, numa festa-comício do nosso Partido.

FESTIVAL DA PRIMAVERA

Várias iniciativas, entre as quais é de destacar a festa que se realiza no sábado, no Jardim do Campo Grande, apontam para o Festival da Primavera que a UEC e a UJC vão promover

Antecedendo o Festival da Primavera que a UEC e a UJC vão levar a cabo, em realização conjunta, no próximo dia 28 de Março, em local ainda a determinar, várias têm sido as iniciativas efectuadas e destinadas predominantemente à juventude, enquanto que outras estão já programadas.

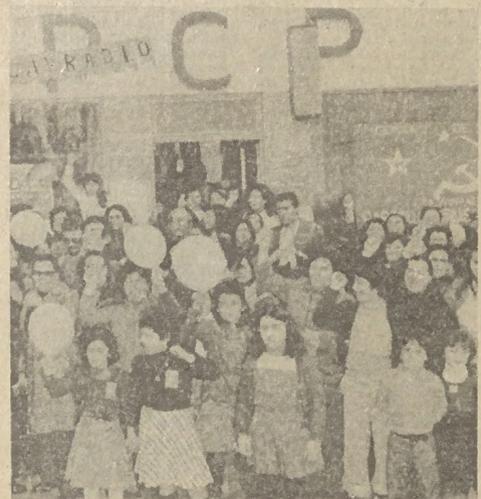
Deste modo, realizou-se no passado dia 6, na Escola Francisco Arruda, uma baile convívio em que estiveram presentes cerca de 250 jovens. No dia 13, pelas 15 horas, decorreu uma jornada desportiva com a prática de várias modalidades, na Escola Marquês de Pombal e que se prolongou por toda a tarde com a presença de mais de uma centena de jovens. Estas duas iniciativas foram organizadas pela UJC do 2.º Bairro e pelas células da UEC de Agronomia, ISOSP e ISEF. Entretanto, no dia 10 decorreu um amplo convívio em Alfama que reuniu jovens daquele bairro e do Bairro Alto. Também por iniciativa da UEC realizaram-se já os seguintes colóquios: «O aborto é solução?», no passado dia 12, na Aula Magna do Hospital de Santa Maria e que contou com a presença de 500 jovens; e ainda um colóquio sobre a Constituição Política, na Aula Magna da Reitoria, na terça-feira passada, com a participação de Vital Moreira (PCP), José Luis Nunes (PS) e Marcelo Rebelo de Sousa (PPD).

Para o próximo sábado, dia 20, está prevista uma grande festa desportiva, cultural e de convívio a realizar no Jardim do Campo Grande e promovida pela UJC do 3.º Bairro e pelas células da UEC de Direito, Medicina, Letras, Liceu D. Pedro V e Magistério Primário.

Com início às 14 horas a festa promete vir a ser o grande ponto de encontro de todos os jovens de Lisboa e arredores, no próximo sábado. A parte desportiva será preenchida por um «cross» desde Sete Rios até ao Campo Grande, saltos em altura e comprimento, ginásticas de barras e pedestres, entre outras actividades. Na parte cultural será apresentada uma peça de teatro, representada no lago, canto livre, uma exposição sobre a mulher e os jovens nos países socialistas, uma banca de livros soviéticos, uma banca sobre a República Popular de Angola e o MPLA e ainda uma banca com as edições da UEC e da UJC. Na parte de convívio realizar-se-á um baile e a tarde infantil será animada pela actuação de palhaços, pintura de cartazes, corridas de sacos e outras actividades.

FESTA DA JUVENTUDE EM ALFANGE

Entretanto, a UJC e a UEC levam a efeito para o próximo sábado, no Salião do Povo em Alfange, uma festa com baile, marcado para as 21 e 30. Das muitas iniciativas, que irão certamente animar o convívio dos jovens militantes, destacam-se, por exemplo, o serviço de bar, as bancas com artigos de propaganda do Partido e uns sorteios, que prometem...



Balões, doces e outras coisas animaram a festa de convívio infantil que o Centro de Trabalho do Lavradio do PCP promoveu juntamente com outras iniciativas para comemorar o seu primeiro aniversário

Comité Central, toda a população trabalhadora dessa terra de grandes tradições revolucionárias, que «esteve sempre na vanguarda da luta contra o fascismo, contra a exploração capitalista, pela liberdade e a democracia», o camarada da Comissão Política manifestou a certeza de que a juventude de Grândola defenderá essas tradições, honrando a memória de Catarina Eufémia e de muitos outros heróis do nosso povo. Lembrando alguns desses nomes ilustres, o camarada Jaime Serra considerou «um insulto ao sacrifício e aos sofrimentos de tantas dezenas de milhares de vítimas do fascismo e da sua criminosa polícia política a complacência com que se tratam actualmente os seus mais directos responsáveis, incluindo a libertação dos Pides, sem que os seus crimes sejam julgados e punidos» numa altura em que «se colocam bombas com todo o alvoroço» e «em vez de se prenderem e punirem os responsáveis por tais crimes, se fazem aparatosas e afrontosas incursões policiais em locais de trabalho e em meios progressistas, procurando armas que nunca aí existiram».

Referindo-se às conquistas da revolução, o camarada Jaime Serra destacou a criação de grande número de «comissões populares para a defesa dos interesses das populações locais, assim como assembleias populares representativas, verdadeiros embriões da futura organização do poder popular».

Em seguida, o camarada da Comissão Política referiu-se de demeradamente à Reforma Agrária que, «retirando os injustos privilégios a um punhado de famílias parasitárias, abriu perspectivas de libertação a centenas de milhares de trabalhadores e suas famílias» que romparam «as tradicionais cadeias da exploração e da miséria a que estavam sujeitos», dando início à «materialização de um sonho milenar de justiça social nos campos — dar a terra a quem a trabalha».

Contra o plano de acção dos reaccionários, que tentam «intensificar a exploração dos trabalhadores», contra as tentativas de recuperação por parte dos latifundiários, que «procuram explorar o baixo nível político e a falta de esclarecimento de certas camadas de pequenos e médios camponeses, assim como de seareiros e rendeiros», o camarada Jaime Serra lembrou que «o PCP defende medidas imediatas, em todo o país, que respondam às reclamações dos pequenos e médios agricultores, proprietários, rendeiros e seareiros, no que respeita aos

preços e escoamento dos produtos agrícolas, tais como leite, gado, e outros produtos.

Defendemos também a rápida revisão dos impostos e o processo de concessão do crédito agrícola — disse ainda o nosso camarada — de forma a beneficiar as forças produtivas que vão no sentido do progresso e da revolução, no sentido dos interesses fundamentais do povo português.

Queremos aqui deixar claro que, no nosso entender, o triunfo da Reforma Agrária nas vastas regiões do Alentejo e Ribatejo dependem em grande medida duma justa consideração e defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores.

Do mesmo modo — acrescentou — uma justa política em defesa dos pequenos e médios agricultores em todo o país, só poderá ser garantida com o triunfo da Reforma Agrária no Sul, que assegure a defesa dos justos interesses do proletariado rural, os quais se identificam com os interesses de todo o povo.

AINDA NÃO HÁ CT EM LEIRIA

«Quando um partido da classe operária, com 55 anos de luta (...) se viu impedido de abrir um Centro de Trabalho numa capital de distrito, leva a pensar que as liberdades democráticas, num regime democrático, só existem para alguns partidos e que as entidades oficiais se mostram incapazes para contrariar o avanço da reacção» — refere um comunicado da Comissão Política de Leiria do PCP, onde dá conta das diligências efectuadas para conseguir uma casa onde possa instalar o Centro de Trabalho, depois do anterior ter sido destruído quando da vaga de atentados terroristas e assaltos a sedes de partidos progressistas.

Recordando que a partir dessa data foram encetados todos os esforços no sentido de alugar uma casa, o comunicado acrescenta que se levantam os mais diferentes obstáculos, sendo dificultadas por todas as formas a abertura do Centro de Trabalho de Leiria, impedindo-se assim que o PCP, candidato às próximas eleições, possa normalizar a sua situação numa capital de distrito.

Depois de referir que o assunto foi comunicado ao Governador Civil do distrito, que apesar de pouco adiantar prometeu a sua colaboração quando vagasse um edifício público, o que ainda não sucedeu, e salientando que o Governador

Civil foi informado de que a Comissão Concelhia do PCP tem a intenção de marcar uma audiência com o ministro da Administração Interna, para lhe ser transmitida a situação política que se vive presentemente em Leiria, o comunicado interroga: «Onde estão as liberdades democráticas tão apregoadas ultimamente?»

E acrescenta: «É uma realidade que elas só existem, na prática, para alguns partidos, nomeadamente para os defensores do capitalismo, que, apoiados pelas forças reaccionárias e fascistas, tudo tentam para criarem condições antidemocráticas, o que vão conseguindo, de forma a possibilitar-lhes uma farsa eleitoral e o regresso a uma ditadura fascista.»

GRANDE ACTIVIDADE NA MARGEM SUL

Intensa actividade de informação e esclarecimento tem vindo a ser desenvolvida no Concelho de Almada, pela Comissão Concelhia do PCP, através do seu órgão de Informação e Propaganda.

Assim, para além de variadas sessões de esclarecimento, quer nos centros de trabalho das diferentes freguesias, quer em colectividades de cultura e recreio, foi a anterior semana ainda caracterizada por visitas a fábricas da região seguidas de sessões, que tiveram como temas a actual situação política, e as próximas eleições.

Procurando captar camadas por vezes mais alheias ao processo, intervieram ainda nas diferentes sessões os membros do grupo de Canto Livre de Almada e foram projectados filmes que constituíram base para o diálogo que se seguiu.

Constituiram ainda ponto alto desta movimentação, as visitas dos camaradas Raimundo Narciso, suplente do Comité Central do nosso Partido efectuada a H. Parry & Son no dia 9, que na sessão realizada viria a apontar as tarefas mais prementes bem como alguns dos pontos mais relevantes relacionados com as próximas eleições, e ainda a visita do camarada Dias Lourenço à Sociedade de Reparação de Navios, onde durante a troca de impressões ali efectuada viria a desenvolver dois grandes temas.

Os progressos do movimento popular de massas após a derrota das sublevações militares de Novembro e as próximas eleições.

Na sua exposição inicial, referindo-se à actual conjuntura, o nosso camarada, depois de contrapor o anterior Pacto MFA/Partidos e o actual bem como o anseio de determinações sectores de ver o MFA nos quartéis, ao focar a constituição da UJC, afirmou que esta pode ser uma arma na mão dos trabalhadores, uma arma na mão das massas populares, para a defesa das liberdades e das conquistas revolucionárias.

Depois de falar sobre a política de direita do Ministério do «Trabalho» e da política de entrega aos grandes monopólios dos Ministérios das Finanças, Comércio Externo e da Economia, Dias Lourenço, ao referir-se à reforma agrária e aos ataques dos senhores da «CAP» de Rio Maior, lembrou o esborçar das suas ilusões, com o abrir de olhos dos pequenos e médios agricultores.

Falando em seguida sobre as eleições, recordou os largos sequeiros onde as liberdades estão coarctadas, como os Açores, Viseu, Bragança, etc., as posições coerentes do nosso Partido face às grandes questões nacionais, o perigo que representa a possibilidade de abstenção dos trabalhadores honestos, socialistas ou não, bem como a necessidade de ganharmos para o processo todos os explorados deste país, sejam eles o que forem. Referindo-se ainda aos católicos Dias Lourenço diria: «Na pessoa do trabalhador católico, está o irmão de classe, o explorado pelo capital».

Toda esta movimentação de massas, vem comprovar mais uma vez que o Partido Comunista Português, é o grande Partido da Esquerda, da verdade e da esperança.

Largas centenas de trabalhadores, de povo em geral, vieram assim escutar a voz do seu Partido, pois como se disse na Sociedade de Reparação de Navios em Cacilhas: «O Partido Comunista Português não precisa de se fazer amigo do povo, porque é a própria encarnação do que há de mais representativo do povo — as classes trabalhadoras».

No dia 15, uma sessão de esclarecimento, efectuada na SFAL reuniu centenas de pessoas que expressaram vivo entusiasmo perante a intervenção do camarada deputado Vital Moreira que abordou alguns aspectos da Revolução e o PCP nas eleições.

No dia 16, data de aniversário do Lavradio, que tem constituído uma presença activamente mobilizadora do nosso Partido, por iniciativa das camaradas realizou-se, às 15 horas, uma festa de convívio em que é de assinalar a extraordinária participação das mulheres comunistas e de outras simpatizantes do Partido. O «Avante!» esteve presente como



ASSEMBLEIA DE MILITANTES EM BENAVENTE

A unidade das massas trabalhadoras contra o avanço do fascismo foi tema central dos trabalhos da Assembleia de Militantes e do Encontro Unitário sobre Reforma Agrária realizados em Benavente

Com a presença de mais de uma centena de militantes realizou-se no passado dia 6 de Março — dia do 55.º aniversário do PCP a 1.ª Assembleia de Militantes do nosso Partido da freguesia de Benavente.

Os trabalhos decorreram por sessões, realizando-se no final de uma sessão plenária durante a qual o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, fez uma análise da situação política actual.

Na secção de Agitação e Propaganda e Fundos foram analisados aspectos de organização e problemas respeitantes ao próximo acto eleitoral. O problema dos fundos foi definido como uma tarefa prioritária.

A secção Sindicalismo e Controlo Operário abordou questões do movimento sindical unitário, antes e depois dos acontecimentos do 25 de Novembro. Foram debatidas especialmente a política antioperária do Ministério do Trabalho, a necessidade da unidade dos trabalhadores face ao avanço do fascismo e à recuperação capitalista.

O controlo operário, uma das grandes conquistas do processo revolucionário, foi apontado como meio de evitar a sabotagem económica

do grande patronato e a garantia de trabalho para os trabalhadores.

A terceira e última secção debateu os problemas respeitantes à Reforma Agrária, tendo sido salientada a necessidade de defender esta grande conquista da Revolução.

A formação de Comissões de Apoio à Reforma Agrária, a nível concelhio, foi apontada como meio de se opor a maior resistência às manobras dos agrários, que procuram manipular os seareiros e pequenos agricultores, levando-os à luta contra os seus próprios interesses. Na sequência dos trabalhos desta secção ficou marcada a realização de um Encontro Unitário sobre a Reforma Agrária, aberto à participação de operários agrícolas, pequenos e médios agricultores seareiros.

ENCONTRO UNITÁRIO

Na sequência das decisões da 1.ª Assembleia de Militantes do nosso Partido em Benavente, realizou-se no passado dia 13 naquela localidade o Encontro Unitário sobre a Reforma Agrária.

O trabalho deste Encontro divi-

diu-se por secções, dedicadas ao Desemprego e Operários Agrícolas, Nacionalizações e Expropriações, Arrendamento Rural e Foros.

Na primeira secção, na qual participaram 85 pessoas, e após as discussões, concluiu-se que só uma reforma agrária que entregue a terra a quem verdadeiramente a trabalha pode por fim ao desemprego nos campos. A ameaça do despedimento dos técnicos progressistas em serviço na CRRA foi condenada, ao mesmo tempo que se exigiu a expropriação de todas as terras abrangidas pela lei, uma vez que existem trabalhadores desempregados desde Outubro.

No decorrer dos trabalhos da segunda secção, que contou com cerca de 100 participantes, protestou-se contra o desalojamento dos seareiros da herdade das Figueiras e a ocupação da mesma pelo antigo dono, realizada com o apoio de indivíduos que arregimentou noutras localidades.

Finalmente, na terceira secção, foi discutida a situação dos rendeiros de Foros de Almada, que eram a totalidade dos participantes desta secção. Em Foros de Almada existe um conflito entre os rendeiros e a senhoria. Para a resolução desse conflito, os rendeiros exigem que a herdade deva ser imediata-

mente expropriada e entregue aos rendeiros que nela estão instalados e aos que dela foram desalojados. Por outro lado, os eucaliptos plantados pela proprietária junto às terras dos rendeiros devem ser arrancados, uma vez que os estão a prejudicar gravemente.

No plenário de encerramento deste Encontro Unitário, foi aprovada a seguinte moção: «Havendo rumores de que a reabertura da secção de Coruche CRRA será acompanhada pela substituição dos actuais técnicos progressistas, cuja actividade conhecemos e sabemos terem estado sempre ao serviço dos interesses dos pequenos e médios agricultores, dos seareiros e dos operários agrícolas, por outros que desconhecemos, os participantes do Encontro Unitário Sobre a Reforma Agrária (cerca de 200) efectuado em Benavente em 13 de Março de 1976 protestam contra tal facto junto do Ministro da Agricultura e Pescas e do Secretário de Estado da Reestruturação Agrária, visto que a Reforma Agrária deve estar ao serviço dos que trabalham verdadeiramente a terra e que a Reforma Agrária só poderá realizar-se com a participação de técnicos que estejam, eles também, a favor da Reforma Agrária».

NOVO CENTRO DE TRABALHO EM BRAGA

Constituiu um acontecimento para todo o Partido a inauguração do novo Centro de Trabalho em Braga, exemplo da tenacidade revolucionária dos nossos camaradas que não cedem perante a reacção e o terrorismo

De novo em Braga os comunistas têm o seu Centro de Trabalho. Inaugurado há dias, aproveitando a comemoração do 55.º aniversário do Partido, o novo local de trabalho, reunião e convívio substitui as instalações encobertas pela reacção em 10 de Agosto de 1975. Após sete meses de grandes dificuldades vencidas com tenacidade, o novo Centro ai está como símbolo da resistência, da vontade que anima a actividade dos nossos camaradas, por mais difíceis que sejam as condições de trabalho.

Presente na inauguração, o camarada Carlos Costa, do Secretariado do Comité Central, juntamente com outros camaradas da DORN, acentuou na sua intervenção, perante centenas de militantes, que o Partido Comunista não renunciará nunca ao seu programa de defesa intransigente das classes trabalhadoras, sejam quais forem os obstáculos e as manobras da reacção a vencer, pois é um Partido de luta, de reivindicação e de resistência, como bem o demonstram os 55 anos de actividade clandestina ou pública que agora se comemoram.

O novo Centro de Trabalho, que fica na Rua do Carmo, a escassos metros do Centro barbaicamente destruído, era um prédio em ruínas que os militantes do Partido, trabalhando dia e noite, restauraram em pouco tempo, de modo a ficar plenamente funcional.

As 17 horas, foi oficialmente

aberta a cerimónia de inauguração do novo Centro pelo camarada António Lopes da DORN, tendo os camaradas cantado vibrantemente o «Avante! Camarada», hino do nosso Partido.

Seguidamente o camarada Carlos Costa usou da palavra para frisar a importância do acto e afirmar que as fileiras do Partido cresceram diariamente com a adesão de novos camaradas consolidando-se assim, a unidade antifascista.

Ao lado da bandeira nacional, flutua novamente em Braga a bandeira do Partido Comunista Português. O regozijo manifestado pelos camaradas da capital do Minho e de todo o Norte, presentes no acto de inauguração, confirma o significado revolucionário que assume sempre para todo o Partido a luta em condições difíceis e o papel de relevo que nela desempenham as organizações e os camaradas daquela região do país.

Fortalecidos por um passado de resistência, empenhados na confiança do presente e seguros de um futuro de liberdade, os nossos camaradas de Braga e de todo o Norte encerraram a festa da inauguração do Centro com um convívio, cantando o hino nacional, o «Avante Camarada» e outras canções de luta, num ambiente de alegria e camaradagem que sublinhou mais este passo na consolidação das conquistas tão duramente alcançadas pelos trabalhadores.

ATENTADO EM ESPINHO

Dois cargas explosivas danificaram fortemente, na madrugada do passado dia 15, o Centro de Trabalho do PCP em Espinho e uma pequena oficina, situada no rés-do-chão do edifício.

A explosão, cujos efeitos se fizeram sentir num raio de 50 metros, estilhaçou os vidros do imóvel, danificando ligeiramente o recheio.

No local compareceram elementos da PSP, da Polícia Judiciária e um oficial do RCP, de Espinho, que se inteiraram da ocorrência. Os engenhos explosivos teriam sido colocados na parede do edifício onde está instalado o nosso Centro de Trabalho e nas janelas da referi-

dos acontecimentos estranhos, como por exemplo os telefonemas anónimos e intrigantes, as calúnias e provocações postas a correr através de panfletos anónimos antes da sessão de esclarecimento que o nosso Partido realizou no passado domingo, à noite, nesta cidade noroeste e nos quais se fazia referência a uma «presença de cubanos» e outras especulações, sem fundamento, caracterizam o anticomunismo primário dos bandos de epístas e demais provocadores, com ou sem filiação nos partidos reaccionários.

A JSD, organização contra-revolucionária que tem estabelecido climas de violência e intimidação nas escolas, chegou a provocar militantes do nosso Partido, que tinham instalado na parte exterior



da oficina.

Segundo testemunhas oculares, um automóvel de cor escura e com as luzes apagadas teria rodado as imediações da sede do PCP, transportando dois indivíduos que momentos antes da explosão correram apressadamente para o veículo.

Tal como seria de esperar, este atentado reaccionário, planejado pelos que ainda pretendem o regresso à ditadura terrorista, não surge isolado.

das instalações onde decorria a sessão de esclarecimento uma banca de vendas com vários livros e artigos de propaganda do Partido. É de salientar que, apesar de todas estas ameaças fascistas, a jornada reuniu 400 pessoas numa afirmação de confiança revolucionária e determinação na luta pela democracia, rumo ao socialismo.

Em notas já divulgadas as Comissões Concelhias de Espinho e de Aveiro do nosso Partido denunciavam todas estas actividades.

FESTEJADO COM ENTUSIASMO NO LAVRADIO O 1.º ANIVERSÁRIO DO CENTRO DO PCP

Decorreram com grande entusiasmo, e reunindo largos milhares de pessoas, as comemorações do 1.º Aniversário do Centro de Trabalho do nosso Partido no Lavradio

Um Comício-Debate realizado no dia 16, às 21 horas, no Ginásio da CUF encerrou as comemorações do 1.º Aniversário do Centro de Trabalho do nosso Partido no Lavradio. Para festejarem um ano de actividade do Centro de Trabalho do Partido, os camaradas do Lavradio desenvolveram actividades de carácter cultural nos dias 13 e 14, realizando uma Sessão de Canto Livre em que participaram os Trovadores do Barreiro, o conjunto Intróito e os camaradas Luisa Bastos, Carlos Paredes, Ary dos Santos e Joaquim Pessoa e Carlos Mendes, e apresentando a peça «Amanhecer» da autoria do camarada Carlos Coutinho, a qual foi representada por camaradas da zona.

No dia 15, uma sessão de esclarecimento, efectuada na SFAL reuniu centenas de pessoas que expressaram vivo entusiasmo perante a intervenção do camarada deputado Vital Moreira que abordou alguns aspectos da Revolução e o PCP nas eleições.

No dia 16, data de aniversário do Lavradio, que tem constituído uma presença activamente mobilizadora do nosso Partido, por iniciativa das camaradas realizou-se, às 15 horas, uma festa de convívio em que é de assinalar a extraordinária participação das mulheres comunistas e de outras simpatizantes do Partido. O «Avante!» esteve presente como

convidado dos camaradas do Lavradio.

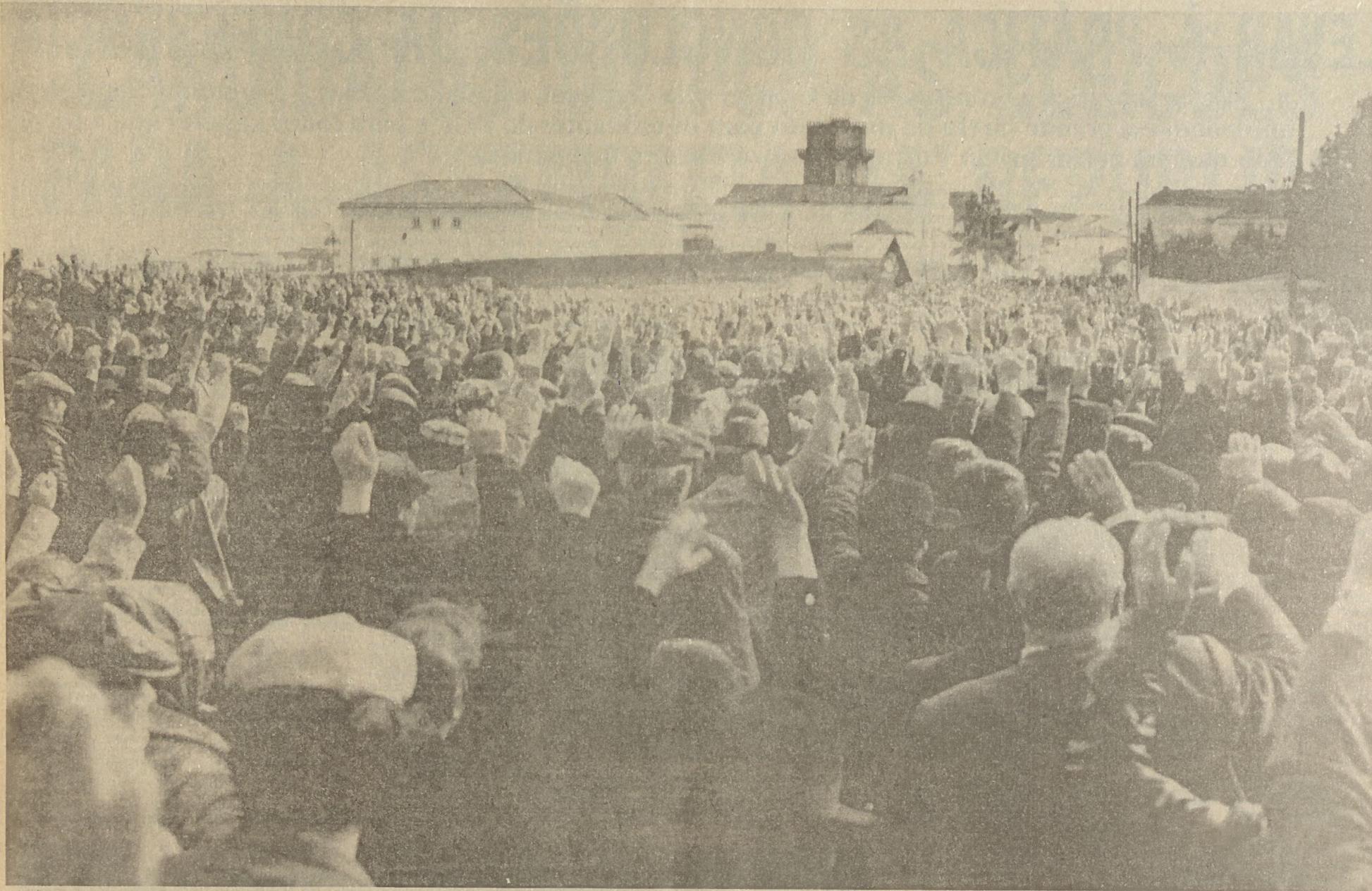
No comício de encerramento participaram os camaradas Domingos Abrantes do Comité Central, candidato pelo distrito de Setúbal, Fernanda Patrício, deputada pelo círculo de Beja, Hermegilda Pereira deputada pelo círculo de Setúbal, Espírito Santo da Comissão de Freguesia do Lavradio e Mira da Comissão Concelhia de Setúbal.

Várias moções de células de empresas da zona de saudação ao Centro de Trabalho do Lavradio foram lidas por o camarada da Comissão de Freguesia do Lavradio.

O camarada Domingos Abrantes respondeu a algumas questões

postas pelos participantes, após analisar a situação política na qual se insere o próximo acto eleitoral, insistindo em que a única forma de travar o caminho à reacção, a única alternativa de salvaguardar as conquistas democráticas, a única alternativa de esquerda é a maioria com o PCP e um governo com o PCP.

O encerramento das comemorações do 1.º Aniversário do Centro de Trabalho do Lavradio, que decorreram sob a directriz de reforçar a unidade das massas populares, verificou-se num clima de confiança e entusiasmo face às tarefas revolucionárias às quais os camaradas do Lavradio continuarão a dar o melhor do seu esforço e ardor revolucionários.



GRANDIOSAS MANIFESTAÇÕES EM BEJA, ÉVORA E PORTALEGRE

Entusiasmo e fé militante na vitória caracterizaram as grandes manifestações de luta pela consolidação e defesa da Reforma Agrária, em que participaram cerca de cem mil trabalhadores do campo

Trabalhadores agrícolas, seareiros, rendeiros, pequenos e médios agricultores, todos aqueles que trabalham a terra, reafirmaram, no último sábado, em Évora, Portalegre e Beja, nas manifestações que reuniram cerca de cem mil pessoas, que a luta no Alentejo continua e vencerá todos os grandes capitalistas e latifundiários, todos os lacaios e traidores que continuam à espera da oportunidade de destruir por completo as liberdades e conquistas alcançadas com o 25 de Abril. «Contra os ministros que se preocupam mais em reunir e dar atenção à chamada Confederação dos Agrários de Portugal — organização fascista do ELP, MDLP, CDS, PPD, AOC, MRPP — do que em resolver os problemas que afectam aqueles que trabalham a terra», os Sindicatos, Ligas e União dos trabalhadores agrícolas daquelas cidades alentejanas, juntamente com a Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária, fizeram sentir, através de grandiosas manifestações de massa, que não desistem de consolidar e fazer progredir uma das maiores conquistas do processo democrático, que interessa a todo o povo português, lutando pela «concessão de créditos para a compra de máquinas e gados e pela continuação sem entraves do crédito de emergência», por «uma forma justa de comercialização dos produtos», pela «fixação antecipada dos preços de venda dos produtos, para defesa do produtor e do consumidor» — pela «participação das organizações dos trabalhado-

res nos órgãos decisivos da Reforma Agrária».

A principal moção aprovada nas três manifestações lembra a todos, em termos bem claros, que os trabalhadores rurais, os seareiros e rendeiros, os pequenos e médios agricultores, tudo têm feio e continuarão a fazer para aumentar a produção, para haver pão e trabalho. E conseguiram-no: a produção aumentou e o desemprego, pela primeira vez, deixou praticamente de existir nos campos do Alentejo.

Se no futuro a produção baixar, houver desemprego e faltar o pão, como sempre aconteceu no tempo do fascismo, acusamos desde já como responsáveis os agrários e grandes capitalistas e todos aqueles que, no Governo e no aparelho de Estado, tentam por todos os meios sabotar a Reforma Agrária.

O inimigo principal, que levanta a cabeça com arrogância, é mais uma vez identificado e claramente denunciado: «Em Montemor no dia 7 do corrente — afirmam os trabalhadores em Coruche no dia 11, um grupo de terroristas, chefiados por grandes agrários, atacam o núcleo do Centro da Reforma Agrária; em Montalvão, alguns trabalhadores são agredidos quando procedem ao levantamento das herdades a expropriar».

Quem pega em armas são os agrários e a escumalha que ainda conseqüem ter ao seu serviço. Mas serão batidos. «Vamos lutar com coragem, com entusiasmo, fazendo todos os sacrifícios necessá-

FIRMEZA E DETERMINAÇÃO

O entusiasmo e a certeza de vencer foram as notas dominantes em todas as manifestações. Em Évora, mais de 35 mil pessoas encaminharam-se, em perfeita ordem e com civismo, para o Governo Civil, onde exigiram o cumprimento da Lei da Reforma Agrária e o respeito pela integridade e bom funcionamento das herdades colectivas e cooperativas já constituídas. Durante a manifestação, que se dirigiu mais tarde para a Praça do Giraldo, terminando sem atritos no Rossio, ouviram-se, proclamadas com determinação pelos milhares de trabalhadores, palavras de ordem como «nas herdades ninguém toca», «avante, avante com a Reforma Agrária», «abaixo a reacção», «crédito agrícola tem que vir», «abaixo o PPD, o CDS, a AOC e o MRPP que são fascistas».

Recebidos com provas de camara-

ragem e ouvidos com atenção, dirigiram-se aos manifestantes os trabalhadores Custódio Gingão, pela Cooperativa Agrícola «Cravo Vermelho» e em nome das Cooperativas e Herdades Colectivas; Francisco Roque, pela Liga dos Pequenos e Médios Agricultores; Adalino, pela União dos Sindicatos de Évora (Intersindical); e Manuel Vicente, pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas.

Francisco Roque afirmou: «Eu sou um pequeno agricultor do concelho de Montemor-o-Novo. Todos sabem que a reacção, os grandes agrários, tentam levar atrás de si os pequenos e médios agricultores. Coruche foi já um aviso da recuperação latifundiária, aviso que nenhum trabalhador rural pode aceitar. O trabalhador rural tem de fazer a Reforma Agrária».

A mesma firme decisão foi manifestada por todos os trabalhadores presentes — os que falaram e os que ouviram. «Não estamos dispostos a recuar um centímetro» — afirmou Manuel Vicente, acrescentando que os agrários querem dividir os trabalhadores e afastá-los dos sindicatos, pelo que «os que estão nas herdades e nas cooperativas não devem desprezar o Sindicato. Quando o fizerem — avisou — no outro dia, vocês, serão batidos pela reacção».

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora perguntou: «Se não tivéssemos um Sindicato como o nosso, haveria por acaso Reforma Agrária?» A resposta não se fez esperar e foi de

apoio incondicional aos sindicatos e aos trabalhadores sindicalizados.

Com o mesmo entusiasmo e fé na vitória total vieram para a rua em Beja cerca de 40 mil pessoas. Idênticas foram as palavras de ordem. Iguais o civismo e a disciplina dos trabalhadores. A manifestação dirigiu-se para o Sindicato Agrícola e o Governo Civil.

A mesma defesa dos interesses dos trabalhadores rurais, seareiros e rendeiros, pequenos e médios agricultores, caracterizou as preocupações manifestadas por todos os que vivem a Reforma Agrária como obra sua que interessa a todo o país. Nesse sentido se dirigiram aos manifestantes vários trabalhadores — Luzia pelo Sindicato Agrícola, Cândido, pelos pequenos agricultores, Batista pelos operários agrícolas, e Valverde pela União dos Sindicatos de Beja (Intersindical).

Em Portalegre, foi ainda a firme determinação de barrar o passo aos grandes agrários e a toda a reacção que se notou nos largos milhares de trabalhadores que vieram das herdades colectivas. Depois de um almoço de convívio, houve uma grande concentração, durante a qual falaram José Armando, do Sindicato Agrícola; Carriá, da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores e Maria das

Dores, do centro Regional da Reforma Agrária.

APOIO MILITANTE

Em todas as intervenções foram sublinhadas as reivindicações que constam da moção principal, aprovada por aclamação nas manifestações.

As mesmas intervenções foram sublinhadas as reivindicações que constam da moção principal, aprovada por aclamação nas manifestações.

As mesmas intervenções foram sublinhadas as reivindicações que constam da moção principal, aprovada por aclamação nas manifestações.

diata de todas as determinações legais e burocráticas que impedem a concessão de créditos para aquisição dos meios de produção e que visam impossibilitar, a partir de 30 de Abril de 1976, o acesso ao crédito agrícola de emergência».

Outras medidas de excepcional importância foram ainda exigidas ao Governo e ao Conselho da Revolução, nomeadamente no sentido de revogar imediatamente «todas as leis que protegem os grandes intermediários especuladores», bem como «a rápida criação de um sistema de comercialização que permita o escoamento fácil, e a preços compensadores, dos produtos agrícolas das herdades colectivas ou cooperativas e dos pequenos e médios agricultores, seareiros e rendeiros», travando-se «o aumento desenfreado do custo de vida e protegendo-se, dessa modo, as classes mais desfavorecidas».

Depois de mencionarem ainda outras medidas imprescindíveis para a consolidação e defesa da Reforma Agrária, os cem mil manifestantes que aprovaram a moção lembram, por fim, «aos actuais detentores do poder político-militar», que o futuro pertence aos que trabalham e que, se esses detentores do poder «não tomarem as medidas que se impõem, a História e o Povo Português os julgarão».

Os trabalhadores que se manifestaram em Évora, Beja e Portalegre receberam palavras de apoio e a solidariedade militante da parte de dezenas de organizações operárias e populares. A Beja, chegaram moções do Comité de Luta dos Trabalhadores do Comércio e Serviços, Transportes, Rodoviários, Professores (Executivo), Operários Metalúrgicos, Operários da Construção Civil, Profissionais da Indústria Hotelaria e Electricistas do Sul.

Do Porto, veio um telegrama de apoio vibrante por parte do Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte, solidarizando-se totalmente com a «jornada de luta» dos trabalhadores alentejanos. O mesmo sucedeu com o Movimento para a Extinção dos Foros, com sede em Avenal, Sobreiro (Condexa) que apoia a luta comum.

O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Alentejo, com sede em Évora, o da Construção Civil do mesmo distrito e o dos Trabalhadores da Indústria Mineira, de Aljustrel, transmitiram também o seu apoio caloroso à jornada de luta de todos os que trabalham a terra.

Muitas outras manifestações de solidariedade na luta comum receberam ainda os cem mil manifestantes de Évora, Beja e Portalegre, destacando-se entre elas, as da Intersindical Nacional e a dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Setúbal.

PLENÁRIO AGRÍCOLA EM TORRES VEDRAS

Uma iniciativa do Secretariado Provisório das Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Lisboa, que merecerá a plena adesão de todos os que trabalham a terra

Arrendamento rural, escoamento dos produtos da agricultura, crédito agrícola, legalização e reconhecimento das Ligas por parte do Governo, Previdência dos trabalhadores

rurais, defesa e avanço da Reforma Agrária serão os pontos principais a discutir no Plenário de Pequenos e Médios Agricultores convocado pelo respectivo Secretariado (Provisório) do

Distrito de Lisboa, para o próximo domingo, às 15 horas, no Clube Artístico e Comercial de Torres Vedras.

Neste Plenário, que interessa a todos os que trabalham a terra,

TRABALHADORES DESPEDIDOS POR ESTAREM SINDICALIZADOS!

«Como pode o nosso sector sentir a libertação do 25 de Abril se nada foi feito para semos descolonizados?»

Esta interrogação da Comissão Directiva Provisória do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito do Porto, expressa em carta enviada ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro, é justificada pela odiosa exploração e opressão que continuam a atingir os operários agrícolas do Norte. É certo que os operários agrícolas do Norte já têm um sindicato dos últimos a constituir-se ao nível do sector, o que testemunha asenormes dificuldades que enfrentaram para avançarem com a sua organização de classe. Como resposta a esta conquista os agrários reacçãoários começaram a proceder a despedimentos sob o argumento de que os trabalhadores estão inscritos no sindicato. Esta atitude manifestamente ilegal e claramente demonstrativa da espécie de «liberdade» com que pretendiam brindar o povo português, se este o consentisse, os senhores do CDS, do PPD e de outros partidos, provoca a justa indignação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito do Porto. O problema já fora denunciado em assembleia de 8 de Fevereiro passado, em que se aprovou uma moção relativa à necessidade de «uma justa e mínima lei proibindo despedimentos sem justa causa e sem indemnização» e se decidiu pedir uma audiência para os dias 13 e 14 de Março, pedido que não obteve resposta.

Mas os trabalhadores agrícolas do Porto que, corajosamente lutaram contra a reacção que se opunha à constituição do seu sindicato, saberão encontrar, na unidade, a força que imponha a satisfação dos seus interesses e impeça o boicote à actividade sindical desenvolvido pelos agrários saudosistas do fascismo e da omnipotência capitalista.

deliberar-se-á sobre questões tão importantes e urgentes como a saída do regulamento de comercialização e abate de gado, a importação da batata de semente, o preço de compra de batata de consumo à produção, o preço do vinho, solidariedade entre trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores, aplicação efectiva da Lei do Arrendamento Rural, intervenção das Ligas em toda a legislação que vier e sair e que diga respeito aos interesses que defendem, denúncia da sabotagem que alguns juizes têm feito nas Comissões Arbitrais, prazos dos contratos de arrendamento, direito de voltar as terras, pensões a pequenos proprietários pobres, resolução de casos concretos que ultimamente têm vindo a público e tantas outras questões vitais, que todos os dias se apresentam aos trabalhadores dos campos, aos pequenos e médios agricultores, aos rendeiros e seareiros, em toda a parte onde se luta para enterrar de vez a herança fascista e pôr a terra ao serviço de quem a trabalha.

OS ACONTECIMENTOS DE CORUCHE

Os acontecimentos de Coruche e a escalada da direita — os fascistas começam a campanha eleitoral. Com este título, a Comissão Distrital de Santarém do PCP divulgou no passado dia 12 um comunicado relativamente aos graves acontecimentos de Coruche, em que se afirma:

«Procurando jogar na instabilidade e na desordem dos agrários da GAP, com sede em Rio Maior, e os seus lacaios na vila de Coruche, lançaram uma investida contra os operários agrícolas e os pequenos seareiros».

Numerosos documentos do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém, dos trabalhadores do Centro Regional da Reforma Agrária, de comissões de trabalhadores e de numerosos outros sectores alertaram e pediram medidas aos representantes do Governo para que a provocação terminasse.

Ainda hoje, 12 de Março, os operários agrícolas numa atitude de clara defesa da Reforma Agrária, decretaram uma paralisação com concentração frente às Câmaras municipais do Distrito de Santarém, para protestarem contra mais este atentado contra a democracia.

É claro o envolvimento dos partidos reacçãoários nesta manobra. O CDS duma denominada JIA emite um comunicado apoiando a luta dos grandes agrários; o jornal «O Século» dominado pelo PPD destaca na sua edição de hoje, 12 de Março, a provocação dos agrários dizendo que o Ribatejo está à beira da explosão, no que não deixará de ter razão: os bombistas estão no meio da provocação dos agrários; o PPD para culminar, talvez, esta acção dos agrários, convoca no dia 11/3 um comício para dia 14/3 um comício com Sá Carneiro e alguns candidatos por Santarém desse partido.

Tudo isto como afirmámos ao princípio, faz parte da necessidade que a direita tem de jogar na instabilidade, na indefinição, na confusão política, para assim colher frutos nos sectores mais despolitizados, que no nosso país são numerosos, produto de 48 anos de fascismo.

Estamos certos que estas manobras fascistas não passarão no Ribatejo. O povo trabalhador que sofreu muito com o fascismo, não deixará que o fascismo regresse».

Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional

MCO 2

SOCIALISTAS E COMUNISTAS

É POSSÍVEL A COOPERAÇÃO?

Autor: Ernst Henri
 Título: Socialistas e Comunistas: é possível a cooperação?
 Coleção: Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional
 Código: 62.02
 Preço: 40\$00

LEVAR À PRÁTICA AS CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA

Levar à prática as conclusões da Conferência Nacional, estudar e aplicar o Programa discutido e aprovado, é a grande tarefa do momento para os militantes do PCP e para todos aqueles que a nosso lado querem construir em Portugal uma verdadeira democracia

A aprovação, por unanimidade e aclamação, do Programa Eleitoral do Partido Comunista Português, na fase final dos trabalhos da Conferência Nacional do PCP realizada no passado domingo, culminou o intenso trabalho de discussão, mas também de organização, travado em todas as organizações do Partido desde 14 de Fevereiro, data em que o Comité Central do PCP decidiu convocar a Conferência Nacional.

Mas a aprovação do projecto de Programa Eleitoral por unanimidade e aclamação demonstrou ainda a unidade de pensamento e acção dos comunistas portugueses, vanguarda das massas trabalhadoras na luta por uma sociedade democrática rumo ao socialismo.

O Pavilhão dos Desportos foi pequeno para albergar os representantes, delegados e convidados, de todas as organizações do Partido, do Minho ao Algarve, Açores e Madeira. Desde que o camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, declarou abertos os trabalhos da Conferência, até que o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, pronunciou o discurso de encerramento, os milhares de militantes, simpatizantes

já, novas perspectivas à actividade dos comunistas junto das massas trabalhadoras do nosso País.

Conforme acentuou o camarada Álvaro Cunhal no discurso de encerramento da Conferência, o Programa Eleitoral "será um instrumento de acção

de uma votação maciça nos candidatos comunistas, é reforçar a via democrática e socialista do processo iniciado em 25 de Abril de 1974, é impedir que a reacção e o fascismo travem esse processo, destruindo as liberdades e as outras conquistas dos trabalhadores e instalem no

dos delegados à Conferência demonstraram firmemente as razões que fazem, legitimamente, do glorioso Partido Comunista Português, do partido da resistência antifascista, do Partido da Liberdade e da Democracia. O Partido dos trabalhadores, o Partido da Reforma Agrária e dos Pe-

quenos e Médios Agricultores, o Partido de uma Nova Economia Rumo ao Socialismo, o Partido da Democratização da Instrução e Cultura, o Partido da Independência Nacional.

Porque, conforme salientou o camarada Álvaro Cunhal, "em toda a parte os comunistas

empregam as suas energias, os seus esforços, as suas capacidades, com abnegação e sacrifício sincero, para encabeçar, para dirigir, para orientar, para facilitar, para ajudar a luta do Povo trabalhador, as amplas camadas da população do nosso País na construção do Portugal democrático a caminho do socialismo".

Partido e vanguarda da classe operária e das massas trabalhadoras, inspirando-se e mantendo-se fiel aos princípios do marxismo-leninismo, ontem como hoje o Partido Comunista Português aponta ao nosso Povo o caminho do futuro.

Mobilizando e esclarecendo, ajudando e encabeçando o nosso Povo na luta pelo fim da exploração do homem pelo homem, os militantes comunistas, ao lado dos outros democratas e antifascistas, ao lado de todos os progressistas e revolucionários, são um poderoso destacamento de combate contra a reacção e o fascismo, pela democracia e o socialismo.

comunistas devem levar junto de todo o nosso Povo os materiais do Partido, devem melhorar ainda mais a informação e propaganda. A partir de agora, o Programa Eleitoral do nosso Partido deve transformar-se no Programa Eleitoral de todos os que amam a liberdade e a democracia, de todos os que são sinceramente antifascistas.

Conforme acentuou o camarada Blanqui Teixeira no decorrer da sua intervenção na Conferência, "o nosso Programa Eleitoral é para ser espalhado, compreendido e aceite por muitos e muitos outros portugueses, pelos operários, pelos pequenos e médios agricultores, pelos empregados e funcionários, pelos intelectuais e estudantes, pelos militares, pelas mulheres e pelos jovens, pelos pequenos e médios empresários, pelos patriotas, pelos antifascistas, pelo povo em geral".

UNIDADE DE PENSAMENTO E ACÇÃO

Se soubermos cumprir com determinação e firmeza esta tarefa que agora se nos coloca poderemos garantir um

futuro democrático no nosso País, um futuro a caminho do socialismo.

"Com a unidade de pensamento e de acção que caracteriza o nosso Partido — salientou o camarada Álvaro Cunhal no final do seu discurso de encerramento — com a tenacidade, a combatividade, a coragem e a abnegação próprias dos comunistas, com a firme determinação de defrontar as dificuldades, os riscos, os obstáculos, as provocações, nas condições ainda existentes em muitas regiões, com a firmeza e determinação de conseguirmos os resultados a que os propomos — porque desses resultados depende o futuro da democracia portuguesa — estamos plenamente confiantes em que o nosso Partido, o nosso Povo impedirão o regresso ao fascismo e assegurarão a construção de um regime democrático rumo ao socialismo, rumo à sociedade que foi o sonho milenário de todos os explorados, de todos os oprimidos — a construção de uma sociedade sem exploração do homem pelo homem".



A oferta de uma tela bordada, representando a heróica camponesa e militante comunista Catarina Eufémia, feita pela delegada da organização do nosso Partido na Madeira ao Comité Central do PCP, é um valioso símbolo da luta dos comunistas portugueses pela liberdade, pela democracia, pelo socialismo. Fazendo uma tela alusiva a quem tombou na dura luta contra o fascismo, as operárias da cooperativa de bordados da Ribeira Brava simbolizaram todos aqueles que, ontem como hoje, lutam pela concretização do sonho milenário de todos os explorados e oprimidos: a construção de uma sociedade sem exploração do homem pelo homem.

DIVULGAR O PROGRAMA ELEITORAL

Mas, para cumprirmos essa tarefa histórica, os

385 OPERÁRIOS E ASSALARIADOS RURAIS ENTRE OS DELEGADOS

Dos delegados presentes à Conferência Nacional do nosso Partido, 349 eram operários, 258 empregados, 19 pequenos comerciantes e industriais, 47 estudantes, 25 funcionários públicos e municipais, 77 intelectuais, 9 pequenos agricultores, 36 assalariados rurais, 90 funcionários do Partido e 4 domésticas. Deste modo, os operários e assalariados rurais representaram 42,1 por cento dos delegados à Conferência. Dos delegados presentes, 106 eram mulheres, o que representa 11,9 por cento do total de delegados.

CONVIDADOS ESPECIAIS PRESENTES NA CONFERÊNCIA

Aos trabalhos da Conferência assistiram vários convidados especiais do nosso Partido. No Pavilhão dos Desportos estiveram, entre outros, António Borges Coutinho, José Manuel Mendes, Manuel Alpedrinha, Carlos Carvalho, Raul de Castro, Macedo Varela, Mário Rêgo, Duarte Vidal, Manuel Peres, Álvaro Rana, Sérgio Carvalhão Duarte, Ary dos Santos, Maria Irene Dias Amado Carvalhão Duarte, Romeu de Sousa, Vilaverde Cabral, José Manuel Tengarrinha, Mário Bruxelles, Bernardo Santarém, Fernando Gusmão, Ulpiano Nascimento, João de Freitas Branco, Eugénio Pereira de Moura, Manuel de Lima, Fernando Oliveira Batista e José Ribeiro da Fonte.

SAUDAÇÕES RECEBIDAS

Muitas foram as saudações recebidas no decorrer dos trabalhos da Conferência. De entre elas destacamos as que foram enviadas pela célula do nosso Partido da empresa J. Pimenta, pela organização concelhia de Maia (Porto), pela Comissão Concelhia de Palmela, pela Conferência Concelhia do Seixal, pela Célula da H. Parry & Son, pelos trabalhadores comunistas suspensos dos órgãos de informação, pela célula do Hospital Distrital do Barreiro, pela célula da SAPEC, pelo organismo inter-concelhia da Comissão Distrital do Porto, pela organização concelhia de Marco de Canavezes, pela Comissão Concelhia de Figueiras.

nosso país uma nova ditadura terrorista dos monopólios e dos latifúndios.

RUMO À DEMOCRACIA E AO SOCIALISMO

Mas a Conferência não se limitou a discutir e a aprovar o projecto de Programa Eleitoral do nosso Partido. Através das numerosas intervenções dos delegados, e conforme salientou o camarada Álvaro Cunhal, "deu o panorama geral, embora naturalmente muito incompleto e fragmentado, da actividade do nosso Partido, da luta da classe operária, da luta dos trabalhadores da cidade, dos campos, das minas, do mar, dos intelectuais, da juventude e de todas as classes e camadas da população interessadas na liquidação definitiva do poder dos monopólios, dos grandes agrários, do domínio estrangeiro sobre o nosso País".

Por outro lado, as dezenas de intervenções



A unidade de pensamento e acção dos comunistas portugueses, da base ao topo, é uma das mais poderosas armas para a construção do Portugal democrático rumo ao socialismo.

e amigos do Partido Comunista Português encheram o Pavilhão dos Desportos com uma vibrante demonstração de vitalidade e de confiança no futuro do Partido, no futuro socialista do Portugal democrático dos quais são os mais dedicados e consequentes obreiros. Fiel aos princípios do marxismo-leninismo, o Partido Comunista Português conta desde o passado domingo com mais uma arma que todos os membros do Partido devem desde já usar. O Programa Eleitoral aprovado deve transformar-se, nas mãos dos comunistas portugueses e de todos os trabalhadores amantes da paz, da liberdade e da democracia, num poderoso instrumento de trabalho que contribua para a construção de uma pátria nova, de onde seja banida para sempre a exploração do homem pelo homem.

COM O GRANDE PARTIDO DA ESQUERDA

A Conferência Nacional do Partido encerrou, assim, um período fértil de trabalho, mas abre, desde

política do Partido nas eleições. Na base desse Programa nós, sem dúvida, desenvolveremos uma muito grande campanha política de massas. E porque a nossa política corresponde aos interesses, às aspirações e aos objectivos das massas populares, e porque a nossa política é a própria verdade, estamos certos de que muitos milhares de portugueses e portuguesas serão ganhos para a política do nosso Partido e descobrirão que o seu Partido é o Partido Comunista Português.

"Com o PCP Para uma Maioria de Esquerda", é a direcção saída da Conferência, que os comunistas portugueses apontam ao nosso Povo para a construção da democracia e do socialismo em Portugal, porque o Partido Comunista Português, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, partido das grandes transformações democráticas rumo ao socialismo é, simultaneamente, o grande partido da esquerda, o partido da alternativa democrática. Reforçar o PCP, através

Documentos Políticos do Partido Comunista Português

DOCUMENTOS POLITICOS DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

Título: Documentos Políticos do PCP (2.º e 3.º volumes)
Códigos: 01.10 — 01.12
Preços: 50\$00 — 70\$00

Vanguarda da classe operária, intérprete fiel das aspirações profundas das massas populares e dirigente das suas lutas, não admira que o PCP seja o alvo principal dos ataques de quantos se opõem à marcha para a democracia e o socialismo.

Uma faceta desses ataques são as grosseiras deturpações e calúnias acerca das posições e orientação política do PCP face ao processo revolucionário e às suas contradições e perspectivas. Daí a importância dos Documentos do Comité Central do PCP. Conheçá-los é opor uma barreira à mentira, libertar-se dela; dá-los a conhecer é combatê-la.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

COM O PCP PARA UMA MAIORIA DE ESQUERDA

EDIÇÃO ESPECIAL

O PCP, em suas alianças com os trabalhadores, com todos os democratas por uma maioria de esquerda, frente à alternativa da reacção e do regresso ao fascismo, o nosso Partido demonstrou, através da determinação dos delegados à Conferência que a unidade de todas as forças democráticas é capaz de salvaguardar nas urnas as conquistas de 25 de Abril. Essa confiança é o resultado da perfeita compreensão da tarefa que temos de cumprir como parte integrante dos esforços na defesa do processo democrático e como meta insuperável no caminho da sociedade socialista.

PROGRAMA ELEITORAL

PARA A FRENTE COM CONFIANÇA

• Sérgio Vilarigues: Abertura de Catarina Eufémia
• Álvaro Cunhal: Independência nacional
• Carlos Costa: Ao projecto de programa eleitoral
• Blanqui Teixeira: Sobre a discussão e as opiniões em relação ao projecto de documento
• Carlos Costa: Preparação do Partido para as eleições
• António Gervásio: A Reforma Agrária

Os trabalhos da Conferência Nacional do Partido são uma importante etapa na vida e na história do PCP. O trabalho de discussão iniciado em todas as organizações do Partido após a convocação a 14 de Fevereiro, pelo Comité Central, da Conferência Nacional, representou um poderoso contributo para o reforço da nossa organização, mas também contribuiu para a elevação do nível ideológico dos milhares de militantes comunistas que, de Norte a Sul do País, nos Açores e na Madeira, discutiram, propuseram alterações, emendas e adendas ao Projecto de Programa Eleitoral.

De todo este trabalho, o Partido saiu enriquecido e fortalecido. A própria Conferência, culminando os trabalhos encetados há um mês, foi uma sessão de trabalho rica em ensinamentos, em troca de experiências. Os materiais da Conferência, nomeadamente o Programa Eleitoral, são um importante material de estudo e de acção dos comunistas portugueses.

Que por todo o lado, nas fábricas, nos campos, nas minas, nas escolas, nas ruas, nas organizações do Partido, os militantes do PCP divulguem e espalhem, estudem e proponham à reflexão de todos os portugueses e portuguesas, os materiais contidos na edição especial do «Avante!»

CANDIDATOS DO PCP ÀS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Divulgamos hoje a lista completa de candidatos do nosso Partido às próximas eleições

DISTRITO DE AVEIRO

1. José Manuel Mendonça da Oliveira Bernardino, tradutor, membro suplente do CC, 40 anos
2. António Augusto da Silva, operário metalúrgico, 43 anos
3. Helder Andrade, bancário, 39 anos
4. Jaime dos Santos Alves Canas, operário metalúrgico, 28 anos
5. Fernando Peixinho Pires Fernandes, médico, 47 anos (independente)
6. Luís Severo Marques Gonçalves, professor universitário, 38 anos (independente)
7. José Manuel Rodrigues Catarino, empregado de escritório, 30 anos
8. Altamiro Pereira de Almeida, agricultor, 47 anos
9. Jorge Alberto Pereira Brandão, operário metalúrgico, 32 anos
10. João Domingos da Naia Graça Paula, economista, 29 anos
11. Aristides Fernando Ferreira de Sousa, operário metalúrgico, 36 anos
12. José Alberto de Araújo Catarino, bancário, 30 anos
13. Armando Freitas Fernandes da Silva, operário sapateiro, 46 anos
14. Celestino da Mota Marques, empregado de escritório, 26 anos
15. Maria Manuela Ferreira Rodrigues Lapa, empregada de escritório, 43 anos
16. Hermínio Pires, empregado de escritório, 36 anos
17. Custódio da Silva Ferreira, operário metalúrgico, 27 anos

DISTRITO DE BEJA

1. Francisco Miguel, sapateiro, membro do CC, 48 anos
2. Carreira Marques, empregado de escritório, 32 anos
3. Manuel do Rosário, operário agrícola, 44 anos
4. Fernanda Patrício, regente escolar do ensino secundário, 46 anos
5. Valverde Martins, empregado bancário, 40 anos
6. João Honrado, empregado de escritório, 47 anos
7. Velhinho Alfaiate, técnico de comunicações, 38 anos
8. José Mota, operário agrícola, 33 anos
9. António Bernardo, empregado bancário, 29 anos

DISTRITO DE BRAGA

1. Jorge Araújo, membro da Direcção da Organização Regional do Norte, 39 anos
2. José Machado, operário têxtil, 46 anos
3. António Lopes, membro da Direcção da Organização Regional do Norte, 28 anos
4. José Manuel Melo Antunes Mendes, professor e escritor, 27 anos (independente)
5. Abílio Dias, consultor jurídico do Sindicato Têxtil, 27 anos
6. António Saldanha Diniz, apontador têxtil, 29 anos
7. César Príncipe, jornalista, 33 anos
8. Alfredo Conceição, operário metalúrgico, 26 anos
9. Manuel Rocha Peixoto, médico, 40 anos
10. Albino Teixeira, caseiro, 42 anos
11. Ana Maria Pereira da Fonseca Ferreira Lopes, professora primária, 37 anos
12. Manuel Ferreira da Cunha, promotor de vendas, 46 anos
13. Laurentino Pimenta, electricista, 30 anos
14. Maria do Sameiro Vale, comerciante, 39 anos
15. Lino Silva, engenheiro técnico, 32 anos
16. Artur Fidalgo Fernandes, engenheiro técnico agrícola, 39 anos
17. Artur Saldanha, engenheiro técnico, 41 anos
18. Maria do Céu Ferreira, professora do Magistério Primário, 28 anos
19. José Manuel Maia, operário têxtil, 32 anos
20. Manuel Barbosa da Silva, empregado de escritório, 32 anos

DISTRITO DE BRAGANÇA

1. Agostinho Lopes, engenheiro químico, 31 anos
2. Maria Fernanda Freitas, operária industrial, 33 anos
3. Amílcar José Ferreira, operário agrícola
4. Amaro Luís Fernandes, pequeno industrial, 40 anos
5. Manuel João, agricultor, 44 anos
6. Gualter dos Santos Gonçalves, pequeno agricultor, 47 anos

DISTRITO DE CASTELO BRANCO

1. Joaquim Pires Jorge, motorista, membro do CC, 68 anos
2. Francisco Joaquim da Ressureição Pinto, operário têxtil, 54 anos
3. Jorge Teles André, engenheiro electrotécnico, 25 anos
4. Alfredo da Cruz Costa, operário metalúrgico, 52 anos
5. Álvaro Fernando Moniz Rebelo, professor liceal, 47 anos (independente)
6. José Guterres, agricultor e engenheiro técnico agrícola, 57 anos (independente)
7. Joaquim Gonçalves de Oliveira Galvão, operário têxtil, 39 anos
8. Fernando Manuel Paulouro Serrasqueiro das Neves, jornalista, 29 anos
9. Ramiro do Carmo Cunha Reis, operário electricista, 28 anos

DISTRITO DE COIMBRA

1. António Dias Lourenço da Silva, jornalista, membro da Comissão Política do CC, 60 anos
2. Jorge do Carmo da Silva Leite, assistente universitário, 37 anos
3. Mário Carlos Gomes, operário fabril, 56 anos
4. Francisco Marques d'Oliveira Cardoso, agricultor, 52 anos
5. Elisau Marques Ferreira, operário metalúrgico, 23 anos
6. José Augusto Madeira da Silva, comerciante, 61 anos
7. Fernando Martins Adão, empregado de seguros, 41 anos
8. Rui Emanuel da Cunha Climaco, médico, 56 anos
9. Aida dos Santos Vaz Pires da Rocha, doméstica, 37 anos
10. Armando Cardoso Esteves, motorista marítimo, 32 anos
11. Adelino Guerra Besteiro, operário electricista, 22 anos
12. João Luís Bento Pena dos Reis, estudante, 25 anos
13. Manuel Louçã Henriques, médico, 42 anos
14. Mário Rui Veiga Correia Dias, funcionário público, 28 anos

DISTRITO DE ÉVORA

1. Manuel Gusmão, professor universitário, 30 anos
2. Custódio Gingão, operário agrícola, 32 anos
3. Raúl Luis Rodrigues, operário da construção civil, 45 anos
4. José Manuel Jara, médico, 26 anos
5. Dinis Miranda, operário agrícola, membro do CC, 47 anos
6. Diamantino Dias, operário metalúrgico, 25 anos
7. Paulo Lencastre, médico, 63 anos (independente)

DISTRITO DE FARO

1. José Vitoriano, operário corticeiro e membro da Comissão Política do CC, 58 anos
2. Margarida Tengarrinha, professora e membro suplente do CC, 47 anos
3. Heitor Fragoço, empregado bancário, 35 anos
4. Maria das Dores Medeiros, médica, 49 anos



5. Carlos Barnabé, operário da construção civil, 35 anos
6. Maria Luísa Ernesto, operária conserveira, 45 anos
7. Horácio Camacho, pescador, 51 anos
8. Vitorino Brito, pequeno agricultor, 45 anos
9. Maria Edite Oliveira, empregada comercial, 25 anos

DISTRITO DA GUARDA

1. Manuel Vasco da Costa Ferreira Paiva, empregado de escritório, 25 anos
2. Artur Alberto César Gonçalves Codina, técnico adjunto da Junta de Energia Nuclear, 44 anos
3. Luciano Avelãs Nunes, professor do ensino preparatório, 32 anos (independente)
4. José de Melo Anjo, operário têxtil, 27 anos
5. Jorge Manuel Abrantes Trindade, debuxador, 30 anos
6. Joaquim Augusto Carneira, agricultor, 46 anos
7. Fernando Mário Guedes Nereu, operário têxtil, 21 anos
8. João da Conceição Azevedo, operário tipógrafo, 32 anos

ILHAS ADJACENTES

DISTRITO DO FUNCHAL

1. Edmundo Pedro Freitas Castro, operário da construção civil, 40 anos
2. Tereza Maria Catanho da Silva Almada, funcionária pública, 23 anos
3. Fernando Macedo Azevedo Pais, médico, 47 anos
4. Manuel Pereira, estivador, 33 anos
5. Ângelo Correia Alves, empregado da indústria hoteleira, 33 anos
6. Manuel Mendonça Gouveia, professor liceal, 66 anos

DISTRITO DE PONTA DELGADA

1. Maria da Graça Machado Macedo de Albuquerque Forjaz de Sampaio, trabalhadora social, 57 anos
2. Paulo Ferreira de Sousa Lima, despachante de tráfego, 32 anos
3. Manuel Agostinho Morgado, empregado de balcão, 25 anos

DISTRITO DE ANGRA DO HEROÍSMO

1. Carlos Manuel Corvelo Pereira Rodrigues, estudante, 29 anos
2. Maria Margarida Romero Mendes Garcia Silvano, doméstica, 40 anos

DISTRITO DA HORTA

1. Marieta Amélia da Silveira, professora universitária, 58 anos

DISTRITO DE LEIRIA

1. Joaquim Gomes, operário vidreiro, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, 59 anos
2. António Alfredo Aniceto, técnico de contas, 46 anos
3. Fernando Vendelirinho, empregado de escritório, 35 anos
4. Osvaldo Sarmento e Castro, professor, 29 anos
5. José António Amador, pescador, 22 anos
6. Manuel Barão, operário vidreiro, 64 anos
7. José Célio, técnico de farmácia, 47 anos
8. João Lameiras de Figueiredo, médico, 62 anos (independente)
9. Mário Pedrosa, operário metalúrgico, 40 anos
10. Adelina Alves Fidalgo, camponesa, 51 anos

11. Paulo Silvestre, pequeno agricultor, 22 anos
12. Adelino Araújo, empregado bancário, 41 anos
13. Fernando Ferreira, médico, 38 anos
14. Fernando Canais, técnico metalúrgico, 41 anos
15. Odete de Sousa, operária vidreira, 42 anos
16. Vitalina da Cruz Sousa, costureira, 22 anos

DISTRITO DE LISBOA

1. Álvaro Curhal, licenciado em Direito, Secretário-Geral do PCP, 62 anos
2. Carlos Brito, empregado de escritório, membro da Comissão Política do CC, 43 anos
3. Georgete Ferreira, operária, membro do CC, 50 anos
4. José Magro, empregado de escritório, membro do CC, 55 anos
5. Jerónimo Sousa, afinador de máquinas, 28 anos
6. Vital Moreira, assistente da faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 31 anos
7. Severiano Falcão, organista da construção civil, 53 anos
8. Manuel Gonçalves, operário metalúrgico, 53 anos
9. Carlos Aboim Inglês, empregado de escritório, membro do CC, 46 anos
10. Maria Alda Nogueira, licenciada em Físico-Químicas, suplente do CC, 52 anos
11. José Pedro Soares, operário, suplente do CC, 25 anos
12. Álvaro Veiga de Oliveira, engenheiro, Ministro das Obras Públicas, 47 anos
13. Vítor Beníte da Silva, torneiro mecânico, 35 anos
14. Carlos Carvalhas, economista, ex-Secretário de Estado do Trabalho, 34 anos
15. Zita Seabra, estudante, 26 anos
16. António Borge, jornalista, 28 anos
17. António Marques Pedrosa, operário metalúrgico, 34 anos
18. Manuela Machado dos Santos Nunes, operária têxtil, 24 anos
19. Fernando da Costa Campos, médico, 41 anos
20. Moisés Sousa de Sá, delegado de propagação médica, 39 anos
21. Hipólito Fialho dos Santos, técnico de desenho, 36 anos
22. José Rodrigues da Silva, técnico auxiliar de munições, 39 anos
23. Maria Emília Vicente Costa, doméstica, 49 anos
24. Adriano Lopes da Fonseca, operário metalúrgico, 49 anos
25. Maria Celeste Mesquita, funcionária pública, 25 anos
26. Oscar Figueiredo, serralheiro, 51 anos
27. José Amado Luis, empregado bancário, 34 anos
28. António da Costa Fernandes, assalariado agrícola, 40 anos
29. Marília Cabral, empregada de escritório, 33 anos
30. Maria Rosa Rabalais, empregada bancária, 23 anos
31. Fernando Lopes Graça, músico, 67 anos
32. António Borges Coelho, professor universitário, 47 anos
33. Rogério Paulo, actor de teatro, 48 anos
34. Jerónimo Pereira de Castro, pintor de automóveis, 38 anos
35. José da Silva Moura, desenhador da construção civil, 27 anos
36. Artur Moreira Lopes, médico, 30 anos
37. Maria Alida Pinheiro, empregada de escritório, 37 anos
38. António Navalha Garcia, electricista, 21 anos
39. Jorge Abreu de Lamos, estudante, 24 anos
40. José Rodrigues Júlio, comerciante, 56 anos
41. José Cândido Janeiro, pequeno agricultor, 37 anos
42. José Cavaleira Antunes, empregado bancário, 33 anos
43. Orlando Leitão, médico, 44 anos
44. Mário Castrim, jornalista, 55 anos
45. José Saragoço, escritor, 53 anos
46. António Bento Campino, alfaiate, 49 anos
47. Elisete Palma Barão, empregada de escritório, 22 anos
48. António Reis Garcia, serralheiro, 30 anos
49. José Simplicio Pinto, serralheiro, 33 anos
50. Domingos Pardal, canteiro, 34 anos
51. Maria Helena Pato, professora, 36 anos
52. João Godinho, fogueiro da marinha mercante, 32 anos
53. António Marques Ribeiro, empregado de escritório, 31 anos
54. Mário Vieira de Carvalho, produtor de programas da RTP, 32 anos
55. José Jorge Letria, jornalista, 24 anos

Suplentes

56. Vítor Carvalho e Silva, encarregado geral, 30 anos
57. Elisete Palma Barão, empregada de escritório, 22 anos
58. Álvaro Pinto dos Santos, revisor de imprensa, 25 anos
59. António José Anacleto, trabalhador rural, 42 anos
60. João Palma de Almada, gerente comercial, 42 anos

DISTRITO DO PORTO

1. Carlos Campos Rodrigues da Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, 48 anos
2. Ângelo Mendes Veloso, membro do CC, 45 anos
3. Lino de Carvalho de Lima, advogado, 59 anos
4. António da Silva Mota, operário metalúrgico, 39 anos
5. João Tenoso Neves, pescador (actual deputado na Assembleia Constituinte), 26 anos
6. Virgínia de Faria Moura, engenheira civil, 60 anos
7. Luís Jorge de Oliveira Dias, engenheiro electrotécnico, 39 anos
8. Raúl Fernandes de Moraes e Castro, advogado, 53 anos (independente)
9. Alberto Teixeira de Sousa, matemático, ex-Presidente da Câmara de Gondomar, 59 anos
10. António Simões Abreu, engenheiro químico, 28 anos
11. Ambrósio Lopes Vaz, operário têxtil, funcionário sindical, 44 anos
12. António Macedo Varela, advogado, 42 anos (independente)
13. Felismina das Dores Ribeiro, operária têxtil, 34 anos
14. Esmaraldo Zeferino de Castro Neto, professor do Magistério Primário, 35 anos (independente)
15. António Luis Mendonça de Freitas Monteiro, funcionário público, 48 anos
16. Branca Maria da Cruz Carvalho, empregada, 22 anos
17. Rui Jorge de Lima Moreira, Locutor de radiodifusão, 32 anos
18. Artur José Vidal Pinto, preparador de laboratório, 29 anos
19. Jorge Amieiro Soares, metalúrgico, 31 anos
20. João Maria de Andrade Ferrandes da Fonseca, bancário, 37 anos
21. Domingos de Oliveira, serralheiro mecânico, 22 anos
22. Mário Jorge Cardoso Coelho Freitas, estudante, 22 anos
23. Manuel Pereira Franco, metalúrgico, 29 anos
24. Álvaro Ferreira Alves, médico, 61 anos (independente)
25. Maria Adelaide Cerejeira Nunes Bento, professora, 38 anos
26. António de Sousa Ribeiro, agricultor renteiro, 45 anos
27. Sérgio Leite, comerciante, 47 anos
28. Cassiano Pena de Abreu e Lima, médico, 36 anos
29. Maria de Lurdes Azevedo, empregada de escritório, 20 anos
30. Albano Alves de Freitas, sapateiro, dirigente sindical, 32 anos
31. Margarida Alda Oliveira Monteiro, estudante, 23 anos
32. Eduardo de Sá Matos, metalúrgico, 30 anos
33. Joaquim da Silva Rocha Felgueiras, programador, 53 anos
34. Manuel conservador, 37 anos
35. João da Silva, comerciante, 50 anos (independente)
36. Carlos Pereira Soares, gerente comercial, 44 anos
37. Dália Fernanda Pimentel de Oliveira e Silva, professora primária, 40 anos
38. Sérgio Manuel de Sousa Teixeira, tipógrafo, 25 anos
39. Amadeu José Moreira, estampilador, 30 anos

DISTRITO DE PORTALEGRE

1. Nicolau Dias Ferreira, funcionário da Câmara, 40 anos
2. Maria das Dores, economista, 33 anos

DISTRITO DE SANTARÉM

1. Octávio Pato, empregado de comércio, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, 51 anos
2. Vítor Louro, engenheiro silvicultor, Secretário de Estado da Estruturação Agrária, 31 anos
3. Carlos Pinhão, gerente comercial, 49 anos
4. Álvaro Brasileiro, operário agrícola, 40 anos
5. Afonso Nazaré, electricista, 38 anos
6. António José Ganhão, professor, 30 anos
7. Joaquim Canejo, operário agrícola, da Dir. Sind. Op. Agric. Santarém, 42 anos
8. Conceição Carlos, operária agrícola, 36 anos
9. José João Ferreira, pequeno agricultor, 32 anos
10. José Manuel Bento Sampaio, médico, 31 anos
11. Manuel Estronca, operário ferroviário, 28 anos
12. António Canais, trabalhador metalúrgico, 41 anos
13. Carlos Madeira, professor, 39 anos
14. Carlos Moura, empregado, 22 anos
15. Raquel Teodoro, operária têxtil, 21 anos
16. João Serrano, estudante, 24 anos
17. José Nunes Serra, pequeno industrial e comerciante, 35 anos

DISTRITO DE SETÚBAL

1. Jaime dos Santos Serra, traçador naval, membro da Comissão Política do CC, 55 anos
2. Américo Lázaro Leal, operário corticeiro, membro do CC, 54 anos
3. Domingos Abrantes Ferreira, desenhador, membro do CC, 40 anos
4. José Manuel Maia Nunes de Almeida, serralheiro mecânico, deputado do PCP na Assembleia Constituinte, 29 anos
5. Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira, operária têxtil, deputada do PCP na Assembleia Constituinte, 39 anos
6. Fernando de Almeida Sousa Marques, engenheiro de máquinas, 30 anos
7. Ercília Carreira Pimenta Talhadas, operária têxtil, 29 anos
8. Manuel Duarte Gomes, técnico ferroviário, 52 anos
9. António Marques Matos Juzarte, soldador, 30 anos
10. Leonel Ramos Ramires, controlador de qualidade, 33 anos
11. Domingos Vaqueiro Rodrigues Manta, empregado de hotelaria, 27 anos
12. Herminia Custódias Parrulas, operária agrícola, 22 anos
13. Manuel Francisco Augusto Ramos, empregado de escritório, 31 anos
14. José António Saqueira da Encarnação, electricista, 21 anos
15. Cândido Matos Gago, professor, 32 anos
16. António Maria Candéias, operário agrícola, 27 anos
17. Joaquim Pereira, desenhador, 33 anos
18. Carlos Alberto do Carmo da Costa Espadinha, pescador, 32 anos
19. Bráulio de Almeida e Sousa, médico psiquiatra, 45 anos
20. António Iria Revaz, médico ginecológico, 42 anos
21. Maria Alice Lenore Moreira, técnica auxiliar, 39 anos (católica independente)

DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

1. Avelino Gonçalves, empregado bancário, actual deputado na Assembleia Constituinte, da Direcção da Organização Regional do Norte, 37 anos
2. Remeu de Sousa, advogado, 39 anos (independente)
3. Mário Vieira de Araújo, metalúrgico, 40 anos
4. Amadeu Costa, contabilista, 56 anos (independente)
5. Maria de Fátima Carvalho, enfermeira, 41 anos (independente)
6. Joaquim Rocha Neves, advogado, 26 anos
7. Maria Odete Ferreira, operária, da Direcção do Sindicato do Vestuário, 21 anos
8. José Martins Moreira, industrial da construção civil, 49 anos (independente)
9. Gaspar Castro, médico, 56 anos

DISTRITO DE VILA REAL

1. Manuel Andrade, engenheiro electrotécnico, ex-Vice-Presidente da Câmara Municipal do Porto, 32 anos
2. Nuno Souto Paiva, agricultor, 31 anos
3. Carlos Vitor Baptista da Costa, assistente da Faculdade de Ciências de Coimbra, 36 anos (independente)
4. Maria José Gomes Teles Gilo Freire, professora do ensino liceal, 31 anos
5. Manuel da Silva Costa, técnico de contas, 50 anos
6. Agostinho Augusto Monteiro, empregado bancário, 37 anos
7. Manuel Moreira Alves, metalúrgico, 22 anos
8. Orlando Augusto Ferreira Pinto, empregado da Caixa de Previdência, 29 anos
9. Virgílio António Morais Chaves, professor de educação física, 28 anos
10. Alberto Alcívio dos Santos Cruz, professor, 29 anos

DISTRITO DE VISEU

1. Carlos Luís Carrapato Figueira, empregado de escritório, membro suplente do CC, 31 anos
2. António Pereira Bica, advogado, 38 anos
3. Jorge Fernando Dias Loureiro, advogado, 33 anos (independente)
4. José Martins, agricultor, 55 anos (independente)
5. Raúl de Campos Neto, empregado de escritório, 28 anos
6. Joaquim Cardoso Neto, agricultor, 63 anos
7. Vítor Manuel de Lima Rodrigues, operário da construção civil, 24 anos
8. José da Silva Pereira, empregado de escritório, 27 anos
9. João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, professor do ensino secundário, 25 anos
10. Adelino Silva Couto, empregado de escritório, 28 anos
11. Diamantino de Oliveira Henriques, médico, 46 anos
12. Fernando da Silva Mougá, advogado, 63 anos (independente)

EMIGRAÇÃO FORA DA EUROPA

1. Joaquim Barradas de Carvalho, professor universitário, 55 anos
2. Urbano Tavares Rodrigues, professor universitário, 52 anos
3. Fernando Luis de Sousa Costa, docente universitário, 42 anos

EMIGRAÇÃO NA EUROPA

1. Alexandre dos Santos Castanheira, animador socio-cultural, 48 anos
2. Francisco Cabeções Pinheiro, pedreiro, 41 anos
3. Francisco Duarte Mendes, torneiro, 53 anos
4. José Manuel Martins Nunes, operário metalúrgico, 37 anos
5. António Marques dos Santos, funcionário público, 37 anos

recortes

FEV 76



Boletim dos Trabalhadores Comunistas
Caixa Nacional de Pensões



Congelamento da negociação da C.C.T.

Quando as negociações com o Ministério dos Assuntos Sociais estavam prestes a iniciar-se, surge a determinação dos órgãos do Poder que congelou as negociações da contratação colectiva de trabalho, medida que afecta cerca de 800.000 trabalhadores.

Ao mesmo tempo que os salários são congelados, o custo de vida sofreu uma brusca aceleração, que reduz drasticamente o poder de compra das massas trabalhadoras.

Quem beneficia do congelamento de salários e do aumento de preços? Não são certamente os trabalhadores, que vêem os seus salários progressivamente a diminuir, ou seja, compram cada vez menos com o mesmo dinheiro.

Simultaneamente, é adoptada uma política de recuperação capitalista e prepara-se o pagamento de «chonquas» indemnizações aos grandes capitalistas.

Por que razão optou o Governo pelo agravamento dos impostos indirectos, que sobrecarregam sobretudo as classes mais desfavorecidas, e não optou pelo agravamento dos impostos directos, que incidem sobre os rendimentos pessoais e de capital, que afectariam, pois, a grande burguesia e os sectores privilegiados?

É neste contexto político que os trabalhadores da Previdência, em recentes Assembleias Gerais, e no último Plenário Nacional, repudiaram justamente estas medidas. É de salientar, pela sua importância, a decisão tomada no plenário de enquadrar a nossa luta na luta geral dos trabalhadores contra a carestia de vida e o congelamento.

Deve-se incentivar e alargar a discussão destas medidas antipopulares e encontrar as formas de luta adequadas, sem nunca esquecer as condições específicas da Previdência. A adopção de formas de luta radicalistas sem que estejam criadas as condições para o seu êxito, estarão condenadas ao fracasso, tal como aconteceu a outras tomadas recentemente (não pagamento de senhas de consulta, mesmo o horário flexível...) e, enfim, poderão comprometer o próprio prosseguimento da luta pela C.C.T.



Socialismo sim! Vigarice não!

Quando no mercado aparece um qualquer produto, que pelas suas qualidades superiores logo se torna alvo da procura pública, cedo vêm ao de cima os oportunistas, os mixórdios, que se aproveitam para vender «gato por lebre».

Grosso modo, assim podemos dizer que o mesmo aconteceu com o Socialismo. Sistema social que faz da emancipação dos trabalhadores o seu fim último, cedo foi defendido e acarinhado pelos operários, camponeses e outras camadas laboriosas da população que nele viram a possibilidade de libertação do género humano após milhares de anos de servidão e opressão. Sempre que mais e mais trabalhadores vão compreendendo que o sistema capitalista engendra a miséria material e moral, o desemprego, a guerra, o que o seu fim é a acumulação de capital nas mãos de «meia dúzia» de grandes senhores, maior e mais forte se vai tornando o «Grande Exército» do proletariado e mais profunda a sua convicção no derrocamento da burguesia exploradora.

Socialismo é a palavra de ordem que corre de boca em boca, que palpita no coração dos trabalhadores, que alumia o caminho futuro da humanidade.

Socialismo significa o fim do domínio da burguesia, por isso ela treme assustada, e quando os meios repressivos se lhe não mostram propícios, procura em novos moldes mascarar aos olhos do povo os seus sinistros desígnios. Não se atreve a defender o sistema capitalista mais que desautorizada, por palavras parece até que o combate, distanca-se de social-democrata e até de socialista, mas no fundo nada quer com a classe operária nem ao proletariado em geral reconhece a capacidade de liderança política inevitável quando se caminha para o Socialismo.

São os falsos amigos do povo. Hífilo era nacional-socialista. Mussolini era membro do Partido Socialista Italiano. Portugal não fogia à regra:

- Spiñola e Sá Carneiro Socialismo Democrático
- Galvão de Melo Socialismo Humanista
- Mário Soares Socialismo em Liberdade

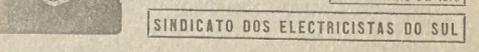
Repáre-se no cuidado que todos eles põem em acrescentar mais uns poezinhos à palavra Socialismo: os da demagogia e da intrujice.

Faz-nos lembrar uma pasta dentífrica X cujos produtores, à força de a quererem impor no mercado, falavam nas suas «riscas vermelhas com Hexacloreto». Só depois os cientistas chegaram à conclusão de que afinal tal substância era prejudicial ao organismo humano e a demagogia publicitária foi-se.

Assim acontecerá com o «Socialismo» apregoado pela burguesia; os trabalhadores ainda enganados pela «banha da cobra» dos demagogos burgueses descobrirão que tal produto é impróprio para consumo.

Socialismo é apenas um: o que é constituído por e para os trabalhadores e contra os capitalistas e seus lacaios.

E por muito que a imprensa burguesa se empeñe em denegri-lo, é sob o sistema socialista que vive já hoje mais de um terço da humanidade, distribuído por quatro continentes e abrangendo mais de um bilião de pessoas.



SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL

A Juventude e os sindicatos

Uma das grandes tarefas que se coloca neste momento à Juventude é a consolidação e o reforço das suas conquistas através do Movimento Sindical. Para isso é urgente que tu jovem comeces desde já a participar na vida do teu sindicato.

É urgente que toda a Juventude se socialize, e compreenda que um Sindicato não são as instalações sindicais ou somente as Direcções, mas sim, o Sindicato, como organismo de trabalhadores, é o conjunto de todos nós sindicalizados.

Tu, jovem trabalhador que neste momento lês estas linhas, és parte integrante do teu Sindicato em que te encontras associado.

Os sindicatos são verdadeiras escolas de trabalhadores e de uma forma especial onde o jovem pode aprender a formar a sua consciência de classe e a descobrir a origem da exploração de que é vítima em sociedade capitalista que desde sempre a burguesia sempre tentou encobrir.

Não foi por acaso que o fascismo reprimiu, nomeou Direcções, congelou CCT e até selou Sindicatos que de uma forma consequente se opunham frontalmente a essas medidas antipopulares e totalmente

contrárias aos interesses das amplas massas laboriosas deste País. Ainda que sujeitas a toda a repressão por parte dos esbirros fascistas sempre houve Direcções que sempre defenderam com dignidade os interesses daqueles que representavam.

Hoje porém, em contraste com os dias do fascismo, o actual governo do nosso País já se dá ao luxo de intervir no Movimento Sindical através do seu Ministério das Corporações (ex-Ministério do Trabalho) quer desocupando, selando e nomeando a seu bel-prazer pseudo-Direcções (iguais às Comissões Administrativas de então) sem consultar previamente os trabalhadores ou através do seu «Conselho da Revolução» proceder ao congelamento de toda a contratação colectiva que prejudica neste momento cerca de 800.000 trabalhadores de vários ramos de actividade, e ao mesmo tempo um outro seu Ministério resolve subir os preços de produtos essenciais à nossa subsistência. Assim, a burguesia capitalista e reaccionária está esfregando as mãos de contentamento, porquanto está vendo que mais uma vez seremos nós trabalhadores a pagar a crise económica que ela própria provocou. A mais esta manobra todos os revolucionários têm de dizer um NÃO bem alto.

Também ao longo de toda a ditadura fascista foi a Juventude que de uma forma mais acentuada contou na carne esse mal que é um dos frutos de todas as sociedades capitalistas — A DISCRIMINAÇÃO. Quantas vezes um jovem não era promovido, apesar de executar o mesmo serviço que outro trabalhador não jovem, e nem sequer ganhando como este?

Apesar das várias conquistas dos trabalhadores ao longo de todo o nosso processo revolucionário, ainda não se conseguiu ultrapassar esta fase de discriminação.

Temos que nos unir sob a divisa:
A TRABALHO IGUAL, SALÁRIO IGUAL!



OS COMUNISTAS E O TRABALHO DE MASSAS

A situação da classe operária na sociedade capitalista faz dela a força social mais conscientemente interessada no socialismo. A revolução socialista não é, todavia, uma coisa fácil. A burguesia dispõe de uma força enorme (força económica, política, ideológica), sólidos apoios internacionais que lhe garante grande capacidade de se adaptar a situações desfavoráveis e de recuperar posições perdidas. O «25 de Novembro» constitui, a esse respeito, um exemplo bem elucidativo.

Para combater eficazmente a força do capital e levá-la de vencida é necessário um Exército Político coeso e disciplinado, constituído por múltiplos destacamentos ocupando posições estratégicas decisivas. Um exército dotado de uma consciência e vontade autenticamente revolucionárias traduzidas numa autodisciplina que lhe permita avançar audaciosamente nas situações desfavoráveis e recuar organizadamente quando a relação de forças é vantajosa para o inimigo. O corpo fundamental desse exército político terá de ser forçosamente a classe operária organizada. Os seus destacamentos são as organizações unitárias de classe: sindicatos, comissões de trabalhadores, jomais e centros de cultura operária, etc.

Esta classe operária não é um todo homogéneo. Se bem que o socialismo a eliminar a exploração do homem pelo homem, corresponda aos interesses de todos os trabalhadores, nem todos estão tão plenamente conscientes.

Há os que já compreenderam o papel histórico da classe operária e a necessidade de se organizar para lutar consequentemente pelos objectivos que desse papel histórico decorrem: são a vanguarda da classe operária, o seu destacamento consciente e organizado, o Partido Comunista.

Há os que compreenderam já, no essencial, o significado do socialismo e estão de acordo com o programa do Partido mas não compreendem ainda a necessidade vital de um trabalho organizado. Manifestaram a sua concordância votando no Partido, alguns chegaram a inscrever-se e dão por vezes ajuda financeira, mas não compreenderam, por enquanto, o que acima de tudo caracteriza os membros de um partido proletário de tipo novo: militam activamente numa das suas organizações. Há, finalmente, trabalhadores explorados que, saídos recentemente de meios não-proletários ou sob a influência da ideologia burguesa dominante, não só não compreendem claramente os seus interesses de classe, como por vezes combatem os comunistas, seus mais dedicados defensores. Apoiam e por vezes militam em partidos que, apesar de belas declarações de princípios, têm uma prática que apenas serve a burguesia que os explora.

A revolução socialista será o resultado da acção dos trabalhadores no seu conjunto e não apenas da sua vanguarda organizada. O papel da vanguarda é o de contribuir decisivamente para consciencializar, mobilizar, unir, organizar e disciplinar grande massa dos trabalhadores. As organizações unitárias dos trabalhadores só serão efectivamente destacamento de um vasto exército político se existir um Estado Maior que unifique num todo coerente as múltiplas acções parciais e oriente as diferentes lutas numa mesma direcção. Esse Estado Maior é o Partido proletário. O papel mobilizador e unificador do Partido só pode ser cabalmente desempenhado se forem satisfeitas duas condições:

a) Uma efectiva unidade de pensamento e acções nas fileiras do Partido;

b) Uma ligação muito íntima entre a vanguarda comunista e a massa dos trabalhadores.



É preciso dar uma martelada na reacção

De dia para dia assistimos a um aumento da escalada terrorista fascista no nosso país.

Repetem-se os assaltos, as ameaças e os atentados bombistas a sedes de sindicatos e organizações progressistas, bem como perseguições a activistas sindicais. Basta pensarmos no que sucedeu em Braga, na madrugada de 27 de Abril de Janeiro, em que os alvos foram a União dos Sindicatos de Braga, os Sindicatos da Construção Civil, dos Transportes Urbanos, das Garagens, dos Metalúrgicos e outros.

Os bandos terroristas decidiram escolher como alvo preferido dos seus atentados as sedes dos sindicatos. É isto porque? Porque o que eles pretendem é intimidar, é destruir a principal aliança de luta dos trabalhadores, a sua resistência organizada, os sindicatos.

Mas não é só com bombas que as forças da direita procuram do novo ganhar terreno.

Com perzinhas do lá e falinhas mansas, vestindo a pele de «camelo», fazem largos sorrisos, falam-nos de liberdade e democracia, pensando que assim nos podem derripar terra para os olhos.

Mas nós não nos deixamos enganar, porque não somos cegos. Nós vemos os patrões regressarem às fábricas, que cobardemente tinham abandonado, levando debaixo do braço o dinheiro ganho com o sacrifício e suor dos trabalhadores. É o caso da Têxtil Manuel Gonçalves, em que o próprio Governo decide o regresso desde conhecido fascista e aceita as condições por ele impostas, entre as quais o saneamento de 17 trabalhadores. É o caso da Facar. É o caso dos supermercados «Mealheiro do Lar», em que é o próprio Ministério do Trabalho a selar as instalações.

Nós vemos o nosso contrato congelado, vemos o nosso salário que já não chega para comprar o que precisamos, agravado ainda pela subida do custo de vida.

Mas, afinal, é esta a liberdade e democracia que nos prometem? Há que arrancar-lhe a máscara e dizer que o Ministério do Trabalho é cúmplice em tudo isto. É dizer que o ministro do capital e o seu lacão, o dr. Marcelo Curto, podem saber falar bem, podem saber vestir bem, podem saber sentar-se nos bons sofás em que recebem os «pobres» dos patrões, mas de certeza o que eles não sabem é sobretudo o que eles não querem é defender os trabalhadores.

Mas ainda temos mais algumas coisas a dizer. Mas afinal, o que é isto de os comandos fazerem buscas de armas a cooperativas alentejanas? É preciso que se aprenda uma coisa — é que as armas dos trabalhadores são os seus próprios braços. Não percebemos a ideia de se procurarem fascistas no meio de trabalhadores, que com o seu trabalho e sacrifício têm dado as maiores provas na defesa da revolução. No fundo o que esses senhores pretendem é intimidar os trabalhadores, e pôr em causa uma pedra basilar da revolução — a Reforma Agrária.

Mas atenção, eles que se convenciam que nem a Reforma Agrária, nem as nacionalizações, nem as outras conquistas da revolução serão destruídas. Porque nós não o permitiremos.

Se as forças da reacção e do capitalismo começam a levantar de novo a cabeça, temos de lhes cortar rente.

Mas para isso o que é preciso fazer, camaradas? Pará, há que exigir do Governo medidas concretas e imediatas que detenham a actividade criminosas desses bandos terroristas, há que exigir o castigo severo dos principais responsáveis por esses actos. Cerremos fileiras, redobremos a vigilância e sobretudo sejamos unidos. Continuemos a lutar por melhores condições de vida, pelo descongelamento do nosso contrato, pela defesa da revolução iniciada em 25 de Abril de 74, porque não há nenhuma força que consiga vencer a barreira de todos os explorados e oprimidos que lutam pela sua emancipação.



PLENÁRIO DA INTERSINDICAL EXIGE MEDIDAS URGENTES DO VI GOVERNO

O Plenário da Intersindical Nacional exige do Governo a adopção de medidas urgentes no domínio de política salarial e de contratação colectiva

O Plenário da Intersindical Nacional, realizado em Lisboa, no passado dia 13, culminou uma ampla discussão nos sindicatos e locais de trabalho sobre o documento «Política Salarial e Contratação Colectiva», aprovado no Conselho Geral da Intersindical Nacional em Fevereiro passado. Com base na discussão ocorrida durante os trabalhos, o Plenário da Intersindical Nacional resolveu apresentar ao Governo as seguintes reivindicações:

- Actualização imediata do salário mínimo nacional que tenha em conta o aumento de preços registado desde 1 de Junho de 1975 (mais de 15% até Janeiro de 1976); actualização das pensões de reforma como consequência do aumento do salário mínimo, sem prejuízo do direito à fixação de uma

Pensão Nacional Mínima extensiva a todos os trabalhadores, devendo ser tomadas as medidas necessárias para obrigar o patronato a liquidar as dívidas para com a Previdência; actualização do subsídio de desemprego; elevação do limite de congelamento de salários de 12 mil para 15 mil escudos; redução do salário máximo nacional; adopção de uma política fiscal que onere os rendimentos não provenientes do trabalho; congelamento dos preços dos produtos essenciais; desmantelamento da rede, dos mecanismos e do poder dos intermediários e da sua substituição para criação de estruturas de distribuição que impeçam a oneração de produtos; não limitação ou condicionamento por parte do Governo, por via administrativa ou outra, da liberdade de contratação, regulamentando sobre matérias de forma a pôr em causa as conquistas alcançadas ou a alcançar pelos trabalhadores por via de contratação colectiva; que o Ministério do Trabalho sempre que pretenda propor as leis ao Governo, passe a ouvir previamente os trabalhadores através das suas estruturas representativas; exigência de revogação urgente por parte do Ministério do Trabalho das leis sobre despedimentos «publicação de nova legislação sobre o assunto, com prévia audiência do movimento sindical»; presença da Intersindical no Conselho Nacional de Rendimentos e Preços.

Relativamente ao controlo operário, o Plenário da Intersindical manifestou o seu repúdio pelas «constantes manobras do Ministério do Trabalho no sentido de continuar a impedir a promulgação do decreto-Lei sobre o controlo operário, já aprovado pelo Conselho da Revolução» e pelas «tentativas de elaboração de um novo decreto-Lei sobre o chamado controlo de gestão» que «visa transformar o controlo operário num meio instrumento de conciliação de classes ao serviço da recuperação capitalista.»

No sentido de coordenar a acção a nível nacional para que estes objectivos sejam concretizados, o Plenário criou uma Comissão constituída por representantes dos seguintes organismos: Federação do Comércio, dos Metalúrgicos e dos Têxteis, e Sindicatos de bancários do Sul, da Construção Civil e dos Trabalhadores Agrícolas de Beja.

DECIDIDA EM PLENÁRIO POPULAR MANIFESTAÇÃO CONTRA A CARESTIA

Contra a carestia da vida, contra a escassez de produtos de primeira necessidade e contra a falta de apoio às unidades colectivas de produção, tais são os objectivos da Manifestação Popular a realizar na próxima sexta-feira junto ao Ministério do Comércio Interno

Está convocada para a próxima sexta-feira, dia 19, uma manifestação popular contra a Carestia da Vida. A decisão foi tomada no Plenário Nacional contra o Custo de Vida realizado no passado dia 13, sábado, na Fil, por iniciativa de trinta e nove organizações de pequenos e médios comerciantes, unidades colectivas de produção, comissões de moradores e trabalhadores e outros órgãos de vontade popular. Além destas organizações muitas outras, entre as quais a Cintura Industrial de Lisboa, aderiram ao Plenário que se destacou pela larga representação sindical e popular. Foi analisada a política seguida pelo Ministério do Comércio Interno que se considera estar a conduzir à anarquia total do sector de abastecimento dos produtos e bens essenciais, onde quase toda falta e todos os preços sobem, numa situação que apenas encontra paralelo no que se passava nos últimos meses de fascismo.

É no sentido de manifestar o seu descontentamento perante o Ministério do Comércio Interno que as organizações participantes no Plenário decidiram a realização da manifestação.

A convocatória é assinada por 108 organizações populares mas são muitas as adesões a esta iniciativa de repúdio pela política antipopular do MCI que se traduz pela subida em flecha de preços, pela escassez de produtos de primeira necessidade e pela falta de apoio às unidades colectivas de produção.

Outras decisões do plenário incidiram na continuação da luta contra a carestia transformando a Comissão Promotora em «Comissão de Luta contra a Carestia da Vida» que organizará um dossier sobre a actividade do Ministério do Comércio Interno, o qual será entregue ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução e ao Primeiro Ministro. Entre as decisões aprovadas no decorrer do Plenário destacamos:

— necessidade de promulgação de preços de produtos essenciais (ex-o leite); congelamento dos preços dos produtos essenciais; combate à especulação; medidas contra a prática do apambaraamento; esclarecimento da população e, particularmente, das donas de casa sobre os problemas de abastecimento;

— garantia de escoamento da produção das herdades colectivas através de supermercados nacionalizados e das cooperativas de pequenos comerciantes; simplificação dos circuitos comerciais de forma a eliminar os intermediários parasitas; fixação de preços de garantia para os pequenos e médios produtores; maior poder de intervenção por parte dos organismos de coordenação económica;

medidas concretas e urgentes do Governo para apoiar a protecção dos pequenos e médios comerciantes; continuação do controlo estatal sobre as empresas onde ele se realize actualmente; prévia consulta aos trabalhadores sobre as medidas a tomar que lhes digam directamente respeito; nacionalização das empresas distribuidoras de cerveja.

No Plenário foi severamente criticada a acção de determinados órgãos de comunicação social que, em vez de esclarecerem a opinião pública, a confundem deliberadamente. Salientou-se o caso da RTP, censurando-se a suspensão do programa televisivo «Afinal como é?» a aprovou-se a realização de um debate na TV sobre problemas de abastecimento e preços, no qual deverão participar representantes de produtores, de consumidores e dos trabalhadores suspensos dos organismos de coordenação económica e do MCI.

Depois da sua primeira actuação no Outono de 1968, Sonia Kehler começou a interpretar um vasto leque de composições com repertório próprio. No seu programa, assiste praticamente em canções de Bertolt Brecht, a famosa cançonetista alemã irá incluir também outras composições, estabelecendo um contraste entre a influência do jazz e da música de câmara (nível clássico).

«SEMANA DA RDA»

Inicia-se amanhã a «Semana da RDA» com um conjunto de actividades culturais e desportivas em quase todos os distritos do país

Assim no dia 21, na sociedade Euterpe Alhandrense (Alhandra), Sonia Kehler apresenta um espectáculo marcado para as 21 e 30.

A delegação de ginástica que agora nos visita, composta por atletas de ambos os sexos e possuidores de um elevado nível técnico e artístico nos domínios da acrobacia e da ginástica rítmica, vai actuar no dia 21, no Pavilhão Gmnodessportivo da CUF, no Barreiro e no dia 21 no Pavilhão de Beja.

Entretanto, como já tinhamos referido estará exposto até ao próximo dia 28 na Gulbenkian o certame do Museu de Dresden «O Homem e o seu Ambiente», durante o qual a professora Dra. Werner Kanwath profereirá duas palestras. Estarão ainda patentes ao público outras exposições em quase todos os distritos, relacionadas com a vida na RDA e o desenvolvimento multilateral da sociedade socialista.

Depois da sua primeira actuação no Outono de 1968, Sonia Kehler começou a interpretar um vasto leque de composições com repertório próprio. No seu programa, assiste praticamente em canções de Bertolt Brecht, a famosa cançonetista alemã irá incluir também outras composições, estabelecendo um contraste entre a influência do jazz e da música de câmara (nível clássico).

Amãnhã, no Teatro Garcia de Resende, em Evora, às 21 e 30. Dia 20, na Casa da Cultura das Caldas da Rainha, à mesma hora; Dia 21, em Lamego, pelas 17 horas.

É de destacar ainda a presença entre nós de camaradas da RDA, chefiados pelo Presidente do Comité de amizade para com o nosso país, Erich Markovitsch, que irão participar em encontros e debates.

O «Teatro Mundo Jovem» de Leipzig, agrupamento composto por actores de elevada craveira, distinguidos com a «Ordem de Mérito» — o Prémio de Arte da FDJ (Juventude Livre Arthur) como Prémio de Arte da cidade de Leipzig, dinamizam no seu país o ensino estético — cultural do teatro.

Este grupo vai contactar com o público português em colóquios e espectáculos marcados para os seguintes dias e horas:

Amãnhã, às 16 horas, no cinema da Baixa da Banheira e na Sociedade Velhinha de Alhos Vedros, pelas 21 horas; Dia 20, na Casa do Povo de Alcochete, com início às 16 horas; Dia 21, na Escola Técnica de Setúbal pelas 15 horas e na Incri vel Almadense (Almada), às 21 horas.

O Grupo Coral de Gustrow, que é constituído por 9 elementos, já recebeu a medalha Arthur-Becker e o prémio da Cultura Fritz-Reuter. Vai interpretar 28 canções de luta e folclore. Eis as actuações:

ALVARO CUNHAL
A CRISE POLITICO-MILITAR
DISCURSOS POLITICOS/5

A VISITA A PORTUGAL DO REITOR DA UNIVERSIDADE DE MOSCOVO

Na véspera do seu regresso o camarada Rem Koklov, reitor da Universidade de Moscovo, orientou um colóquio subordinado ao tema: «O Ensino Superior na URSS»

Regressou no passado dia 14 ao seu país a delegação da Associação de Amizade URSS-Portugal, chefiada pelo reitor da Universidade de Moscovo, camarada Rem Koklov, que durante alguns dias participou a convite da Associação de Amizade URSS-Portugal em encontros culturais e científicos em Lisboa e no Porto.

No termo da sua visita o camarada Koklov, que já foi galardoado com o «Prémio Lenine» e com a «Ordem da Bandeira Vermelha» de

reconhecimento em relação ao desenvolvimento da ciência e da técnica e da arte. A preparação destes é feita numa ampla base científica, adaptada a

precedido de vários artigos feitos pelos próprios alunos e publicados em jornais e órgãos informativos.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

«Na actual etapa da construção da sociedade comunista, melhoram-se continuamente as funções e tarefas das ciências. Adquire maior significado o intercâmbio científico, económico e cultural com todas as nações», referiu o camarada Rem Koklov, que salientou a importância do desenvolvimento das relações externas e da cooperação a todos os níveis, como factores determinantes do progresso social.

Nos nossos dias a extraordinária ampliação das investigações científicas e a enorme complexidade da base experimental nos campos da física, astronomia, matemática e muitos outros, enriquecem continuamente o significado da colaboração científica internacional.

A investigação de problemas tão profundos como a oceanologia, os processos da atmosfera, a estrutura interior da Terra e as questões sobre a protecção do meio ambiente e prolongamento da vida humana, só é possível graças ao esforço unificado dos cientistas de muitos países.

A Academia de Ciências da URSS mantém contactos com organizações científicas de mais de 70 nações.

As formas de contactos internacionais são bastante variadas: intercâmbio de cientistas, investigações científicas bilaterais e multilaterais, expedições conjuntas, etc.

A colaboração internacional e a cooperação científica mais complexas são as que se realizam com os países socialistas, no âmbito do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME).



O camarada Rem Koklov, reitor da Universidade de Moscovo, no decorrer da conferência de imprensa realizada na Associação Portugal-URSS

Trabalho», orientou na passada sexta-feira à noite, na Universidade de Lisboa, um colóquio subordinado ao tema: «O Ensino Superior na União Soviética».

«É um prazer para a nossa delegação reforçar os laços de amizade entre os nossos povos. Os trabalhadores soviéticos seguem com entusiasmo o desenvolvimento do processo democrático português», afirmou o camarada Koklov, evocando em seguida a visita do Presidente da República, General Francisco da Costa Gomes, à União Soviética e a sua importância no contexto da cooperação técnico-científica entre os dois países.

Após cinco anos de aprendizagem, que compreende vários exames de controlo e cerca de 35 exames, os finalistas apresentam um trabalho final, (tese) o qual será

lida às exigências das relações socialistas. O ensino encontra-se organicamente ligado à prática.

Para cada especialidade escolhe-se um determinado conjunto de disciplinas: nos primeiros cursos estudam-se, regra geral, as cadeiras de ciências e de engenharia de carácter comum (nos institutos técnicos); o plano de estudos dos dois ou três primeiros cursos é geral em todas as faculdades e especialidades da «determinado ramo». A especialização começa normalmente no III Curso e o plano de estudos consta de disciplinas obrigatórias e facultativas, dispensando-se uma atenção especial aos assuntos político-sociais, à educação estética e ao desenvolvimento físico dos estudantes, os quais participam activamente nos trabalhos de investigação científica factor determinante no sistema da educação superior soviética.

país o número de centros superiores de ensino e são aperfeiçoados os programas e métodos. Neste momento, as faculdades de Mo-

PRÓXIMAS SESSÕES DO PARTIDO

O nosso Partido promove nos próximos dias as seguintes sessões de esclarecimento:

— Hoje, às 18 horas, em Alameda (Cascais); às 18 e 19, no Gais da Rocha, em Lisboa; às 21 horas, na Sociedade de Santa Iria de Azóia; às 18 e 30, na Torre de Santa Maria, em Alentejo; às 21 e 30, na Escola Primária do Bairro de Nova Sintra.

— Amanhã, em Valbom (Gondomar); Moreira (Melres); na Cooperativa «Ricope» (Rio Tinto, Gondomar); na Escola Primária de Aguiar, em S. Cosme; na Escola da Lapa, no Bairro dos Pescadores (Póvoa do Varzim); na Junta de Freguesia de Valongo; no salão de festas do Bairro do Padre Cruz (Lisboa) e na freguesia da Sé (Lisboa); no Instituto Superior de Economia (Lisboa), no Clube Recreativo do Laranjeiro (com o camarada Carlos Brito); na Escola Primária do Murfadem (concelho de Almada) e na Sociedade de Porto Brandão, todas com início marcado para as 21 e 30; em Murta, Alcabedche, S. Domingos de Rana, no concelho de Cascais; no Manique do Intendente (Azambuja); no Laranjeiro; Moita do Ribatejo; nos Bombeiros Voluntários de Oeiras, todas às 21 horas; no aeroclube de Pedras Rubras (Porto), pelas 22 e 15; na Academia «Xavier Pinheiro» e na «Safu», em Lisboa, ambas às 19 horas; no Bairro, em Alentejo, às 20 e 30; no Algueirão (Sintra), às 18 horas; e no Refeitório da Sede da BP, às 18 e 30.

— No dia 20, em Alentejo e na Escola Primária dos Olivais (Lisboa), ambas às 15 e 30; no Manique do Intendente, em Azambuja, na Pucariça, em Alentejo, e na colectividade «Abóbada», todas às 21 horas; nas instalações da AGPL do Jardim do Tabaco, em Lisboa, às 15 horas; no salão «Furnas» em Lisboa e na empresa Transul (Almada), ambas às 21 e 30.

— No dia 21, no Bairro Mós Fetais, em Camarate (Loures), às 10 e 30; em Penafirme de Mata e Mato (concelho de Alentejo), ambas às 15 horas e no Paço (Alentejo), às 21 horas.

— No dia 22, em Caranguejais (concelho de Almada), às 21 e 30 e no Grupo Desportivo e Cultural de Almada, pelas 21 e 30 e na Academia de Santo Amaro (Alcântara-Lisboa), às 21 horas.

UM ENSINO PLANIFICADO

«O ensino superior na União Soviética apresenta muitas dife-

O MOVIMENTO POPULAR NO CONCELHO DE ALMADA

Ampla movimentação das organizações de base, foi a característica dominante no Concelho de Almada, durante a passada semana.

Reunida no passado dia 9, a Assembleia das Colectividades de Cultura e Recreio, decidiram criar o seu Secretariado, que de entre outras tarefas terá a de defesa e estruturação da vida associativa na zona de Almada, coordenação das diferentes actividades e a apresentação de teses na próxima Assembleia Popular do Concelho.

Constituído por diferentes representantes dos diversos tipos de associativismo, o Secretariado é composto pelas seguintes colectividades: Incrível Almadaense, Almada Atlético Clube, Sociedade União Piedadense, Cooperativa Piedadense e Clube de Futebol da Trafaria.

De igual modo, as Comissões de Trabalhadores do Concelho deram passos em frente na sua organização, ao criarem em plenário realizado no passado dia 11, a sua Comissão Coordenadora.

Com a presença de 21 comissões de trabalhadores, representando mais de 20 000 trabalhadores, daí viria a sair a Comissão Coordenadora que se divide em cinco grandes sectores: construção naval, construção civil, serviços, comércio e cortiças.

Esta Coordenadora irá, a exemplo do Secretariado das Colectividades de Cultura e Recreio, apresentar as suas teses a debate na já referida Assembleia Popular de Almada que terá lugar no próximo dia 20.

Ainda sobre esta Assembleia poder-se-á adiantar que nela tomarão parte activa as Comissões de Moradores, conforme se constatou em Plenários realizados durante a semana transacta nas zonas da Costa da Caparica, Trafaria, Monte Caparica e Cova da Piedade.

Com elevada participação dos respectivos moradores, constituiram pontos de debate a estrutura das organizações populares de base aprovada na Constituinte, bem como a apresentação pela Comissão Administrativa da Câmara de Almada, de várias obras em vias de execução, e que no geral correspondem aos desejos já expressos pelas Comissões de Moradores nos seus cadernos reivindicativos, resultado da auscultação das mais prementes necessidades dos diferentes habitantes do Concelho.

E assim dada uma cabal demonstração da vontade popular, através da dinâmica dos seus

órgãos representativos, que conjugada com as amplas perspectivas abertas pela Revolução de Abril, tem vindo a trazer à luta mais geral do Povo Português, largos sectores das populações, que se têm vindo cada vez a mostrar mais interessadas na participação, seja ela através das Comissões de Moradores, de Trabalhadores ou das Colectividades de Cultura, Desporto, Recreio, ou mesmo do Cooperativismo.



A delegação cultural soviética foi recebida por uma delegação do nosso Partido composta pelos camaradas Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, Albano Nunes e Aurélio Santos, membros suplentes do CC do PCP

INTELECTUAIS SOVIÉTICOS EM LISBOA

Chegou no passado dia 11 a Lisboa uma delegação cultural soviética composta pelos camaradas Anatoli Starostin, Marina Kostripyna, Rapmir Ufaev e Vassili Noldvann.

Os objectivos da sua estadia entre nós e o trabalho das Editoras na URSS constituiram os temas mais salientes abordados na conferência de imprensa a que a delegação esteve presente na passada terça-feira, nas instalações da Agência de Imprensa «Novosti».

Depois de fornecerem alguns dados sobre a actividade das Editoras soviéticas, que são mais de 214, salientaram a importância do intercâmbio cultural entre o nosso país e a URSS.

A delegação vai ampliar os contactos já havidos com os editores

portugueses e possivelmente serão estabelecidos em breve acordos que visem a divulgação de obras, literárias de autores portugueses e soviéticos.

«Durante um longo período não existiram relações a nível governamental entre os nossos países devido a causas bem conhecidas, por isso será natural que o povo português tenha uma ideia muito vaga da nossa literatura e da nossa sociedade mas agora estão abertos os horizontes para a cooperação e para a amizade», salientou o camarada da Redacção da Editora «Progresso».

SESSÕES CULTURAIS

No prosseguimento das reali-

zações culturais levadas a cabo pela Associação de Amizade Portugal-URSS efectua-se amanhã, pelas 18 e 30, uma conferência sobre agricultura.

Entretanto, estão previstas, no dia 26, pelas 18 e 30, uma conferência sobre cultura russa do século XIX, pela professora Ekatarina Ossipian; no dia 27, pelas 16 horas, projecção do filme «O quartelão de Viborg»; e no dia 28 de Março, pelas 17 horas, projecção de um filme sobre «O regresso de Máximo».

Todas estas realizações culturais efectuar-se-ão na sede da Associação de Amizade Portugal-URSS, na Rua de S. Caetano, nº. 30, em Lisboa.



A LUTA NA TOMÉ FÉTEIRA

Tal como no fascismo, os trabalhadores da fábrica de limas Tomé Fêteira continuam unidos na sua luta contra as manobras patronais que, como ontem, encontram apoio no âmbito governamental

«As posições antioperárias e anti-poperárias do Ministério do Trabalho são já demais conhecidas dos trabalhadores. Uma vez mais ficou demonstrada essa política quando os trabalhadores da Tomé Fêteira tiveram de recorrer a um ministério que lhes devia dar todo o apoio na sua justa luta» — esclareceu um comunicado da Comissão de Freguesia de Vieira de Leiria do PCP a propósito dos recentes acontecimentos ocorridos naquela empresa que, aliás, muito antes do 25 de Abril manteve dignamente uma posição de luta contra a repressão patronal e que naquela altura contou com a pronta solidariedade do Partido Comunista Português, tanto na angariação de fundos como no apoio à sua justa luta.

E continua o comunicado referindo à luta dos trabalhadores da Tomé Fêteira: «Recebidos pela polícia em vez dos responsáveis do Ministério do Trabalho, que fogem pelos corredores e gabinetes para não enfrentarem os trabalhadores, até ao despacho do secretário de Estado do Trabalho, Marcelo Curto, que mais não fez do que sancionar a posição do patronato, passando por cima dos acordos particulares firmados pelos patrões e da portaria dos Metalúrgicos de Julho do ano passado, são bem a expressão de um ministério que não é do Trabalho mas do Capital. «Entretanto, o sr. Marcelo Curto tinha-se esquecido que as eleições estavam à porta e temendo um irracioso eleitoral do seu partido, pelas atitudes antioperárias

tomadas, apressa-se a convocar os trabalhadores para lhes dizer que afinal a sua luta era justa, que tinha errado ouvindo só os patrões e que iria diligenciar junto dos Ministérios da Indústria e Tecnologia e do Comércio Externo (todos do partido do sr. Marcelo Curto) a intervenção estatal».

Saudando os trabalhadores da Tomé Fêteira pela sua coragem, combatividade, confiança e unidade que revelam na luta pela aplicação da portaria de regulamentação colectiva e em defesa dos dinheiros da Previdência que o patronato sabotador desvia em seu proveito e em prejuízo dos interesses dos trabalhadores o comunicado da Comissão de Freguesia de Vieira de Leiria do PCP salienta, relativamente aos últimos acontecimentos:

«Tomou-se clara esta manobra eleicoeira e os trabalhadores devem estar atentos. Marcelo Curto tentará empatar tempo, mantendo os trabalhadores na expectativa até às eleições para depois fugir no elevador como fez da primeira vez aos trabalhadores da Tomé Fêteira e de tantas outras empresas.»

«De qualquer forma, a promessa agora feita deve ser cumprida. Obrigando o Ministério a cumprir o prometido deve ser o objectivo imediato da luta dos trabalhadores. Descansar nas promessas e nas falhinhas mansas de Marcelo Curto é uma atitude que pode sair cara aos trabalhadores.»

E os trabalhadores da Tomé Fêteira que durante o fascismo

demonstraram decididamente que a repressão não os amedrontava (e a população de Vieira de Leiria ainda está lembrada da policia de choque que em 1974 ocupou du-

ranté dias aquela povoação) continuam hoje unidos na defesa das conquistas populares e das grandes opções que o 25 de Abril abriu para as classes trabalhadoras.

JOVENS TRABALHADORES METALÚRGICOS E DO COMÉRCIO

Os jovens trabalhadores da metalurgia-metalomecânica e do comércio reuniram-se no passado sábado em dois encontros distintos, onde foram abordados os problemas mais salientes da juventude trabalhadora e apontadas algumas iniciativas que visem a sua mobilização e orientação em torno dos interesses de classe e das questões específicas com que se debatem.

Nestes dois encontros, além de se considerarem como urgentes a institucionalização de cursos de formação profissional e o reconhecimento das facilidades que possibilitem a sua frequência por parte da juventude, foram ainda debatidos os problemas das condições de trabalho, da segurança social da participação activa na vida sindical, ocupação dos tempos livres e valorização pessoal, entre outros.

No respeitante às discriminações a que estão sujeitos largos camadas de jovens trabalhadores (na classificação por categorias profissionais) os metalúrgicos reunidos no seu I Encontro exigiram remuneração igual para trabalho igual, e decidiram levar por diante todas as formas de luta correctas

que conduzam a uma maior justiça no processo das promoções, as quais deverão ser executadas de «harmonia com a qualificação dos jovens e de acordo com as tarefas por eles efectivamente desempenhadas».

Um dos aspectos que mais congregou as atenções dos jovens foi o do desemprego. Segundo elementos estatísticos citados, é na verdade preocupante a situação em que se encontram milhares de trabalhadores nas idades que antecederem o serviço militar. «A legislação vigente não está a ser cumprida no que respeita à integração de militares na disponibilidade», salientaram.

Depois de debatidos os problemas que se interligam com o desemprego, aprovaram moções em que se exigem da parte das autoridades competentes medidas que levem à superação destas e outras dificuldades.

No futuro serão criados grupos dinamizadores que, em estreita colaboração com as estruturas sindicais, irão incentivar e promover diversas jornadas unitárias, num reforço da organização da juventude trabalhadora.

TAREFA REVOLUCIONÁRIA! ASSINAR O



TABELA DE ASSINATURAS (50 números)

CONTINENTE E ILHAS	200500
Via normal	260500
Via aérea	260500
ANGOLA, CABO VERDE, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR, GUINÉ-BISSAU	240500
Via normal	590500
Via aérea	590500
ESPAÑHA	240500
Via normal	290500
Via aérea	290500
RESTANTES PAÍSES EUROPEUS	320500
Via normal	430500
Via aérea	430500
BRASIL	210500
Via normal	650500
Via aérea	650500
RESTANTES PAÍSES	320500
Via normal	730500
Via aérea	730500
ASSINATURA DE APOIO	200500

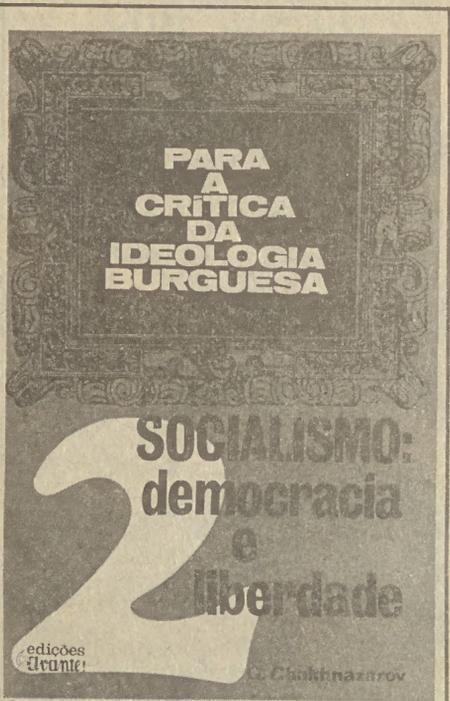
Envie em cheque/vale de correio, correspondente ao preço da assinatura para «Editorial Avante!», Av. Santos Dumont 57-2 LISBOA

ASSINA LÊ * DIVULGA

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

MILITANTE (12 números)	70500
CONTINENTE E ILHAS	85500
Via normal	85500
Via aérea	85500
OUTROS PAÍSES	90500
Via normal	175500
Via aérea	175500
EUROPA	90500
Via normal	120500
Via aérea	120500
ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR	90500
Via normal	150500
Via aérea	150500



SOCIALISMO: DEMOCRACIA E LIBERDADE G. Chakhnazarov Preço: 50\$00 Código: 61.02

O desenvolvimento da democracia socialista é um dos princípios fundamentais da edificação do comunismo.

Neste livro, o autor analisa os sistemas de pluralidade de partidos nas condições de socialismo, os métodos de direcção da sociedade pelo Partido Comunista e as formas da democracia

representativa e directa. Dedicada uma atenção particular ao princípio da liberdade individual e aos aspectos concretos da sua realização na sociedade socialista.

Demonstrando as vantagens da democracia socialista sobre a democracia burguesa, o autor critica de modo fundamentado as distorções oportunistas daquela.

edições Avante!

OS DIREITOS HUMANOS SUPRIMIDOS NO URUGUAI

Uma das mais ferozes ditaduras do mundo fez abater sobre o povo do Uruguai uma onda de repressão ainda pior que a do Chile de Pinochet. O povo e as forças democráticas uruguaias necessitam da nossa solidariedade!

Uma onda de indescritível terror abate-se sobre o Uruguai desde 21 de Outubro de 1975. Cerca de 1400 pessoas — homens, mulheres e crianças — foram presas e torturadas.

Conhecem-se os nomes de mais de mil mortos e tem-se pela vida de muitos dos detidos. Os que dão entrada no Hospital Militar, gravemente feridos, ultrapassam as dezenas. As casas dos presos foram saqueadas e todos os seus bens — carros, propriedades, móveis, etc. — distribuídos entre os oficiais e soldados. As torturas a que são submetidos dia e noite, desde há três meses, ultrapassam o histórico da Gestapo ou do Chile de Pinochet.

O ano de 1976 encontra no Uruguai um dos casos mais trágicos do mundo no que se refere, ao desprezo pelos direitos essenciais da pessoa humana.

Não existe país nenhum actualmente, com uma percentagem tão elevada de presos políticos, nem de agentes especializados na repressão política. Estes factos são de fácil comprovação numérica: há cerca de 8 000 presos políticos num país com 2 700 000 habitantes; um uruguai em cada 50 ou 60 passou pela prisão nos últimos dois anos; há um agente de repressão para cada 68 habitantes. Porém, mais que estes números, que actualmente não têm paralelo em nenhum país do mundo, a morte, a tortura, a arbitrariedade e o terror tornaram-se no Uruguai uma presença permanente que deve comover a consciência do mundo.

DIREITO À VIDA

É difícil precisar quantas pessoas foram assassinadas no Uruguai pelas forças de repressão desde que estas se lançaram na actual acção desenfreada e sem controlo. A «Amnistia Internacional» computou em 22 o número de pessoas mortas pela aplicação directa de tortura, em estado de prisão, às mãos de efectivos policiais e militares. Isto omite todos os mortos no que as autoridades chamam a *confrontações*, que em multíssimos casos não foram

señão fria e selvagem execução da gente indefesa. Não deve acreditar-se que isto aconteceu apenas no período — há muito ultrapassado — de luta contra as organizações de guerrilheiros. Muito pelo contrário, são incontáveis nos últimos anos os assassinatos de pessoas que jamais integraram grupos de acção armada e que não eram senão opositores políticos. Basta como exemplo o massacre de oito pessoas, em Abril de 1972, metralhadas pela Polícia, numa casa do Partido Comunista, pelo único delito de aí estarem.

De qualquer modo, são centenas as pessoas que nestes anos morreram assassinadas, massacradas ou em pretensos confrontos que não foram mais que execuções, ou cujos corpos foram «encontrados pelas autoridades». Os mortos na tortura, vítimas da sua aplicação bestial e incontrolada, estão longe de ter acabado. Nibya Sabalsagaray, professora de Literatura, jovem do interior a residir em Montevideo, foi presa por elementos do Exército em 27 de Junho de 1974 e o seu cadáver, nu, foi entregue dois dias depois com a explicação de que ela própria se tinha enforcado. Alvaro Balbi, preso em 29 Julho de 1975, morreu menos de 24 horas depois devido a «asma por resfriamento» segundo as autoridades, por «insuficiência cardiovascular» segundo a certidão de óbito, e por aplicação brutal do «submarino» segundo as evidências e provas que o Juiz Militar não quis receber. Carlos Curuchaga, da cidade de Mercedes, preso pelo Departamento de Inteligência policial morreu em 26 de Setembro de 1975 depois de submetido a torturas.

Pedro Lerena Martinez morreu em 29 de Setembro de 1975, após quatro meses de prisão em incomunicabilidade absoluta, e o seu cadáver, que foi entregue pelo Exército, estava extremamente magro, apresentava mutilações terríveis e as visíveis marcas de diversas torturas.

Em todos estes casos — tanto os que morreram na tortura como os assassinados deliberadamente — tratam-se de mortes provocadas directamente pelos agentes do poder público. Não são vítimas de lutas entre grupos antagónicos, nem tão pouco da acção de grupos parapoliciais. Trata-se, pelo contrário, da própria acção dos quadros regulares da Polícia e das Forças Armadas, subordinadas hierárquicamente ao Poder Executivo.

amontoadas numa cela de um quartel militar, permanentemente encapuchadas e forçadas a estar sentadas no chão, deitadas e imóveis, com as mãos algemadas. É a nova «estátua sentada», que com o tempo provoca diversas lesões e feridas.

A TORTURA

A tortura começou a aplicar-se no Uruguai a pretexto da sua eficácia na luta para desarticular os movimentos de resistência armada. Trata-se, desde logo, da mais banal e gasta das justificações; e seguiu-se o destino normal: a tortura generalizou-se cada vez mais, acabando por ser usada sistematicamente e não só para conseguir informações, mas também para mortificação e castigo das vítimas e terror dos demais. A tortura transformou-se num monstruoso espectro que paira sobre a sociedade uruguia muito depois da guernha, contra a qual se pretendia usá-la, ter desaparecido. Hoje é uma realidade apenas dissimulada. O próprio Presidente da República se recusou a condená-la: «defendo o rigor e a exigência do interrogatório», proclamou em declaração pública em resposta ao arcebispo de Montevideo, monsenhor Parteli.

O relatório dos métodos usados mais correntemente foi já descrito muitas vezes. Caracterizam-se não só pela sua crueldade, mas também em alguns casos (como o «submarino» e as suas diversas variantes) pelo desprezo pelo perigo de morte acidental, repetidamente comprovado. Noutros casos o propósito de matar está fora de dúvida, dado que não pode esperar-se que a vítima sobreviva ao tratamento: foi o caso, por exemplo, de dois jovens mortos nas cidades de Durazno e Rocha, por maus tratos de inaudita selvajaria.

Se estas formas extremas de tortura, que provocam a morte ou expõem a ela, são correntes, há que juntar-lhes ainda os mais diversos maus tratos, ultrajantes e desumanos, aplicados de modo sistemático à generalidade dos presos políticos.

A excepção, pouco frequente, constituem-na os que passam pela prisão sem sofrer qualquer grave violência física. As intermináveis estaturas, a privação do alimento e bebida por largos períodos, a imposição do silêncio absoluto em incomunicabilidade total, a ameaça de torturas mais graves ou de violação no caso das mulheres, o presenciar da tortura aplicada a outrém — às vezes a familiares — ou o escutar dos seus gritos, fazem parte do tratamento normal de um prisioneiro no Uruguai. Quem é preso e sofre «apenas» serviços desta espécie é considerado normalmente como afortunado; é e assim considerado por que é muito diferente do destino da maioria dos presos.

A enorme maioria dos presos nas últimas ondas de prisão, iniciadas em Outubro de 1975 permanecem em lugares desconhecidos dos familiares, sem outra roupa que a que traziam consigo, manchada de sangue, dormindo no chão, durante meses. Cerca de 150 mulheres estão

internados em estado grave, o que só acontece nos casos extremos. «Aqui não matamos ninguém — disse um oficial da Inteligência a um prisioneiro — mas desossamo-os. Tiramos-lhes os ossos um por um».

O MUNDO DEVE CONDENAR A DITADURA DE BORDABERRY

Tudo isto faz parte de um processo que data de alguns anos



Rodney Arismendi

feroz. O deputado engº Wladimir Turiansky entrou no Hospital Militar com fractura nas costelas e esterno; o engº Massera, ex-deputado, eminente matemático de fama mundial, foi também internado no H. Militar — e logo daí retirado prematuramente, ignorando-se do novo o seu paradeiro — com dupla fractura do colo do fémur. A professora Sara Yutchack, presa em meados de Outubro, foi submetida a sessões de «picada eléctrica» e a golpes que lhe cobriram o corpo de hematomas; apesar de ser evidente que se encontra doente. O médico dr. Juan José Ormaechea teve de ser internado para uma intervenção devido aos efeitos da aplicação da «picada eléctrica» nos órgãos genitais.

Morreu na tortura Argenta Estable, que havia sido preso com a esposa, a poetisa Margarida Lagraba — que continua presa — sob a acusação de ter mantido contactos com o P. Comunista antes da sua legalização.

Em 31 de Dezembro foi preso o operário Julian Lopez, em 5 de Fevereiro os familiares foram avisados da sua morte «natural»; o corpo foi entregue num caixão fechado, com a proibição de ser aberto; durante o velório e até ao enterro um grupo de agentes rodeou o referido caixão.

Outros presos dos últimos meses têm sido também

atrás, e que tem vindo a agravar-se constantemente. Porém, não se poderá fazer uma ideia da situação uruguia se não se acrescentar que nos últimos meses — desde Outubro de 1975 — marcaram um agravamento adicional, com características dramaticamente diferentes de tudo o anterior.

Merecem destaque alguns aspectos desse agravamento. A incomunicabilidade dos prisioneiros aperfeiçoou-se ao ponto dos familiares ignorarem o seu paradeiro, e as autoridades recusam-se, inclusivamente, a confirmar a própria prisão. Os interessados são obrigados a deambular durante semanas e meses por gabinetes que recusam qualquer informação, ao mesmo tempo que se impede o preso de receber alimentos, medicamentos ou roupas.

É fácil compreender até que ponto esta situação justifica temores, quando tudo indica que a situação dos presos é terrível e nenhuma autoridade admite sequer ser responsável por ela. Os lugares utilizados para a concentração dos presos já não são só quartéis ou dependências policiais: referiu-se o encarceramento de presos em casas particulares, expropriadas aos próprios presos ou arrendadas ou compradas para esse fim. Por exemplo, assim que a sra Norma Cedrés, viúva e mãe de um filho de

tenra idade, foi presa, a sua casa começou a ser usada como prisão, bem como as instalações adjacentes que ela utilizava para criação de aves. Na Rambla de Montevideo, no imóvel nº 5515, as pessoas podem ver os fundos cobertos de lonas onde pessoas desesperadas lançam gritos de dor. Existem também provas de que estão a ser utilizados como prisões os lugares construídos há anos pelos Tupamaros para as suas «prisões do povo», em que estiveram sequestradas algumas pessoas em condições que as autoridades apontaram insistentemente como desumanas quando as descobriam.

Todos os trâmites judiciais são realizados por pessoal páisano e com carros sem distintivos. Um país que tinha três milhões de habitantes, dos quais cerca de meio milhão emigrou nos últimos anos, levados pela situação económica ou pela perseguição política, está a empregar todos os meios para se transformar a si próprio num imenso campo de concentração, governado e administrado exactamente como se fosse território submetido a forças de ocupação inimiga. É forçoso repeti-lo: não existe no mundo outro país com uma percentagem semelhante de presos políticos. Há um soldado ou polícia por cada 68 habitantes (enquanto há um por cada 237 no Brasil e um por cada 160 na Argentina). Enquanto todos os programas de saúde ou educação vão sendo reduzidos, o custo do aparelho de segurança ultrapassa os 54%; e esta percentagem não incluiu o custo das constantes campanhas de propaganda com que o regime glorifica as suas Forças Armadas e realça os poucos sucessos de uma economia em colapso.

O Uruguai surge como um caso que merece a atenção do mundo. Não é um caso de uma repressão largamente enraizada, nem o resultado de uma destruição súbita e fulminante. Porém já originou, por um processo progressivo e dramático, a situação mais atroz que se vive hoje no continente.

Em nome dos milhares de presos, dos sequestrados, dos torturados, do perigo que paira sobre a vida de tantos uruguaias, apelamos para as forças operárias e democráticas de todo o mundo, para que o seu protesto e solidariedade detenham a reacção, imponham o fim da perseguição e da tortura, permitam aos familiares dos presos, saber onde estes se encontram e que sejam autorizados a receber roupas, alimentos e remédios, assim como terem o direito a serem assistidos pelos seus advogados.

Os factos obrigam a que a consciência do mundo condene a ditadura fascista de Bordaberry pela violação sistemática dos direitos do homem.

FRENTE DE ANGOLA: FRENTE DE TODOS OS POVOS

Agostinho Neto, presidente da República Popular de Angola, encontrou-se recentemente, em Conacri, com Fidel Castro, chefe do governo e primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba, Luis Cabral, presidente da República da Guiné-Bissau, e Sekou Touré, chefe do Estado da Guiné. A partida de Luanda, o presidente da RPA declarou: «Encontrar-me-ei em Conacri com outros chefes de Estado que desejam abordar connosco problemas ligados à nossa luta de libertação e às lutas de libertação na África Austral».

A solidariedade revolucionária continua a ter vida intensa e eficaz. A luta mundial contra o imperialismo tem em Angola mais um exemplo de como a causa dos povos é imbatível, quando nela se confirma e torna sólida a unidade de um povo inteiro contra a agressão estrangeira. A RPA é dia a dia uma trincheira cada vez mais forte no combate dos povos da África Austral contra o imperialismo, o racismo e todas as formas de neo-colonialismo. E isso deve-se, em grande medida ao internacionalismo socialista e à solidariedade militante que o encontro de Conacri vem ilustrar uma vez mais.

O MPLA, sob a direcção do qual a República Popular de Angola está prestes a expulsar de vez os invasores do seu território, já há muito que não é apenas um movimento de vanguarda no combate do povo angolano. É o próprio povo em armas e, como tal, é para ele, movimento de libertação, que se dirige a solidariedade internacional. Frente na luta armada contra um perigo sempre presente e que ameaça os trabalhadores de todo o mundo, a RPA e o seu futuro continuam a despertar as atenções das forças democráticas e progressistas, em todo o lado onde o imperialismo faz pesar ainda o flagelo da guerra, a divisão dos povos e a sua subordinação ao maior lucro do grande capital.

Assim, iniciativas como a do encontro a alto nível, em Conacri, têm a marca da necessidade que, se não fosse satisfeita, deixaria milhões de homens permanentemente entregues à avidez de um sistema em crise (o capitalismo) que não olharia às vítimas para tentar dividir de novo o mundo em seu proveito.

O internacionalismo proletário e a solidariedade internacionalista são, mais do que nunca, uma barreira fortíssima para dissuadir (e derrotar, quando necessário) as manobras e violências com que o imperialismo pretende arranjar remédio para as contradições incuráveis de que acabará por morrer.

Em Conacri, como recentemente no 25.º Congresso do PCUS, em Moscovo, como em toda a parte onde os povos defendem a sua integridade e seu futuro, na paz e na independência nacional, reuniram-se novamente estadistas em que os povos confiam, homens que legitimamente os representam, na caminhada para uma sociedade definitivamente liberta do imperialismo.

NORMALIZAR A VIDA

Os órgãos informativos da União Soviética continuam a dedicar uma grande atenção aos acontecimentos em Angola. Os jornais publicam todos os dias informações dos correspondentes das frentes de combate em Angola, fotografias dos mercenários estrangeiros aprisionados e do material de guerra abandonado pelos bandos da FNLA e da UNITA durante a debandada. As notícias recebidas de Angola sublinham que, no norte do país, o MPLA libertou praticamente todo o território e que no sul as tropas sul-africanas estão recuando rapidamente rumo à fronteira entre a Namíbia e Angola. No que diz respeito à UNITA, os jornais soviéticos sublinham que este agrupamento estaria decidido a actuar em grupos separados, o que representa praticamente o reconhecimento da sua derrota.

Os jornais informam que todos os dias aumenta o número dos Estados que reconhecem o legítimo governo de Angola, publicam repercussões da admissão de Angola na Organização de Unidade Africana e informações sobre a campanha de solidariedade com a República Popular de Angola que se realiza em muitos países. Ao mesmo tempo, a imprensa soviética revela um grande interesse em relação às medidas do poder popular que visam normalizar a vida do território libertado. Publicam-se informações sobre o início de reparações no Caminho-de-Ferro de Benguela, recentemente conquistado aos invasores, sobre a inauguração em Luanda da primeira «Loja Popular» em que os habitantes da capital poderão adquirir artigos de amplo consumo e produtos alimentares a preços estáveis.

Os principais jornais soviéticos publicaram um resumo do discurso do Presidente da República Popular de Angola, dr. Agostinho Neto, transmitido na semana passada pela televisão central da União Soviética, pondo em relevo o trecho em que o presidente fala da enorme importância da ajuda internacionalista da União Soviética e de outros países socialistas na luta dos angolanos contra as tentativas da reacção internacional de impedir o desenvolvimento independente do país.

Os jornais descrevem os comícios de solidariedade dos trabalhadores com a República Popular de Angola, em que os soviéticos asseguram o seu apoio firme à justa causa desta República. O jornal «Trud» (Trabalho), órgão do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos informa sobre a decisão do Conselho de prestar ajuda material à União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA). A imprensa soviética publica ainda artigos em que se faz uma análise pormenorizada do papel das autoridades racistas da RSA, da tentativa fracassada das forças externas de estabelecer um regime neocolonialista em Angola. É este o tema de um artigo de Kirpichnikov publicado no jornal «Komsomolskaia Pravda», órgão do Comité Central da União da Juventude Comunista da União Soviética. Ao agredir Angola, — diz-se no artigo — a República da África do Sul actuou por encargo do imperialismo internacional, desempenhando o papel da sua força de choque. A intervenção das tropas de Vorster no território desta antiga colónia portuguesa visava eliminar este Estado progressista, defender os interesses dos monopólios estrangeiros, colocar no poder os seus fantoches e desferir um golpe contra o movimento de libertação nacional na África Austral.

O autor menciona numerosos factos que comprovam a existência da mais estreita colaboração económica, política e militar entre os racistas sul-africanos e os Estados ocidentais, o que representa uma ameaça para a segurança da África livre e para a paz mundial. «A intervenção descarada das tropas racistas na República Popular de Angola, realizada com o patrocínio directo dos Estados imperialistas, desmascarou definitivamente aos olhos dos povos africanos o regime racista de Pretória e os seus aliados» — frisa I. Kirpichnikov.

O artigo de I. Kornilov «A fúria impotente de Pequim» publicado pelo jornal «Krasnaya Zvezda», (Estrela Vermelha), órgão do Ministério da Defesa, é dedicado aos que atraíram a causa do movimento de libertação nacional e se aliaram praticamente com os imperialistas e racistas.

«Quanto maiores são os êxitos alcançados pela República Popular de Angola, que trava uma luta difícil e intensa contra as forças unidas do imperialismo, do racismo e da reacção, tanto maior é o descontentamento de Pequim», escreve I. Kornilov. E isto é perfeitamente compreensível, pois Pequim fez o máximo dos esforços para minar o movimento de libertação nacional do povo de Angola.

UM ANO DE LUTA QUE CONTA COM A TUA SOLIDARIEDADE

ANIVERSÁRIO

Avante!

uma revista comemorativa do 45.º ano de publicação

CAMPANHA DE FUNDOS

RECEBA DIRECTAMENTE DA URSS

EDIÇÃO ESPECIAL DO Avante! EM FORMATO DE REVISTA

Pedidos a: CDL — Central Distribuidora Livreira, R. Pedro Nunes, 9-A, Lisboa-1

JORNAIS E REVISTAS DA URSS

CAMPANHA de ASSINATURAS

«Mejsdunarodnaia knyiga» CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA

Distribuidoras dos seguintes Jornais e Revistas

	Números	Espanhol	Francês
União Soviética	12	100\$00	100\$00
Viagens na URSS	6		50\$00
Sputnik	12	220\$00	220\$00
Literatura Soviética	12	100\$00	100\$00
Mulher Soviética	12	100\$00	100\$00
Cultura e Vida	12	75\$00	75\$00
Filme Soviético	12	100\$00	100\$00
O Desporto na URSS	12	50\$00	50\$00
Ciências Sociais	4	175\$00	175\$00
Socialismo — Teoria e Prática	12	175\$00	175\$00
Vida Internacional	12		50\$00
Tempos Novos	52	175\$00	175\$00
O Século XX e a Paz	12	35\$00	35\$00
Revista Militar Soviética	12	150\$00	150\$00
Comércio Externo	12	340\$00	340\$00
Notícias de Moscovo	52	160\$00	160\$00
América Latina	4	80\$00	

NOME _____ MORADA _____

(Assinale os Jornais e Revistas que pretenda assinar, envie cheque ou vale de correio para CDL)

Os grandes progressos sociais realizados na União Soviética tornam a existência dos seus cidadãos mais rica e mais agradável. As revistas que se publicam em línguas estrangeiras contribuem para uma melhor compreensão das conquistas do povo soviético a caminho da sociedade comunista. Elas descrevem o modo de vida dos Soviéticos, os seus pontos de vista sobre o futuro e o meio que os rodeia.

Quer conhecer a realidade soviética? Assine as revistas e jornais soviéticos. Escreva ou telefone para

CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA AV. SANTOS DUMONT, 57-C LISBOA-1 TELEFS.: 7697 51/7697 05

Camarada: Lê e divulga o «AVANTE!»

Organiza postos e grupos de venda

Ler e divulgar o «AVANTE!»

o Jornal dos Trabalhadores,

é ajudar o Partido

Primeiro número a sair em 26 de Março

ABC do Marxismo-Leninismo

Série A Nº 1 A SOCIEDADE E O ESTADO

COMO O HOMEM SE TORNOU HOMEM

ed.ções Avante!

ABC do Marxismo-Leninismo

Série B Nº 1 A IMAGEM MODERNA DO MUNDO

O PROBLEMA FUNDAMENTAL DA FILOSOFIA

ed.ções Avante!

UMA NOVA COLEÇÃO — ABC DO MARXISMO-LENINISMO Preço 10\$00

Os princípios fundamentais da filosofia marxista-leninista, o materialismo dialéctico e histórico, a história da classe operária e das suas lutas e conquistas, abordados numa linguagem objectiva, científica e acessível a todos os leitores.

Distribuição CDL — Central Distribuidora Livreira Rua Pedro Nunes, 9-A Lisboa 1

EM PEQUENOS VOLUMES, UMA EXCELENTE BIBLIOTECA

Atenção: Prevemos o lançamento de 4 números por mês desta colecção. Faz já a tua assinatura por intermédio do SERVIÇO DE NOVIDADES «AVANTE!»

● O Banco Interamericano de Desenvolvimento vai caucionar um empréstimo de 150 milhões de dólares à Junta fascista de Pinochet. Esta organização económica dos Estados Unidos destina-se a apoiar financeiramente a ingerência norte-americana nos assuntos internos dos países da América do Sul. Neste caso concreto, Washington tenta perpetuar economicamente o golpe fascista que preparou.

● Na corrida para a Casa Branca, o actual presidente parece levar a melhor sobre o seu adversário Ronald Reagan, na disputa da nomeação pelo Partido Republicano. O ex-«cow-boy» de Hollywood já confessou publicamente que será preciso um milagre para ganhar a nomeação a Ford, mas que entretanto prossegue na luta.

● Segundo divulgou a Organização Internacional do Trabalho, em fins de Dezembro do passado ano existiam 18 milhões de desempregados nos 23 países ocidentais industrializados, cifra que bate os recordes dos últimos 40 anos. De acordo com os números divulgados pela OIT, os jovens e as mulheres são os mais afectados pelo desemprego crescente nos países capitalistas. Sete milhões de desempregados são jovens com menos de 25 anos.

● Em Portugal, na cidade do Porto, realizou-se uma cimeira dos chefes dos Partidos socialistas e sociais-democratas da Europa. Essa cimeira veio originar atritos entre o Partido Socialista Português e o Partido Popular Democrático.

● O Conselho Permanente do Episcopado francês decidiu, no decorrer da sua última reunião, «não recusar o diálogo com as pessoas, cristãs ou não, para quem o marxismo é, duma maneira ou de outra, uma referência e para quem o comunismo representa uma esperança».

● Um documento da União Militar Democrática de Espanha foi distribuído em Vitória, no decorrer das cerimónias fúnebres de uma das vítimas dos graves acontecimentos registados naquela cidade há duas semanas. O referido documento apoia os grevistas de Vitória e condena a selvagem violação dos direitos do homem.

● Na passada semana, dois milhões de funcionários paralisaram em várias regiões de França, respondendo deste modo ao apelo das principais centrais sindicais, nomeadamente a CGT e a CFDT. A greve incidiu particularmente nos sectores públicos e nacionalizados.

● Em Madrid, foi preso mais um oficial do Exército acusado de pertencer à União Militar Democrática.

● A República Democrática Árabe do Sára, proclamada recentemente pela Frente Polisário, já foi reconhecida por sete países africanos, nomeadamente pela República Popular de Angola, pela República Popular de Moçambique e pela República da Guiné-Bissau.

● O Governo irlandês enviou ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem um relatório acusando a Grã-Bretanha de ter utilizado a tortura contra prisioneiros, na Irlanda do Norte.

● Segundo revelou um órgão de informação britânico, estar-se-ia a desenrolar em Inglaterra uma operação secreta de recrutamento de mercenários. Esta operação de recrutamento realiza-se simultaneamente na África do Sul. Aos recrutados são oferecidas cem libras semanais para «apoiarem» o governo rodesiano no combate aos guerrilheiros nacionalistas. Os imperialistas, os colonialistas e os neocolonialistas parece não terem aprendido a lição que lhes foi ministrada pelo povo angolano: não há nenhuma força capaz de se opor a um povo que luta pela sua libertação. Assim aconteceu em Angola, assim acontecerá na Rodésia, com mercenários ou sem mercenários recrutados pelo racismo e pelo colonialismo.

● Os trabalhadores do metropolitano de Paris paralisaram todos os serviços, na passada segunda-feira, durante 14 horas. Esta greve dos trabalhadores desenvolveu-se para a obtenção de melhores salários e condições de trabalho.

● O camarada Joaquim Chissano, membro do Comité Central da Freilimo e ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique, declarou em Lusaka que o povo moçambicano apoiará as guerrilhas rodesianas na sua luta para derrubar o regime racista de Ian Smith. «O nosso povo — disse o camarada Chissano — apoiará a luta armada no Zimbábwe até à vitória final».

● Vai ser erguido, no Vietname do Sul libertado, um monumento em homenagem aos camponeses chacinados pelas tropas imperialistas dos Estados Unidos em My Lai.

● Os 1 200 funcionários civis da NATO em Bruxelas poderão paralisar hoje o trabalho se as suas reivindicações não forem satisfeitas. Os funcionários da NATO exigem novos salários que possam acompanhar o aumento do custo de vida.

● Prossequindo a sua política de ingerência nos assuntos internos de outros países, Gerald Ford advertiu os países da NATO contra a formação de governos com a participação de comunistas em França e na Itália, o que, segundo a opinião manifestada por Ford, «enfraqueceria» aquela organização político-militar.

● Nas eleições cantonais realizadas em França, a aliança de esquerda, que engloba os comunistas, os socialistas e os radicais, obteve uma vitória sobre as forças de direita, que se encontram no governo.

● As autoridades de Washington parecem emparecear com os líderes de Pequim nas suas críticas aos «impenitentes seguidores do capitalismo». De facto, visitantes da mansão presidencial americana aperceberam-se que, do conjunto de fotografias afixadas com aspectos da visita de Ford à China realizada em Novembro do ano passado, foram retiradas todas as que apresentavam Ford e Teng Hsiao Ping juntos. Teng Hsiao Ping, vice-primeiro ministro chinês e comandante-chefe das Forças Armadas é, para os dirigentes maoístas e, ao que parece, para as autoridades de Washington, um dos tais «impenitentes seguidores do capitalismo».

informação

Kissinger na América Latina: o deteriorar das relações neo-coloniais

No decurso dos últimos dois anos, as relações entre a maior potência imperialista — os Estados Unidos — e os países subdesenvolvidos (em particular os países da América Latina, que mais têm sentido o ferrete da exploração das multinacionais com sede em Washington) têm-se vindo a tornar particularmente tensas. De múltiplos territórios coloniais encadeando-se próximo da fronteira norte-americana, os países da América Latina estão a transformar-se, paulatinamente, integrados no movimento mundial contra o imperialismo, em nações que reivindicam e impõem o seu legítimo direito de defender os seus interesses nacionais e debater em pé de igualdade as relações e os problemas entre Estados.

Face à imposição dos interesses da Casa Branca em todo o continente americano, quer através da intervenção das multinacionais, quer através de organismos e tratados criados ou estruturados por Washington em seu exclusivo benefício, os povos e governos de vários países da América Latina, incluindo mesmo alguns que não se distinguem propriamente por uma estrutura interna democrática, criaram organismos próprios, livres da ingerência ianque, nomeadamente o Sistema Económico Latino-Americano (SELA) e a Companhia Naval Multinacional das Caraíbas (NAMUCAR). Neste mesmo período de tempo, a chamada Organização dos Estados Americanos (OEA) recebeu vários golpes decisivos e o bloqueio económico a Cuba soçobrou quase por completo.

Foi neste contexto que Kissinger fez a sua falhada viagem pelos países da América Latina. Uma viagem em que se pretendia reganhar um pouco do muito que entretanto se perdeu. Uma viagem em que as relações entre os EUA e os países latino-americanos desceram mais um degrau no processo de degradação que têm vindo a sofrer.

Adiada por diversas vezes, a viagem de Kissinger foi realizada a seis países da América Latina. Visitas breves, não das que exprimem pleno acordo entre as partes, mas antes traduzem a mais completa incompatibilidade de pontos de vista. O imperialismo americano mantém a sua política de defesa de benefícios unilaterais e de descarada ingerência nos problemas internos de países soberanos. Uma política hoje inaceitável num mundo em que se ergue uma onda de revolta e contestação do poderio do capital mundial. Mas Kissinger gagueja quando tenta, cinicamente, falar a língua diferente. E os povos já conhecem, pela sua dolorosa experiência, o fundo das palavras melífluas, o jogo de interesses que tais palavras encobrem.

Dos países que visitou — Venezuela, Peru, Brasil, Colômbia, Costa Rica e Guatemala — um único lhe abriu os braços a nível oficial — o Brasil.

Na Venezuela e na Colômbia, registaram-se numerosas manifestações de estudantes. No Peru, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Miguel Angel de la Flor, colocou aos Estados Unidos a questão do estabelecimento de novas formas de relações com a América Latina, em que fossem respeitados os interesses dos países desta zona do mundo. Na América Central, em que os governos da Guatemala, da Nicarágua e de Salvador não podem propriamente ser acusados de hostilidade para com a Casa Branca, a recepção foi fria.

Nesta digressão do secretário de Estado norte-americano pelos seus ex-dominios absolutos (a despeito dos múltiplos laços de dependência que ainda hoje se mantêm) a grande excepção foi o Brasil. A excepção lógica.

Kissinger foi oficialmente recebido no Brasil, como o amigo privilegiado, pelo mesmo Geisel que no início do ano em curso não conseguiu encobrir a falência do «milagre económico» brasileiro, manifestando simultaneamente uma única preocupação. Que tal falência — construída nas suas diversas peças pelo imperialismo ianque — não viesse a afectar os lucros fabulosos das multinacionais, e o seu afastamento das miseravelmente exploradas terras brasileiras.

Foi com Geisel que Kissinger se sentiu bem. Não propriamente entre amigos. Mas entre criados dedicados e subservientes. O que melhor pode agrada a Washington.

Kissinger e o ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros, António Azeredo da Silveira, assinaram um acordo que prevê a realização de consultas bilaterais todos os seis meses «sobre todas as questões da política externa».

No que respeita à balança comercial, a visita de Kissinger não trará grandes benefícios para o Brasil. No campo político, retira-lhe o pouco de independência que ainda eventualmente lhe restasse. Vincula de uma forma ainda mais definida o governo brasileiro a fiel executor das leis do imperialismo americano, nos países da América Latina para onde ainda consegue estender os seus tentáculos.

Os EUA pretendem assim consolidar o papel do Brasil de laço da Casa Branca na América do Sul, de fiel executor das suas ordens e dos seus vastos planos de provocação.

Para o povo brasileiro, este novo acordo trar-lhe-á, sem dúvida, um ainda maior agravamento das suas condições de vida, o recrudescer de uma repressão particularmente cruel, acompanhando o estrangulamento das résteas de liberdade que heroicamente tem conseguido praticar num país onde campeia o arbítrio.

Nos diversos campos, o Brasil continuará a ser uma colónia americana. Continuará a pagar à Casa Branca o pesado tributo que esta exige aos que ficam sob a sua alçada.

A balança comercial entre os dois países é desfavorável ao Brasil num montante de 1500 milhões de dólares, enquanto os capitais norte-americanos controlam 40 por cento do comércio brasileiro.

Por outro lado, os Estados Unidos são os mais importantes investidores em território brasileiro e as empresas multinacionais com sede em Washington dominam os principais sectores da sua economia.

Desde 1964, o governo de Geisel pratica uma política a favor das multinacionais, contrastando com o movimento geral dos países subdesenvolvidos. Recentemente ratificou um acordo segundo o qual não participará em nenhuma organização de países

exportadores de matérias-primas que exclua os Estados capitalistas industrializados. É difícil conceber forma mais cabada de subserviência ao imperialismo.

A luta abnegada e organizada do povo brasileiro, das massas operárias e trabalhadores encabeçadas pelo seu partido — o Partido Comunista Brasileiro — saberá transformar o Brasil, de território ao serviço do imperialismo, num grande país progressista, que constituirá naturalmente uma insubstituível base de apoio de todas as forças revolucionárias da América Latina.

Esse será um golpe mortal no domínio norte-americano na América do Sul.

Equador: face à ameaça fascista acções decisivas e unitárias de massas

Os esforços do imperialismo americano para limitar o alcance de alguns passos dados no Equador no sentido de alterações progressistas e de defesa dos seus interesses nacionais face à rapina das multinacionais, foram momentânea e parcialmente frustrados. O afastamento do presidente Lara não teve as consequências desejadas. Latifundiários e grandes monopolistas, ligados ao capital estrangeiro, manobram em diversos planos para obter algumas vantagens que lhes permitam abrir caminho à reinstitucionalização de um regime de direita.

Um dos pontos em que a pressão das forças do capital se fez sentir particularmente foi o aspecto fulcral de defesa das riquezas nacionais. Assim, a Câmara dos Industriais exortou o governo a «reorientar a política petrolífera», a fim de obter a baixa dos preços do petróleo. Jaime Robalino Vasconez, ex-presidente da Câmara, declarou mesmo que era preciso «eliminar o excesso de nacionalizações que prejudica as companhias e o comércio do petróleo». Para Vasconez, a política petrolífera do Governo anterior teria levado a uma vincada diminuição das exportações. É significativo que na tentativa de golpe fascista do primeiro de Setembro, último, o chefe do golpe frustrado, Alvear, tenha prometido, de imediato, uma baixa considerável dos preços do petróleo. Pretendia-se assim o abandono, por parte do Equador, de uma política de defesa das suas riquezas nacionais e o seu posterior afastamento da OPEP, dentro da linha de ataque às organizações internacionais criadas por países de há muito explorados pelo imperialismo, e que hoje se insurgem contra tal dominação.

Admitindo embora uma pequena baixa no preço do petróleo, o governo do Equador decidiu não abandonar a OPEP e manter-se no seio das associações e organismos dos países produtores de matérias-primas.

Baldados em grande parte os esforços do capital no campo da defesa dos interesses económicos nacionais, desenha-se a grande luta pela recuperação legal dos privilégios garantidos por um regime de direita. Os partidos de direita, considerados interlocutores válidos pelo actual governo militar, reorganizam as suas forças, exigem o rápido regresso dos civis ao governo, apontam as centrais sindicais e as organizações universitárias equatorianas como «elementos negativos» no desenvolvimento nacional.

Enquanto a direita manobra para recuperar privilégios e instituir uma situação mais de acordo com os seus interesses, as massas trabalhadoras e o operariado equatoriano batam-se pelo aprofundamento das medidas positivas e pela abertura decidida de um caminho para a construção de uma sociedade verdadeiramente progressista e democrática no Equador. As três Centrais Operárias Nacionais exigiram ao Conselho Supremo do Governo «uma transformação profunda da estrutura económica» como um imperativo na institucionalização do país.

«Se não se proceder a esta transformação, voltaremos à situação de institucionalização da dominação e da exploração dos trabalhadores e de outros sectores das massas populares» — declararam os representantes operários quando referiram as propostas formuladas por ocasião do diálogo político proposto pelo governo actual.

As três Centrais Operárias Nacionais, quando da sua reunião com o governo, pediram uma maior amplitude das liberdades democráticas para que se consiga uma real e maioritária participação das mais amplas massas populares nos órgãos de poder e de decisão.

«Não podemos continuar a ser manipulados por um mecanismo eleitoral que consagra o poder político de minorias parasitárias e privilegiadas», afirmaram os representantes operários que rejeitaram o diálogo do governo com os conspiradores fascistas do 1.º de Setembro.

Os representantes dos trabalhadores recordaram, igualmente, no seu diálogo com o governo, que as Forças Armadas têm «a obrigação patriótica, moral e política» de respeitar «a sua filosofia e o seu plano de acção», que não podem ficar reduzidas a promessas ocas.

Como afirma o Partido Comunista do Equador, face à ameaça fascista, as grandes transformações revolucionárias no Equador só serão possíveis «por força das acções combativas e unitárias das massas».

Esta é a única e decisiva força capaz de abrir os caminhos do futuro.

Sete mortos em Espanha: a farsa da liberalização

«Denunciamos esta violência cega das autoridades. Exigimos justiça para a classe operária espanhola. Estas crianças que foram assassinadas não eram criminosas. Não estavam a perturbar a paz» — estas as palavras pronunciadas na catedral de Vitória, perante milhares de pessoas, pelo sacerdote da paróquia, na missa fúnebre dos três jovens assassinados pela polícia espanhola numa manifestação realizada na sequência das grandiosas greves que paralisaram a cidade basca de Vitória.

Foram distribuídos panfletos por dirigentes operários a pedir greve geral em todo o país basco pela causa por que tombaram os jovens de Vitória — a liberdade e o socialismo.

Na sequência dos acontecimentos de Vitória, os mais graves registados após a morte de Franco, a Espanha — agitada por uma vincada progressão de greves e grandes manifestações abarcando praticamente todas as províncias e nos mais diversos sectores — foi sacudida por uma onda de protesto contra o crime cometido. Fábricas e lojas em várias cidades bascas encerraram as portas em protesto contra os assassinatos cometidos em Vitória. No dia do funeral das vítimas da violência policial, Vitória paralisou.

Registaram-se manifestações de protesto noutras cidades espanholas, nomeadamente Madrid, Bilbao, Pamplona, Barcelona, Sevilha, Málaga, Saragoça, Vigo e San Sebastian, onde foram detidas 14 pessoas.

Em Tarragona, na Catalunha, 2 000 manifestantes fizeram frente à polícia. Na região basca mantêm-se em greve 60 000 trabalhadores. Três universidades encerraram e os trabalhadores realizaram greves sentadas em igrejas de Bilbao e Cádiz. Em Bilbao, a polícia feriu pelo menos cinco pessoas, após lançar bombas de fumo contra uma multidão de mais de três mil operários de um estaleiro naval.

O ascenso da luta popular em Espanha centra-se em várias frentes: a luta pela amnistia, por sindicatos livres, pelo fim do congelamento salarial. Várias dezenas de milhar de trabalhadores espanhóis já estiveram, ou estão, em luta por estes objectivos.

Face à crescente luta das massas trabalhadoras, a violência policial faz-se sentir de uma forma crescente nas ruas das cidades espanholas.

A repressão, com utilização de polícia de choque e inúmeras prisões, é particularmente feroz. Morreram as ilusões de «liberalização» em Espanha, mesmo para aqueles que ainda há pouco quiseram basear toda uma orientação política nessa ilusão.

Mas não decresceu com isso o ímpeto das massas trabalhadoras espanholas. Tão pouco se atenuaram as dificuldades do regime.

Fazer avançar a Espanha por uma «democracia» apadrinhada e construída pela direita, tal o absurdo logro que o regime espanhol pretendeu impor ao povo de Espanha. Tal o absurdo em que o próprio fascismo hoje se debate em Espanha.

O trouxe formalismo democrático de fachada virá provavelmente servir os objectivos de aceitação externa por parte de um capitalismo internacional desejoso de poder manter com Espanha relações mais abertas, livres das peias que a luta internacionalista das massas trabalhadoras entretanto impôs. Continuam a ser dados passos nesse sentido. Juan Carlos irá a Washington, em princípios de Junho, a convite do presidente Ford. O ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros foi a Copenhaga, para travar conversações com os dirigentes dinamarqueses sobre o desejo de admissão no Mercado Comum. Areilza teve discussões semelhantes em Londres, com Harold Wilson e James Callaghan.

Mas a nível interno as contradições exacerbam-se. A estreita abertura necessária para ilustrar os grandes discursos prometendo democracia e liberdade, tem sido amplamente aproveitada pelas massas trabalhadoras, que se batem por reais transformações progressistas no seu país. O rosto sinistro da repressão fascista nunca chegou a encobrir-se.

O Exército também se erija de dificuldades para os que pretendem a continuação de um fascismo com rosto «democrático». O processo em curso contra os militares democratas acusados de «rebelião» e de criação da organização União Militar Democrática é disso um exemplo.

Numa Espanha sacudida por intensas lutas sociais, o fascismo espanhol procura consolidar-se, procura novos apoios externos. Mas são imensas as dificuldades. Dificuldades que crescem com a acentuação da luta de um povo que saberá pôr fim à última ditadura fascista na Europa.

NOVIDADE DAS

edições Avante!



Código 92.03

Preço 25500

A VENDA NAS LIVRARIAS A PARTIR DE SEXTA-FEIRA

Pedidos a CDL - Central Distribuidora Livreira - Rua Pedro Nunes,

9-A - Lisboa I

Edições SEARA NOVA
Humberto M. da Cruz

LÉNINE E O PARTIDO BOLCHEVIQUE

LENINE E O PARTIDO BOLCHEVIQUE
Na ausência de introdução de fácil leitura à obra de Lénine, H. Cruz vem situá-la no meio histórico em que se desenvolveu, tornando-a mais compreensiva.
Coleção Argumentos

Preço 70500

Edições SEARA NOVA
OLGA GONÇALVES

A FLORESTA EM BREMERHAVEN

O emigrante, o MFA, o País após o 25 de Abril.
A nova realidade portuguesa começa (finalmente) a servir de tema.

Coleção Ficcionalistas Portugueses Preço: 60500

XXV CONGRESSO: UMA PRÁTICA AVANÇADA DA DEMOCRACIA SOCIALISTA NA URSS

A democracia na URSS tem um conteúdo concreto que lhe é dado pelos trabalhadores. Não é palavra de demagogos. Não é poeira nos olhos de quem trabalha. É a democracia socialista que funciona na prática, a todos os níveis do trabalho e da vida.

O XXV Congresso do PCUS, que terminou recentemente em Moscovo, foi preparado com larga antecedência. As grandes linhas de orientação económica para o quinquénio que agora se inicia tiveram a mais ampla divulgação. A partir da primeira publicação na «Pravda», em 14 de Dezembro do ano findo, o projecto do Comité Central, que viria a constituir as «Orientações Fundamentais do Fomento da Economia Nacional da URSS para os anos de 1976-1980», apresentadas pelo camarada A. Kossiguine no Congresso, foi submetido a debate de todo o povo. A discussão do documento foi feita nos congressos dos Partidos Comunistas das Repúblicas Federadas, nas conferências e reuniões do Partido a todos os níveis, com larga repercussão na imprensa, através de muitos milhares de cartas com sugestões e propostas de alteração. Pode-se dizer que nenhum cidadão soviético se alheou de um projecto económico que, unanimemente aprovado no Congresso, vai orientar a economia da URSS nos próximos cinco anos.

participa na vida do seu país. Assim, mais uma vez, uma vontade de ferro aplicada diariamente no trabalho e na condução dos destinos da União Soviética. É a verdadeira democracia, liberta da exploração do homem pelo homem, que se manifesta com um volume e uma qualidade de participação completamente desconhecidos nos países capitalistas mais desenvolvidos e onde os maiores exploradores enchem continuamente a boca com os seus «processos democráticos». Por isso, não há calúnia capaz de molestar um país onde o povo é o dono verdadeiro da sua democracia e a aplica na prática do socialismo desenvolvido.

A DEMOCRACIA VIVE-SE

É fácil verificá-lo vendo viver os soviéticos. Os seus dirigentes não necessitam de andar constantemente com a democracia à boca. A democracia socialista é uma prática que se vê funcionar, que faz parte da vida soviética. Muito antes do XXV Congresso

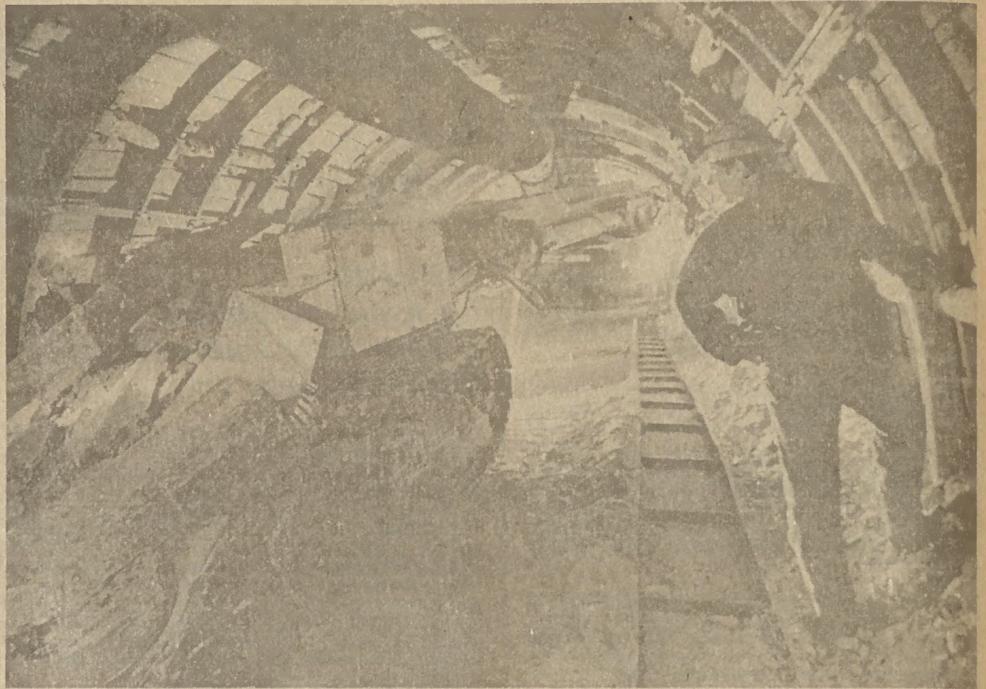
iniciar os trabalhos, já uma comissão especial do Bureau Político do Comité Central do PCUS examinava o enorme volume de propostas de alteração ao projecto económico que, juntamente com as apresentadas pelos delegados, foram entregues à Comissão do Congresso que, por sua vez, as examinou e submeteu à aprovação dos congressistas. Outras propostas e aditamentos, com carácter mais localizado, serão examinados pelos órgãos competentes, no centro e nos locais interessados, para serem levados em conta no trabalho prático, quando o Plano Quinquenal estiver completamente elaborado, com base nas resoluções económicas e sociais aprovadas no Congresso.

Terminados os trabalhos do órgão supremo do PCUS, pode-se dizer, como o camarada Bréjnev, que «agora vemos melhor onde estão as novas fontes, as novas reservas do crescimento futuro, e compreendemos mais claramente as tarefas que se apresentam ao partido». É o resultado eficaz e duradouro desse debate generalizado nas organizações do partido, nas empresas e nas instituições científicas, nos centros de ensino e

de cultura, nos campos e nas fábricas, nas grandes obras e nas pequenas granjas, na cidade e no campo.

No XXV Congresso do PCUS não estavam apenas os 5000 delegados, o escol dos trabalhadores soviéticos, eleitos pelos seus camaradas. Pode-se dizer que estava todo o povo soviético, assim se viu nas intervenções dos operários, cientistas, professores, empregados, funcionários, trabalhadores do campo, membros das forças armadas, directores de empresas, secretários do partido, responsáveis pelas herdades do Estado e pelas cooperativas, directores de fábricas, de escolas, liceus, universidades. De todo o país de 254 milhões de habitantes vieram indicações, críticas e propostas.

Vieram também com elas os espantosos resultados dos últimos cinco anos de desenvolvimento económico, técnico, científico, social e cultural da União Soviética. Mas aqui, neste país, ninguém dorme sobre os louros conquistados. As conquistas servem de incentivo para o futuro. Com elas se melhora o trabalho e os trabalhos. Com elas se caminha para o comunismo.



O XXV Congresso do PCUS foi fecundo no anúncio de realizações a todos os níveis de actividade sem paralelo em qualquer parte do mundo. Alcançaram-se grandes êxitos na União Soviética durante o último quinquénio. No discurso de encerramento do XXV Congresso, o camarada L. Bréjnev citou algumas obras recentes do povo soviético.

«Foi lançada à água, antes do prazo, o quebra-gelos atômico «Sibir». Na família dos automóveis soviéticos incorporaram-se novos modelos do «Moskvitch» e do «VAZ». Foi concluída antes do prazo uma etapa importante da montagem do avião-gigante «IL-86» para 350 passageiros e iniciaram-se os voos de prova do novo avião «IAK-42». Os leningradenses, referiu o secretário geral do PCUS, criaram a turbogeradora mais potente do país com um milhão e 200 mil kilowatts. No outro extremo do país, a central hidroeléctrica do Zeia — o primogénito da hidroenergética do Extremo Oriente soviético — começou a produzir corrente eléctrica para a indústria. No Sul, foram concluídos os trabalhos fundamentais da construção do primeiro sector de 400 quilómetros do canal da Cimeira do Norte, e no Nordeste da União foram descobertas novas jazidas de polimetálicos, minérios de ferro, apatitas. A Academia das Ciências da URSS recebeu o começo a explorar o maior telescópio do mundo, único no seu género.

Eis algumas das obras gloriosas, com as quais os soviéticos receberam o XXV Congresso do seu Partido Comunista Isto, camaradas, é a manifestação mais poderosa, mais eficaz da unidade de objectivos, de pensamento e de obras do partido e do povo na nossa sociedade. Cada um dos participantes destas heróicas, seja ele comunista ou sem-partido, na essência, deu a sua contribuição aos trabalhos do nosso congresso».

TITO EM PORTUGAL



No próximo dia 20, passa por Portugal o presidente da Jugoslávia, marechal Josep Broz Tito. Da agenda da visita faz parte um encontro com o general Costa Gomes. O camarada presidente da Liga dos Comunistas da Jugoslávia regressa de uma viagem a vários países da América Latina. No Panamá, assistiu à inauguração da barragem de Bayano, obra em que o seu país participou com técnicos e um empréstimo de 26 milhões de dólares.

As «Orientações Fundamentais» foram discutidas durante mais de dois meses e meio em todo o lado onde trabalha e vive o grande povo soviético. A importância inestimável e o inconfundível significado do projecto económico na vida da sociedade soviética, bem como a sua projecção em todo o mundo, estão bem patentes no rigor e no pormenor das intervenções dos delegados, nas propostas apresentadas dentro e fora do Congresso.

Tratava-se de determinar o conteúdo concreto da política socio-económica das 15 Repúblicas que constituem a União Soviética, tomadas cada uma por si e em conjunto. Era necessário fazer um balanço rigoroso do que já se alcançou e definir concretamente a actividade do PCUS e do povo soviético na construção da base técnica e material do comunismo durante o décimo quinquénio.

Foi um trabalho intenso e prolongado. Nenhuma deficiência ficou por sugerir e debater. Nenhuma proposta ficou na gaveta por comodismo ou indecisão. A discussão não se confinou aos organismos do partido. Mobilizou todos os locais de trabalho. A unanimidade alcançada no XXV Congresso do PCUS é o reflexo de um debate permenorizado e sem pausas. Tem a marca grandiosa de um povo que

AS FORÇAS ARMADAS SOVIÉTICAS NO XXV CONGRESSO DO PARTIDO

O poderio militar da URSS está ao serviço da paz e da salvaguarda das conquistas de um povo que constrói o comunismo

O XXV Congresso do PCUS, expressando a vontade dos comunistas soviéticos, de todo o povo soviético, proclama solenemente a sua solidariedade fraternal, indefectível com os comunistas, com todos os que combatem contra o imperialismo e a reacção e em primeiro lugar com as vítimas, das perseguições fascistas, com todos os que padecem nos campos de concentração e nas prisões, com todos os que sofrem a tortura. As provas inumanas a que são submetidos são uma vingança de classe pela sua participação heróica na nobre luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, pelo triunfo dos ideais da paz e da democracia, pela independência nacional e pelo socialismo.

Apesar dos veementes protestos de largos sectores da opinião mundial, a Junta fascista do Chile, ignorando todas as normas jurídicas, mantém na prisão Luis Corvalan, filho eminente do povo chileno, personalidade notável no movimento comunista internacional, secretário-geral do PC do Chile.

O Congresso exige com firmeza liberdade para Luis Corvalan, liberdade para os nossos camaradas membros da direcção do PC do Chile J. Cadematori e J. Montes, para do dirigentes do Partido Socialista E. Ponce e C. Lorca, para outras personalidades da Unidade Popular, para os milhares de detidos do regime fascista — comunistas, socialistas, democratas!

As autoridades do Uruguai lançaram-se numa nova vaga de perseguições contra as forças progressistas. Exigindo a libertação dos secretários do CC do PC do Uruguai J. Perez, J. L. Massera, de todos os comunistas uruguaios, de L. Seregni, presidente da Frente do Uruguai e de outros democratas!

Antonio Maidana, presidente do PC do Paraguai, encontra-se há 18 anos na prisão. A ditadura militar subjuga o país.

Exigimos a libertação de Antonio Maidana, de M. A. Soler, secretário

do CC do PC do Paraguai, e de centenas de outros patriotas paraguaios!

B. Alvarado Monson e U. Alvarado Arellano, secretários-gerais do Partido Guatemalteco do Trabalho, caíram sucessivamente, vítimas da repressão bárbara desencadeada nos últimos anos na Guatemala. Não há qualquer indício do paradeiro dos militantes do Partido Comunista e da oposição democrática do Brasil que foram atirados para a prisão. O Partido Comunista e as outras organizações progressistas da Argentina sofrem sistematicamente o terror desencadeado pelas forças da reacção. Uma vaga de terror abate-se sobre o Haiti.

O Congresso levanta o seu vigoroso protesto contra esta pressão e exige que lhe seja posto fim!

Amílcar Cabral, secretário-geral do PAIGC, e Eduardo Mondlane, presidente da Frelimo, militantes destacados dos movimentos de libertação nacional em África, foram assassinados por agentes do imperialismo.

O domínio dos racistas sobre os povos da República Sul-africana, da Namíbia e de Zimbábue é um desafio lançado à consciência da humanidade. Um tratamento desumano infligido pelos carrascos provocou a morte de Abraham Fischer, grande humanista, combatente inflexível contra o racismo e a injustiça social. As outras personalidades do Partido Comunista da África do Sul que estão presas vivem em condições inqualificáveis.

Em Espanha, centenas de presos políticos — comunistas, socialistas e outros democratas — vivem sistematicamente negada a liberdade e que têm legítimo direito. O Congresso apela todos os que intervêm em defesa da justa causa do povo espanhol.

O Congresso denuncia severamente as perseguições e a discriminação de que são vítimas comunistas, lutadores consecuentes pela paz e a segurança dos povos, os mais intrépidos combatentes pelos interesses dos trabalhadores, por um futuro melhor para a humanidade. O Congresso exprime o seu total apoio às vítimas e aos heróis do movimento revolucionário e de libertação e envia-lhes as suas saudações fraternais.

O XXV Congresso apela e aprova a proposta do camarada Leonid Brejnev, secretário-geral do Comité Central do PCUS, de que seja erguido em Moscovo, como símbolo da fidelidade indefectível dos comunistas soviéticos à grande causa do internacionalismo proletário, um monumento aos heróis do movimento internacional comunista, operário e de libertação nacional, à memória dos intrépidos combatentes que caíram sob os golpes do inimigo de classe em nome da felicidade dos povos.

Sabemos pela experiência do partido heróico dos bolcheviques, de numerosas gerações de revolucionários de outros países que todas as tentativas de fazer parar pelo terror o curso da História estão condenadas ao fracasso.

O Congresso apela aos comunistas de todo o mundo, aos trabalhadores de todos os países, às organizações sociais e políticas para que participem ainda mais activamente na luta para pôr fim ao terror e à repressão dirigidos contra as forças de vanguarda do progresso, da democracia e do socialismo, pela libertação de todos os que a reacção aprisionou.

O PCUS, os povos da URSS continuarão a respeitar as tradições leninistas de solidariedade activa com os seus companheiros de luta pelos grandes e nobres objectivos, serão sempre fiéis ao internacionalismo proletário.

SAUDAÇÃO AO «AVANTE!» DO CAMARADA LEONOV COSMONAUTA E GENERAL

Под руководством через газету «Аванте», которая является голосом трудящихся, голосом наших братьев по классу - коммунистских, колхозников, работников, организаторов коммунистического народа, вступил каждый из нас в борьбу за свободу, за социализм, за прогресс, за развитие и укрепление коммунистического союза Советских Союз и других стран!

Исторический XXV съезд КПСС, великий мейдрос и великий, организатор, доблестный, солидарности с коммунистами, борьбы демократическими силами Португалии.

От своего имени и от имени моих товарищей - советских летчиков-космонавтов, рабочих, колхозников, коммунистических, колхозников и всех читателей «Аванте»!

Генерал Леонов!

«Tenho o prazer de me dirigir ao jornal «Avante!», voz dos trabalhadores, voz dos nossos irmãos de classe, os comunistas portugueses, que reivindicam os interesses vitais do povo português, que lutam pela consolidação de todas as forças da liberdade, pelo progresso social e económico do seu país, pelo desenvolvimento e fortalecimento das relações amigáveis entre a União Soviética e Portugal.

com os comunistas, para com todas as forças democráticas e progressistas de Portugal.

«Pessoalmente, e em nome dos meus amigos cosmonautas soviéticos, transmito calorosos cumprimentos e os melhores votos aos comunistas portugueses e a todos os leitores do «Avante!»

(Tradução do texto da saudação do camarada A. Leonov, cosmonauta e general da Força Área Soviética, cujo original reproduzimos em cima.)

LIBERDADE PARA OS PRISIONEIROS DO IMPERIALISMO E DA REACÇÃO!

Texto integral de uma declaração aprovada no Congresso, que bem reflecte o espírito internacionalista de que o povo soviético e o partido de Lénine sempre têm sabido dar provas

As heróicas Forças Armadas da União Soviética estiveram representadas entre os 5000 delegados ao XXV Congresso. Além dos 314 militares do Exército e da Marinha, das tropas guarda-fronteiras e das forças internas, havia onze cosmonautas, oficiais generais da Força Aérea, duas vezes condecorados pelas suas façanhas com o título de Herói da União Soviética, todos eleitos delegados ao Congresso. Muitos desses marechais, generais, almirantes e outros militares bateram-se heroicamente pelo seu país e pela Revolução nos anos da guerra civil e da Grande Guerra Patriótica. «Hoje, nos dias de paz, os militares comunistas mostram exemplo da preparação combativa e política e formam a espinha dorsal das Forças Armadas, que servem fielmente o povo e montam guarda vigilante ao trabalho pacífico dos soviéticos e às conquistas do socialismo», afirmou o camarada I. V. Kapitonov, ao apresentar o relatório da Comissão de Credenciais ao XXV Congresso do PCUS.

Como foi referido por um dos delegados civis, a direcção de Pequim não oculta as suas intenções de ocupar território soviético. Provoações nesse sentido já houve várias e o povo soviético viu morrer, vitimados pelo maioismo, alguns dos seus filhos, na fronteira com a China. Sem qualquer espírito agressivo, antes aplicando, relativamente ao povo chinês como a todos os povos, o internacionalismo proletário, o internacionalismo socialista, cuja afirmação foi uma das notas altas do Congresso, o povo soviético, pela voz dos seus delegados, afirmou bem claramente, durante os trabalhos do órgão supremo do seu Partido, a confiança ilimitada que deposita nas Forças Armadas da URSS.

O general Kochemásov, chefe de divisão das forças de mísseis estratégicos, que visitou o Congresso durante os trabalhos à

frente de uma delegação de todos os ramos das Forças Armadas, recebida com uma ovação impressionante, depois de saudar os congressistas e os convidados, garantiu firmemente ao PCUS e ao povo soviético que as Forças Armadas da URSS, fiéis ao legado de Lénine e sob a provada direcção do partido, continuarão a servir sem reservas a magna causa do comunismo, salvaguardando com toda a segurança as sagradas fronteiras da pátria.

Juntamente com os exércitos irmãos dos países do Tratado de Varsóvia — acrescentou o general — as Forças Armadas da União Soviética estão sempre dispostas a defender as grandiosas conquistas do socialismo e a dar a réplica mais contundente a qualquer agressor.

«Temos com que defender a Pátria — afirmou ainda o camarada Kochemásov. O poderoso armamento que nos foi confiado pelo partido e pelo povo está em mãos de confiança». Está nas mãos dos camaradas que cumprem o serviço militar e de cujas fileiras saíram muitos trabalhadores de vanguarda para levar a cabo as tarefas do décimo quinquénio, defendendo, com abnegação e em todas as circunstâncias, a causa do Partido Comunista e do povo soviético.

Por outro lado, a causa dos povos que lutam pela sua libertação contra o imperialismo esteve sempre presente no XXV Congresso do PCUS. O internacionalismo proletário, a solidariedade socialista, que são expressões vivas, práticas e cheias de significado para o Partido Comunista e para o povo soviético, tiveram expressão bem clara nas intervenções dos delegados e dos convidados estrangeiros no XXV Congresso. Relevou especial mereceu a luta abnegada do povo angolano que, sob a direcção do MPLA, está em vias de expulsar total e definitiva-

mente o agressor imperialista e racista do seu território. Foi assinalado em termos justos o apoio dos países socialistas à luta do povo angolano e dos outros povos pela sua libertação total. A solidariedade internacionalista dos países socialistas, com relevo especial para a União Soviética, teve expressão bem evidente na intervenção do delegado angolano, o ministro Nito Alves, que saudou o fraternal povo soviético, afirmando que o «concurso dos países socialistas em Angola foi decisivo» no seu apoio moral e material, na primeira e na segunda guerra de libertação. Como outro delegado estrangeiro afirmou, «em toda a parte onde os povos lutam, contam com a solidariedade da União Soviética».

Essa solidariedade teve também expressão relevante para o Portugal, durante o Congresso. A delegação do nosso Partido teve oportunidade de confirmar diariamente os sentimentos de amizade e apoio aos comunistas, a todos os democratas e progressistas portugueses, para que o processo democrático se afirme e consolide no nosso país.

Palavras de especial apreço pelo nosso povo e pelas forças democráticas que lutaram e lutam para que o fascismo nunca mais volte à nossa terra, ouvirmos, durante os intervalos das sessões, os delegados do PCP da parte de destacados elementos das Forças Armadas soviéticas. Entre eles, o camarada general Epichev, vice-ministro da Defesa e delegado ao XXV Congresso, que manifestou à nossa delegação o vivo desejo de que as forças da democracia, do socialismo, da paz e da independência nacional tenham êxito completo em Portugal.

Com outros povos e países a atitude foi a mesma. O internacionalismo proletário e a solidariedade socialista são realidades bem

vivas e que se reforçam constantemente na União Soviética e nos outros países socialistas, com parte integrante do programa de paz e segurança para todos os povos do mundo.



1.º CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA RELATÓRIO DO COMITÉ CENTRAL DISCURSO DE ENCERRAMENTO



O Partido resume em si tudo. Nele se sintetizam os sonhos de todos os revolucionários ao longo da nossa história; nele se concretizam as ideias, os princípios e a força da Revolução; nele desaparecem os nossos individualismos e aprendemos a pensar em termos de colectividade; ele é o nosso educador, o nosso mestre, o nosso guia e a nossa consciência. Os nossos defeitos e as nossas limitações; nele nos somamos todos e entre todos fazemos de cada um de nós um soldado espartano de mais justa das causas e de todos juntos um gigante invencível; nele as ideias, as experiências, o legado dos mártires, a continuidade da obra, os interesses do povo, o futuro da pátria e os laços indestrutíveis com os construtores proletários de um mundo novo em todos os cantos da Terra estão garantidos.

Preço: 50\$00 Código: 42.02